

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

A DIALÉTICA DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Prof. Dr. Nilson Lemos Lage e a Secre-
taria do Pós-Graduação da ECO/UFRJ
para obtenção do título de Mestre
em Comunicação.

Co-Orientador: Rogerio Luz

ELIAS MACHADO GONÇALVES

Rio de Janeiro, setembro de 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

A COMISSÃO EXAMINADORA, ABAIXO ASSINADA, APROVA A DISSERTAÇÃO

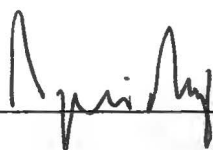
A DIALÉTICA DO DISCURSO JORNALÍSTICO

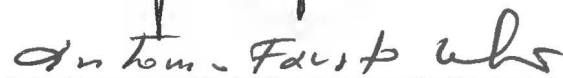
ELABORADA POR

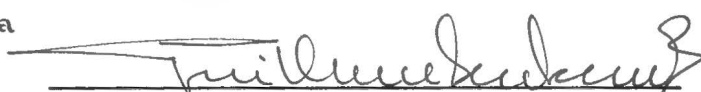
ELIAS MACHADO GONÇALVES

COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM COMUNICAÇÃO

A COMISSÃO EXAMINADORA:
Rogerio Luz (Co-Orientador)
Antonio Fausto Neto
Guilherme Sias Barbosa







Rio de Janeiro, setembro de 1992

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Amadeus M. Gonçalves e Ivone M. Gonçalves - Analfabetos e Cultos, Revolucionários e Conservadores, síntese das contradições do humano.

A Sady Bianchin, Maria Luiza e Sérgio Gadini porque os amigos são inesquecíveis.

Aos Treze da Vida, Chico, Estela, Tarcísio, Arthur, Gilberto, Ciro, Vânia, Carlos, Nílson, Lúcia, Márcia e Domingos. Amigos de greve e da vida.

A Nílson Lage pela compreensão e pela exacerbação - a distância da paixão pelo jornalismo.

Aos colegas professores da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Elisabeth Rondellie Mariângela Ribeiro e aos alunos da escola pela paciência em ouvir e pela capacidade em me fazer reavaliar posturas.

Aos colegas e professores da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ pelo companheirismo e ap



zagem.

Ao CNPq pela bolsa que permitiu refletir o jornalismo pelo período de dois anos enquanto a maioria da população passa fome.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
I - O JORNALISMO COMO CONHECIMENTO SINGULAR	10
II - O DISCURSO JORNALÍSTICO NO CONHECIMENTO DO REAL	26
III - DO MITO DA OBJETIVIDADE A NECESSIDADE DE INTEPRETAÇÃO	50
IV - A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO	76
V - A ESSÊNCIA DO REAL NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS NOTÍCIAS .	99
VI - A PARTICULARIDADE DO REAL NA REPORTAGEM	125
VII - O DISCURSO JORNALÍSTICO COMO SIMULACRO DO REAL	146
CONSIDERAÇÕES FINAL EM CONCLUSÃO	169
BIBLIOGRAFIA	185

INTRODUÇÃO

Fenômeno até certo ponto recente - as primeiras gazetas semanais são datadas do século XVII - o jornalismo cada vez mais ocupa o centro de uma polêmica que envolve paixões, preconceitos e inúmeras incompreensões. Fascinante porque tem como matéria prima os acontecimentos responsáveis pelo destino de milhões de leitores, telespectadores e ouvintes em todo planeta, raros são os trabalhos capazes de abordar o jornalismo como objeto de estudo específico. A maioria das publicações não consegue captar o caráter histórico da atividade e nem mesmo desvenda as contradições inerentes ao periodismo praticado nas sociedades industriais, típicas do capitalismo tardio, preferindo classificar o jornalismo como uma produção social de segunda natureza¹.

Apesar das limitações inevitáveis, o presente trabalho pretende apresentar algumas contribuições para o aprofundamento de uma teoria do jornalismo. A escassa elaboração teórica impede uma prática reflexiva dos profissionais, não permite um aproveitamento das potencialidades latentes e possibilita a perigosa abertura de espaços para franco-atiradores como o Diretor de Redação da "Folha

de São Paulo", Otávio Frias Filho, que reduz o jornalismo a uma técnica empírica, rebelde a mensuração científica². O primeiro esforço de fôlego a fim de focar a ciência jornalística como ramo independente coube ao alemão Otto Groth, que publicou entre os anos de 1922 e 1930 uma enciclopédia do jornalismo em quatro tomos. Até sua morte, em 1965, Groth concluiu seis volumes de sua obra mais significativa: **O Desconhecido Poder da Cultura - Fundamentação da Ciência Periodística**. A aproximação do jornalismo como objeto relativamente autônomo dos demais processos de comunicação social como a publicidade e as relações públicas resulta da notável obstinação de Otto Groth, que, contemporâneo dos filósofos de Frankfurt, negava-se a considerar a atividade jornalística como simples apêndice da comunicação de massa, condenada a reproduzir a ideologia das classes dominantes. Na delimitação do objeto, Groth definiu como tarefa da Ciência Periodística a investigação de todas as publicações que apareçam periodicamente com um só fenômeno em seus elementos (revistas e periódicos).

Orientado pro Max Webber, Groth segue a risca a metodologia webberiana, pois entende que os periódicos são uma obra cultural produzida por sujeitos conscientes, como componentes das criações globais dos homens. Groth observa que a forma, a produção, a técnica não possuem nenhum valor para a determinação do conceito e a delimitação do objeto da Ciência Jornalística, lembrando que não se chega ao conhecimento de um periódico através das edições publicadas, mas sim pela manifestação e materialização da idéia

que é sua substância. O periódico teria como função primordial transmitir os acontecimentos em todos os setores culturais aos indivíduos e à sociedade. Em poucas palavras, o periódico deveria servir para a motivação, estabelecendo uma reciprocidade de relações entre profissionais, veículos e leitores. Como concebido por Otto Groth, o jornalismo estrutura-se tomando como base quatro características fundamentais - periodicidade, universalidade, atualidade e difusão, desaguando na síntese conceitual proposta em Marques de Melo³:

"... Jornalismo é o processo social que se articula a partir das relações (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos/receptores), através de canais de difusão (jornal, rádio, revista ou TV) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos)..."

Com a caracterização do jornalismo como atividade mediadora na transmissão de bens materiais, Groth dá o primeiro passo para a edificação efetiva de uma teoria do jornalismo. Faltava agora, entre outros pontos, definir a especificidade dos bens simbólicos produzidos historicamente pelo jornalismo e a compreensão das condições histórico-sociais que permitiram que a informação jornalística se transformasse numa exigência social. No rastro de Nilson Lage, que, de forma pioneira entre nós, afirmou que havia nos jornais indícios de "realidade e rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza submetida, porém, insubmissa", o talentoso Adelmo Genro Filho qualifica o jornalismo como uma nova forma social de conheci-

mento orientalizada no singular, resultante da práxis, ou seja, como instância simbólica da apropriação do real efetuada socialmente pelos homens. Produto histórico da sociedade burguesa, o jornalismo sofre diversas metamorfoses, acompanhando as modificações nos sistemas sócio-econômicos. A Revolução nos países do Leste Europeu mostra que nenhuma formação social consegue perpetuar-se contrariando os anseios das maioridades excluídas. A tragédia incerta da história não garante o colapso do capitalismo como recomendava o manual dos estalinistas, mas não exclui a possibilidade de que a sublevação dos oprimidos crie outras configurações sociais na tentativa de construir o projeto socialista.

Era óbvio que a pesquisa desenvolvida por Adelmo Genro Filho não teria condições senão de colaborar na colocação de alguns tijolos no alicerce de um imenso edifício em construção. Por motivos até compreensíveis - faltava um conjunto de obras que tratasse do jornalismo de modo específico - Genro Filho adota a complicada metodologia da aproximação excludente, tendo como parâmetro a dialética materialista. Embora grande parte da crítica feita aos princípios filosóficos subjacentes às diversas escolas sociológicas seja justa, Genro Filho, quando descarta as premissas da semiologia estruturalista, não percebe que abre mão de um instrumental decisivo para o conhecimento do ponto específico do jornalismo: o discurso jornalístico. Depois de permitir a compreensão do jornalismo como forma singular de conhecimento, Genro Filho esquece de aprofun-

dar a discussão de como se produz a nova modalidade cognitiva. Como exemplo das limitações da abordagem feita em *Genro Filho*, apontamos em primeiro lugar a forma como critica o discurso da objetividade proposto pelos manuais de redação. Aconrado nos parâmetros da filosofia da ciência, prefere simplesmente repetir que todo conhecimento é ideológico (o que é verdade), ao invés de procurar, na produção do discurso jornalístico, através de suas características peculiares, refutar o dogmatismo dos fundamentalistas. Embora reponha a comunicação como instância da práxis, *Genro Filho* quase sempre abdica da investigação do fenômeno jornalístico, tomando como ponto de partida o discurso formulado pela modalidade emergente do conhecimento.

A classificação do discurso jornalístico como discurso indireto, dentro da proposição feita pelo russo Mikhail Bakhtin, apresentada pela jornalista Sônia Aguiar Lopes, ao contrário, possibilita a desmistificação da objetividade, mostrando como o discurso em terceira pessoa não exclui a mediação ideológica da linguagem, isto é, a interpretação. Com sugestões inovadoras para o estudo da linguagem jornalística, baseados em Elise Veron, Michel Foucault e Bakhtin, falta ao trabalho de Lopes o casamento com a parte mais fecunda da proposta desenvolvida por *Genro Filho*: o enquadramento do periodismo como forma singular de conhecimento da realidade. Como as demais práticas sociais, o jornalismo protagoniza inumeráveis modificações desde o século XVII até a contemporaneidade. Nascido opinativo por excelência, célebre arma nas mãos de

revolucionários como Marat, nas sociedades industriais modernas a linguagem jornalística impõe-se como basicamente informativa. A divisão de trabalho proporcionada pela Revolução Burguesa acaba por subtrair da alçada da atividade jornalística a ação doutrinária, que passa para o campo da propaganda, como percebera Marques de Melo⁴. A estratégia desenvolvida por líderes como Lênin à frente do *Iskra* e do *Pravda* foge hoje ao alcance do jornalismo.

Na contramão da proposição feita por Genro Filho numa nota de rodapé, o jornalismo moderno não mantém mais entre suas atribuições a estruturação político-partidária. A não compreensão do fenômeno impede o aprimoramento das publicações partidárias incapazes de assimilar as novidades da propaganda. A delimitação do jornalismo ao campo informativo não significa nenhuma concessão ao mito da objetividade e muito menos o desconhecimento das potencialidades organizativas do jornalismo. No primeiro caso, dá-se um ultimato à tradição de colocar o periodismo em setores estanques (como opinativo, informativo e interpretativo) pois se entende que o jornalismo, embora não admita opinião explícita, sempre pressupõe a análise, a interpretação. No segundo, percebe-se que, se antes a forma de intervenção do jornalismo era tipicamente político-partidária, no capitalismo tardio passa para o âmbito das relações sociais de forma mais ampla, com a cobertura intensa dos fatos econômicos, políticos e, de modo mais diferenciado, com o chamado jornalismo de serviço, fundamental na estruturação das economias contemporâneas. O jornalismo propicia aos homens comuns

o estabelecimento de mais variadas conexões como a dependência entre o preço da gasolina no Brasil e os desdobramentos de um conflito no Golfo Pérsico, por exemplo, ao mesmo tempo que facilita a agenda dos habitantes das grandes metrópoles com os conhecidos programas semanais. A modificação das características do jornalismo provoca alterações substanciais no discurso jornalístico, muitas vezes condicionadas pelas novas tecnologias:

No começo, a linguagem era opinativa, afetativa; hoje, o texto apresenta concisão, objetividade, sem lugar para adjetivação. As novas apresentações visuais dos veículos impressos, com a adoção das cores e a substituição da linguagem do rádio na TV (para a constituição de um discurso diferenciado de construção do real, com os recursos do vídeo-tape), são apenas dois momentos de um processo bem mais rico e amplo. Como instância da práxis humana, o jornalismo instaura uma construção social da realidade tipificada no singular, contrariando os famosos postulados de que o "telejornal leva a realidade até sua casa" como observa Antônio Albino Canellas Rubim⁵. Produto de uma realidade construída, a comunicação jornalística não se enquadra dentro da dominação de referencial nos moldes mostrados por Lage⁶ e referendados por Genro Filho, que insinua a colocação do jornalismo como o discurso da realidade por excelência. Nenhuma forma de conhecimento (ciência, arte ou jornalismo) tem a primazia de reprodução do real. Nas três a realidade emerge como uma construção social discursiva. Logo, não é um privilégio do jornalismo a chamada linguagem referencial como propôs Lage, lançando mão

do arsenal de categorias de Roman Jakobson⁷, uma vez que o referente, na arte, na ciência ou no jornalismo, é a realidade concreta, que, por sua vez, não passa de uma construção cultural da humanidade.

No campo da filosofia, o conhecimento da realidade sempre esteve no fulcro das mais calorosas discussões, mas pelo menos desde Kant conhecer significa algo mais que a simples contemplação de um suposto real, constituído sem a intervenção do sujeito. Não há realidade e nem conhecimento algum diante da práxis, porque como lembra Hegel⁸, o ato de conhecer está diretamente vinculado à relação prática do sujeito/objeto com o mundo. O discurso jornalístico não foge a regra, pois permite a aproximação do mundo (real), através de representações fabricadas socialmente, para utilizar a palavra preferida de Blikstein⁹. Como toda forma de conhecer pressupõe a construção, conceber o jornalismo como modo singular de conhecimento significa romper com a escola francesa (Baudrillard, Sodré, Rodrigues), que considera a atividade jornalística como simulacro do real, limitado a reproduzir funcionalmente o sistema dominante. A compreensão efetiva do discurso jornalístico exige que a atividade seja investigada como fenômeno histórico, com gênese no capitalismo, mas que para o desenvolvimento de suas potencialidades latentes requer novas formas de relações sociais entre os homens. O estudo pormenorizado do processo de constituição do jornalismo e das particularidades do discurso dessa forma social do conhecimento impõe a interdisciplinariedade porque

sem as categorias da filosofia, da estética, da história, da antropologia e da moderna semiologia, para citar apenas algumas, mal se toca a superfície fenomênica sem jamais vislumbrar a sua essência.

NOTAS

1. A obra que mais trabalha o jornalismo como mercadoria, produção social de segunda natureza no Brasil é o **Capital da Notícia** de Ciro Marcondes Filho, São Paulo, Ática, 1986.
2. FRIAS FILHO, Otávio. "O Tecido de Penélope", In: **Imprensa**. São Paulo, Feeling Editorial, Mar/abr:46, 1988.
3. MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1985.
4. MARQUES DE MELO, Idem *Ibidem*.
5. LAGE, Nílson. **Linguagem jornalística**. São Paulo, Ática. p. 39.
6. RUBIN, Antônio Alberto. "Jornalismo e Teoria", In: **Textos de Comunicação e Cultura**. Salvador, UFBA, vol. II, nº 26, p. 33-7.
7. JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo, Cultrix, 1969.
8. HEGEL, Frederic. In: **Os Pensadores**. Abril Cultural, 1974.
9. BLIKSTEIN, Izidoro. **Kasper Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo, Cultrix, 1985.

I - O JORNALISMO COMO CONHECIMENTO SINGULAR

O nascimento do jornalismo está vinculado ao desenvolvimento da economia de mercado e das leis de circulação econômica. O jornal era a ferramenta de que necessitava o capitalismo financeiro e comercial para facilitar o trânsito das informações sobre importações e exportações até os centros comerciais. A história do jornal começa na Europa, no século XVI¹ com o surgimento de pequenas folhas manuscritas, chamadas avisi, em Itália, e Zeitung, na Alemanha, em geral com uma única página, uma única notícia e um considerável atraso. Os primeiros beneficiários do jornalismo são os donos das mudas de posta (entrepósitos comerciais) nas encruzilhadas das estradas, os banqueiros e mercadores.

A estruturação dos jornais era feita, algumas vezes, para revender as notícias passadas pelos viajantes e, noutras para divulgar o preço das mercadorias nos vários mercados da Europa. O caso dos "Fugger", ricos banqueiros da Augsburga que montaram um complexo serviço de informações para servir aos demais banqueiros, ilustra bem como o jornal estava vinculado ao ciclo de expansão do capitalismo. Com a invenção dos tipos móveis de Gutenberg e

devido a melhora do sistema de transportes, que permite mais agilidade na difusão das notícias, em pouco tempo - século XVII - o jornal conquista a Europa, rompendo os confins da Itália e Alemanha. As primeiras gazetas semanais são impressos : **Franfurter Oberpostzeitung** (1612) e **Lüneburgsche Anseinger** (1614); em 1620, o **Zeitung Post** inaugura o jornalismo na Suíça. Na Inglaterra o primeiro jornal é o **A Current of General News** (1622). Na França, **La Gazette**, de Théophraste Renaudot, semanário de quatro páginas, considerado por alguns como o mais significativo jornal da primeira parte do século XVIII, simboliza o jornalismo oficial, tendo como seus principais colaboradores o rei Luís XIII e o primeiro ministro Richelieu. A consolidação dos jornais amplia a área de abrangência dos periódicos. Para publicações como **Muse Historique** (1650), **Journal des Savante** (1665) e **Mercure Galant** (1678) não bastava simplesmente informar; era necessário distrair e divertir um leitor cada vez mais culto e curioso.

O jornalismo do século XVII, que começava a assumir o caráter diário², possibilita em grau cada vez mais acentuado a integração de um público interessado em conhecer as relações sociais de forma mais ampla. Procurava atender às demandas burguesas, aos letrados ou áqueles que freqüentavam os círculos do poder, mas respondia também, a uma necessidade difusa de conhecimento da sociedade. Nesta fase, o capitalismo não estava vinculado ideologicamente à classe dominante. Ao contrário, o desenvolvimento do jornalismo estava associado à expansão da burguesia como

classe, favorecendo algumas incompreensões do fenômeno jornalístico. A mais comum limita a nova forma social de conhecimento a simples apêndice do comércio mundial no começo dos tempos modernos, permitindo ao capitalista um fluxo de informações controláveis, reguláveis e acessíveis. A circulação das notícias ficaria subordinada às necessidades de circulação das mercadorias, uma vez que a própria notícia seria uma mercadoria sujeita às leis de mercado. A formulação, defendida entre outros pelo alemão Habermas³, embora não negue que nem sempre a imprensa teve como função a organização e orientação econômica, antes tratando-se de uma atividade individualizada, com interesses comerciais não consegue perceber que o jornalismo proporcionava uma aproximação diferenciada da realidade. A falta de compreensão de que o jornalismo nascera para atender necessidades sociais de conhecimento do mundo reduz a expansão da imprensa a partir de imperativos estritamente econômicos para disseminar o ideário da classe burguesa em ascensão.

Por ironia, o jornalismo, alçado por Otto Groth à categoria de ciência, é caracterizado agora por outro alemão, Habermas, como epifenômeno do capital. As luzes acesas pelo esforço sistemático de Groth são obscurecidas pela noção elitista que concebe o conhecimento como sinônimo de ciência. A sublimação do valor de uso da notícia (o conhecimento proporcionado do real aos leitores, ouvintes e telespectadores) pelo valor de troca (a informação como mercadoria capaz de multiplicar os ganhos do capitalista)

encaminha estudiosos como Marcondes Filho a conclusões pessimistas:

"... Jornalismo significa, portanto, informação (como notícia com tênue vinculação com seu produtor ou emissor: objeto de compra e venda em um mercado, que não sabe como, porque, de onde ou para onde vai. Mercadorias puras e simples, matéria solta e universal, como as demais mercadorias, fato social sem história e de reduzida ação no presente, reduzida inter-relação entre criador e receptor, reduzidas propostas para uma transformação individual e coletiva, alimento simbólico para mente ..." (4)

Incapacitado para permitir um conhecimento da realidade, uma vez que o jornalismo estaria sendo subjugado à maximização proposta pela lógica do sistema, resta saber porquê a atividade jornalística ocupa lugar de destaque na vida dos cidadãos. A contradição não passa despercebida de Marcondes Filho, que procura em Baudrillard para justificar o fascínio da produção jornalística moderna sobre os homens.

O consumidor de notícias estaria influenciado pela aparência do valor de uso (conhecimento efêmero do real), como no caso da compra de uma mercadoria qualquer, que, muitas vezes, não seria adquirida pelo que é, mas sim pelo status que a publicidade teria associado pelo produto. Muito pouco para garantir a subida do jornalismo ao cadafalso, culpado pela "mercantilização" da realidade socialmente produzida. Quase nada, quando o próprio Marcondes Filho observa que o jornal, embora mercadoria capitalista, pode, mais do que as demais mercadorias não produzidas pela indústria cultural, quebrar, se bem que parcialmente, o

monolitismo da fetiche-mercadoria da sociedade capitalista. Parece estranho que, após admitir que o jornalismo contém uma diferenciação enquanto bem simbólico das demais mercadorias produzidas pelas relações sociais, Marcondes Filho qualifique o jornalismo como uma produção social de segunda natureza, funcional à manutenção do capitalismo. No campo oposto ao do autor de **O Capital da Notícia**, o norte-americano Robert park preferiu, com rara lucidez, na década de 40, investigar a especificidade da produção jornalística, tarefa rejeitada por Marcondes Filho vários anos depois. Discípulo do filósofo e psicólogo Willian James, Park desenvolve um estudo que tenta enquadrar o jornalismo como um capítulo da sociologia do conhecimento. A partir das duas formas de conhecimento proposta por James - o **conhecimento de** e o **conhecimento acerca de** - Robert Park busca mostrar a "natureza" da produção efetuada pelo jornalismo.

O **conhecimento de** ou **conhecimento de trato** é o que, quando comparado com um saber mais aprofundado, não vai além das aparências emanadas do uso rotineiro, da imediatividade do hábito. Não é formulado com o auxílio de qualquer método formal, analítico ou sistemático. Como lembra park, o **conhecimento de trato** pode ser concebido como uma forma de ajustamento orgânico ou adaptação, que representa a acumulação e, por assim dizer, a fusão da longa série de experiências. O **conhecimento acerca de** seria, ao contrário, formal, produto lógico e teórico de uma sistematização abstrata, controlada. Embora saliente que essas duas formas

de conhecimento são gêneros (e não graus) diferentes e que possuem funções sociais distintas, Park adverte que se pode pensar num contínuo entre as duas espécies distintas de conhecimento **que a notícia teria uma localização própria**. A informação jornalística, para Park, tem a especificidade de possibilitar um conhecimento que não é nem sistematizado nem histórico, apenas permitindo "a alusão a um acontecimento". A notícia não cuidaria essencialmente nem do passado e nem do futuro, mas do presente, único lugar em que sobrevive. A qualidade intrínseca da notícia de anunciar que um fato ocorreu indica a função que a informação exerce em relação aos indivíduos, reservando para o jornalismo um futuro mais otimista do que o apontado por Marcondes Filho:

"... na verdade, a notícia realiza, de certo modo, para o público, as mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo; isto é, não somente o informa como principalmente o orienta, inteirando cada um e todos do que está acontecendo ...". (5)

Apesar de reconhecer "as pistas nada desprezíveis oferecidas pelo trabalho de Park", Genro Filho critica o a-historicismo do conhecimento concebido pelo norte-americano, que configura os fenômenos da vida social fora das relações de dominação estabelecidas socialmente, "como se fossem dados naturais e eternos, o mundo da pseudoconcreticidade na síntese de Karel Kosik".⁶ Por isso, a divisão sugerida por James e assumida por Park é redutora, pois supõe uma espécie de senso comum isento de contradições internas, cuja função seria somente reproduzir as relações

sociais vigentes, integrar os indivíduos. Genro Filho ressalta que o ponto de referência inicial do contínuo onde se localiza o conhecimento jornalístico constitui, de fato, um gênero e não apenas um grau de abstração, mas o aspecto primordial desse gênero de conhecimento é a apropriação do real pela via da singularidade, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica. O conhecimento propiciado pelo jornalismo, adverte Genro Filho, difere do conhecimento obtido através da percepção individual como supusera Park:

"... Na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno, é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo ..." (7)

A noção de reconstrução dos fenômenos sociais, típica do primado realista, adotada por Genro Filho, e que será estudada no desenvolvimento dos próximos capítulos, não invalida as suas observações. Como um bom exemplo, citamos o descarte feito do conhecimento jornalístico necessariamente acrítico, cuja função seria somente integrar os indivíduos na sociedade, tomando a sociedade civil burguesa como referência universal, proposto por Robert Park. Genro Filho mostra como a definição de conhecimento de Park está atravessada pela epistemologia positivista, limitando o seu sentido a uma relação meramente funcional com o mundo.

"... Marx já indicou de forma inequívoca que a atividade prático-crítica dos homens está no coração do próprio conhecimento e, por isso mesmo, não se pode estabelecer contraposição absoluta entre sujeito e objeto, entre percepção e coisa ou, se preferirmos, entre atividade social que produz o mundo humano e os conceitos que desvendam o universo ..." (8)

Faltava na proposição de Robert Park contextualizar a produção jornalística no campo da práxis, tomando a história como processo autoprodutivo do gênero humano. Neste caso, a notícia, se bem que intimamente ligada a ambas, não é política e nem história, embora seja o material que possibilite a ação política; ela permite ao jornalismo escapar do rótulo do fenômeno orgânico do sistema social, revelando o seu potencial humanizador.

Dessa forma, o jornalismo impõe-se como uma possibilidade de os indivíduos partilharem realidades distantes através do mundo mediado pelos veículos de comunicação. Nas palavras de Violette Morin, o jornalismo, como modalidade de conhecimento específico, encerra virtudes cuja intensidade poderá um dia rivalizar com a já conhecida dimensão de seus vícios, sobejamente decantados nas publicações acadêmicas. Como um dos raros seguidores da vertente que concebe o jornalismo como conhecimento da realidade no Brasil, Eduardo Meaistch procura aprofundar a discussão no tocante as diferenças existentes entre o método científico e o "método" jornalístico. Na raiz do método científico estariam os conceitos de "fato" e teoria. O fato seria uma observação empiricamente verificada e a teoria a ordenação dos fatos. A teoria teria como função

restringir a amplitude dos fatos a serem estudados, desenvolver os conceitos, efetuar generalizações, prever fatos e indicar lacunas no conhecimento. Os fatos, por sua vez, lembra Meaistch, podem iniciar, rejeitar ou reformular teorias, além de auxiliar na redefinição ou esclarecimento do conhecimento sistematizado cientificamente. A principal diferença entre o método científico e o senso comum estaria na exigência de uma apreensão abstrata do real, que pressuporia a adoção de um sistema conceitual. A teoria exporia uma relação entre fatos e, a partir dela, surgiriam novas deduções através da lógica; após a verificação empírica das deduções, surgiriam novas teorias.

A sistematização do conhecimento científico, ancorada numa crescente abstração teórica, afastaria o saber conceitual das generalizações propostas pelo senso comum. O método jornalístico consideraria a reportagem como a forma clássica da prática jornalística. A reportagem partiria de uma pauta e não de uma hipótese como acontece nas ciências. Ao contrário das ciências ou das hipóteses, a pauta não isolaria variáveis e sim procuraria explorar um fato em todas as suas relações, em sua especificidade. Apesar de a apreensão da realidade ser sempre limitada, o ideal do jornalismo seria ampliá-la cada vez mais, permitindo aos leitores, ouvintes e telespectadores a socialização dos mundos inacessíveis para os sentidos humanos sem a mediação de natureza jornalística.

O não isolamento de variáveis impediria um nível

crescente de abstrações e a dificuldade de acumulação e sistematização dos dados condicionaria o tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo, que ficaria restrito à realidade empírica. A ciência permitiria o conhecimento do mundo explicável, enquanto o jornalismo abriria as portas para se conhecer o mundo sensível. A dificuldade de abstrações no conhecimento jornalístico leva Medistch a duas conclusões: a) o conhecimento proporcionado pelo jornalismo não supera as generalizações existentes no senso comum e; b) o senso comum seria o limite do jornalismo no nível de linguagem, uma vez que o público a que se destina a comunicação do jornalista é que iria determinar a exatidão conceitual desta nova forma discursiva.

O paradoxo do caso está no fato de que, embora partidário do jornalismo como modalidade de conhecimento singular do real/mundo, Medistch sugere que o saber permitido pela mediação jornalística seja similar ao obtido pelo senso comum. Ora, o próprio Genro Filho já havia advertido que um dos maiores equívocos do jornal **Hora do Povo**⁹ era o fortalecimento do senso comum, numa negação das mediações típicas ao conhecimento singular característica da produção jornalística. Caso o conhecimento fornecido pelo jornalismo fosse do mesmo matiz do advindo do senso comum, em primeiro lugar não haveria a razão para a existência da atividade jornalística como forma de se conhecer o real e, em segundo lugar, o jornalismo efetivamente teria o melhor de suas potencialidades solapadas, apenas reproduzindo espontaneamente a ordem plantada pela cultura hegemônica de uma época. A principal falha existente na ten-

tativa feita por Medistch de aprofundar a discussão do jornalismo como forma singular de conhecimento resulta da contraposição estabelecida entre conhecimento científico e "saber" jornalístico. Apesar de apresentar contribuições para um melhor entendimento da linguagem, da prática e do conhecimento típicos do jornalismo, Medistch, ao invés de caracterizar o jornalismo e a ciência como modos complementares de apreensão do mundo/realidade, opta pela contraposição entre os dois tipos de "saberes", restando ao jornalismo transitar pelo senso comum.

A especificidade do conhecimento gestado pela atividade jornalística permanece uma incógnita, principalmente após a limitação da linguagem utilizada pelo jornalismo aos níveis aceitos pelo senso comum. Como instância da práxis, a linguagem (discurso) desempenha papel significativo no processo humano de conhecimento da realidade, como mostra Schaff¹⁰. O fato de conhecer pressupõe o estabelecimento de uma série de relações capazes de permitir ao sujeito cognoscente (produtor dos fenômenos) o contato com a essência dos acontecimentos sociais, no processo sempre inacabado de parto, de construção do novo real. A linguagem jornalística, como modalidade singular de conhecimento, é incompatível com o nível da linguagem do senso comum, sempre presa às aparências fenomênicas. Se tivesse como limite a linguagem do senso comum, o jornalismo não exigiria formação especializada, aceitando os rótulos inevitáveis de que se trata de uma técnica empírica, rebelde à mensuração científica como proclama, entre outros, o

editor da Folha, Otávio Frias Filho. No livro **O Segredo da Pirâmide**, Genro Filho expõe a formulação mais completa do jornalismo como forma de conhecimento. Com base nas categorias filosóficas do universal, do particular e do singular, oriundas da filosofia grega mas trabalhada por Hegel na **Lógica** e na **Fenomenologia do Espírito** e por George Luckacs em **Introdução à Estética Marxista**, Genro Filho procura mostrar como o jornalismo encarna uma maneira singular de conhecimento do mundo, diferenciada quer das ciências quer das artes em geral.

Pela proposta de Luckacs, o conhecimento dos universais, ou seja, o conhecimento que exigisse grau elevado de abstração ou expressão conceitual, ficaria restrito ao campo das ciências, da filosofia. Apesar de "refletir" a mesma realidade alcançada pela ciência, a arte não utilizaria os conceitos próprios do conhecimento abstrato, cristalizando a apreensão do real através do particular estético - o típico. A divisão entre as formas de conhecimento não seria estanque, uma vez que universal, particular e singular são indissociáveis no processo de construção social do conhecimento do mundo/realidade. Para testar sua hipótese de que o aparecimento do jornalismo instaura uma modalidade específica de conhecimento, que é construída conscientemente na direção do singular, Genro Filho necessita contrapor-se a uma das conclusões de Luckacs, para quem, de acordo com suas finalidades, a ciência fixar-se-ia nos extremos do universal e do singular. Mesmo reconhecendo que a especialização permanente do objeto e a especialização do saber são capazes de induzir a uma imagem

equivocada do que existe ou tende a existir um conhecimento científico cristalizado no singular, Genro Filho observa que, por mais específico que seja o objeto e por mais especializado que seja o saber, o conhecimento científico aspira sempre ao universal, ficando o singular como o característico das informações que circulam entre os indivíduos na comunicação diária. Neste caso, a singularidade se manifestaria na atmosfera cultural de uma imediatividade compartilhada.

Como forma de diferenciar o singular artístico do singular próprio do jornalismo, Genro Filho afirma que na arte trata-se de uma singularidade arbitrária, um ponto de partida no caminho da criação estética, cujo termo conclusivo coincide com a superação da singularidade pela instauração do típico, do particular. No jornalismo, a singularidade, além de não admitir a arbitrariedade - mesmo construído há sempre um referente concreto -, é um ponto de chegada, que coincide com a superação do particular e do universal, que sobrevivem enquanto significados no corpo da notícia e são organizados pela ótica da singularidade. Como estruturado por Hegel, o processo de determinação do conhecimento é sempre direcionado do universal ao particular, isto é, embora, esteja conectado com o particular e o singular, o universal acaba transformando-se num pressuposto ontológico. Genro Filho alerta que a concepção hegeliana encerra a dialética nos confins da universalidade, subestimando as potencialidades do particular e do singular, que seriam "escravizados" pelo uni-

versal. Levada a risca diretamente a proposição de Hegel, não haveria espaço para criação da essência, uma vez que o novo apenas realizaria um conteúdo pressuposto a priori. Apesar de ter ofuscado de certa forma as peculiaridades do singular pela precedência ontológica do universal na determinação do conhecimento, as delimitações do pensamento hegeliano são essenciais para a compreensão de como o singular se define como o epicentro da informação produzida pelo jornalismo.

O trabalho de Hegel permite o entendimento pormenorizado da dialética, suas interpenetrações e a contraditoriedade existente na identidade entre o singular, particular e universal como momentos constitutivos da realidade. Ao mesmo tempo em que são expressões das diferentes dimensões do real, qualquer um dos três conceitos contém em seus interstícios os demais, através de suas relações lógicas. No universal estão presentes os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares responsáveis pela formação da universalidade. No singular, através da identidade real, diz Genro Filho, aparecem o particular e o universal, dos quais o singular é parte integrante e ativamente relacionada. Sem jamais perder suas qualidades de realidade dinâmica, o particular constitui-se como o ponto intermediário entre os extremos. O autor cita como exemplo o gênero humano: em cada homem singularmente considerado existem peculiaridades universais do gênero humano que o aproximam a todos os demais pela identidade. Na idéia do gênero humano como universal estão presentes todos os homens individualmente considerados em suas singulari-

dades. Neste caso, a particularidade poderia estar na família, num grupo determinado, numa classe social ou nação à qual pertença o indivíduo considerado. Como nos demais fenômenos sociais, Genro Filho postula a coexistência dessas três dimensões da realidade nos fatos jornalísticos:

"... Tomemos o exemplo de uma greve na região do ABC, em São Paulo. Ao ser transformado em notícia, em primeiro plano e explicitamente, serão considerados aqueles fatos mais específicos e determinados do movimento. ou seja, os aspectos mais singulares. Quem exatamente está em greve, quais são as reivindicações, como está sendo organizada a paralisação, quem são os líderes, qual a reação dos empresários e do governo, etc ... são algumas das perguntas imediatas que terão que ser respondidas. Mas a notícia da greve geral terá que ser elaborada como pertinente a um contexto político particular, levando em conta a identidade de outras greves ou fenômenos sociais relevantes ...". (11)

Embora sob a égide formal da singularidade, a particularidade do fato sempre fica explicitada quer de forma consciente ou não no momento da construção da realidade pelo jornalista. Acontece que, a despeito de ser o singular o responsável pela vida da notícia, a universalidade desse fato político estará sempre presente através do tratamento dado ao acontecimento. Na própria angulação da notícia, na titulação, no trabalho da linguagem cunhada. Enfim, na estruturação lógica dos elementos contidos no relato informativo estarão presentes certas posturas políticas no tocante a relação capital/trabalho, luta de classes e história, incompreensíveis fora da contextualização lógica permitida pelos conceitos de capital, luta de classes e história, por exemplo. A partir dessas relações,

Genro Filho afirma que o singular é a matéria-prima do jornalismo, isto é, o ângulo para onde convergem as determinações particulares e universais, pois, embora a construção da notícia pressuponha o singular como critério jornalístico básico, o conteúdo das informações é inseparável da particularidade e da universalidade inerentes à subjetividade do jornalista no processo de produção noticiosa.

NOTAS

1. FABRE, Maurice. **História da comunicação**. Lisboa, Moraes, 1980.
2. MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo, Ática, 1986.
3. HABERMAS, Jurgem. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. p. 218 e sps.
4. MARCONDES FILHO, Ciro. Op. cit. p. 3, 31-2.
5. PARK, Robert. "A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do Conhecimento. In: STEINBERG, Charles (org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo, Cultrix, 1972. p. 168-85.
6. GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Porto Alegre, Tchê, 1987. p. 57.
7. Id. Ib. p. 58.
8. Id. Ib. p. 59.
9. GENRO FILHO, Adelmo. "Hora do Povo - Uma Vertente para o Fascismo". **Brasil Debates**, São Paulo, 1983.
10. SCHAFF, Adam. **Linguagem e conhecimento**. Coimbra, Almedina, 1974. Realiza uma das mais interessantes demonstrações de como a linguagem resulta de um processo complexo de práticas sociais.
11. GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Op. cit. p. 163.

II - O DISCURSO JORNALÍSTICO NO CONHECIMENTO DO REAL

Ao libertar o jornalismo dos marcos de simples mercadoria funcional à manutenção de determinado sistema político-econômico. Genro Filho possibilita aproximação menos preconceituosa da atividade jornalística, que, posta no centro da práxis, passa a ser concebida como forma singular de conhecimento da realidade, rejeitando rótulos maniqueístas fabricados pelos estudos funcionalistas. Acontece que a formulação feita pelo autor de **O Segredo da Pirâmide** se, por um lado, vislumbra potencialidades otimistas para o jornalismo, por outro exige um aprofundamento da discussão sobre a gênese do discurso jornalístico. Em **Linguagem e Conhecimento**, Schaff¹ realiza um interessante trabalho sobre o papel ativo da linguagem no processo de conhecimento.

A linguagem (tanto no sentido de **linguagem falada, exteriorizada**, como no sentido de **linguagem interior**), diz Schaff, refere-se sempre a algo que existe objetivamente para o sujeito cognoscente, ainda quando o objeto é a realidade natural e social como realidade psíquica (os fatos da vida espiritual de outra pessoa). Como ponto de partida

Schaff adota uma velha querela no campo da teoria do conhecimento: o estabelecimento do que é primário - a linguagem, que neste caso criaria a nossa imagem da realidade - ou a realidade, que seria, então, reproduzida pela linguagem. Em poucas palavras, ou o processo lingüístico é ato de criação da imagem da realidade ou é ato do seu reflexo, de sua reprodução. Para os defensores da idéia de que a linguagem cria a realidade dada ao homem, a linguagem conteria em si uma concepção definida do mundo, que moldaria nosso modo de percepção do mundo/realidade. Entre os diversos representantes desta corrente há consenso de que a linguagem desempenha um papel ativo no ato de conhecer o real, embora seja feita uma associação desta primeira tese com uma segunda que proclama que a linguagem resulta de uma convenção arbitrária (Carnap e Ajdukiewics) ou da função simbólico particular à psique humana (Ernst Cassirer). Schaff procura mostrar as vinculações do princípio de tolerância de Carnap e do convencionalismo radical² de Ajdukiewicz estão na base da filosofia neo-positivista da linguagem, uma vez que a escolha da língua, com base numa convenção arbitrária, desconhece a origem da linguagem como produção social peculiar da humanidade, priorizando unicamente certos axiomas e regras lógicas, típicos de ciências dedutivas como a matemática. No caso da proposição de Cassirer de que a linguagem é uma das formas da função de simbolização particular ao pensamento humano, Schaff adverte que, em nenhum momento, são respondidas questões como se a linguagem, em sua modalidade atual, é dada biologicamente ou se desenvolveu sob a influência

de certos fatores externos. Com isso, o que é prioritário na discussão - saber se a linguagem é dada sob uma forma completamente feita ou se influenciou a sua formação um fato exterior fica sempre em segundo plano. É evidente que a linguagem, numa acepção definida do termo, "cria" a nossa imagem do mundo, uma vez que o real em si é impenetrável, mas, enquanto produto e elemento da atividade prática do homem, a linguagem, ao mesmo tempo em que cria uma imagem do mundo, enquadra-se entre as criações desse mundo transformado pelo próprio humano. Não sendo produto de convenção arbitrária, nem resultado de função biológica espontânea, mas advindo da prática social humana, a imagem do mundo oferecida pela linguagem dada não é arbitrária e nem pode ser mudada em virtude de uma escolha arbitrária. A linguagem cria uma imagem da realidade, mas não em função da escolha individual arbitrária de uma língua e sim pelos estereótipos impostos ao sujeito no decurso da apreensão do mundo e que são transmitidos aos pósteros como legados da cultura.

Apesar de suas ligações com a tradição do chamado reflexo científico do conhecimento, Schaff apresenta novos elementos para a compreensão do papel ativo da linguagem no processo cognitivo. Em primeiro lugar, lembra que o pensamento em forma conceitual seria impossível sem um sistema definido de regras semânticas e gramaticais, ou seja, as línguas. Em segundo observa que a linguagem enquanto produto definido constitui o fundamento social, dado do pensamento individual. O homem não somente

aprenderia a falar, mas também a pensar, uma vez que o pensamento conceitual é inconcebível sem a linguagem, que advém de um processo educativo de natureza social. O indivíduo teria a capacidade de transformar-se em um ponto de partida para as experiências sociais, que poderiam ser atualizados de forma criativa e inovadora, ainda sob a nítida influência das antigas gerações, isto é, como certa vez afirmara Marx, "o cérebro dos mortos oprime o cérebro dos vivos". A linguagem socialmente aprendida pelo indivíduo seria a base de seu pensamento, que permitiria não apenas suas relações sociais como também sua atividade intelectual. O estabelecimento da relação entre linguagem e pensamento como frutos da prática humana torna-se imperativo porque Schaff considera o conhecimento um pensamento particularmente qualificado.

O conhecimento é aqui concebido como um processo de pensamento (respectivamente o seu produto) que desaguaria numa construção social da realidade. O conhecimento de necessidades práticas porque serve para iluminar as ações humanas no mundo. Das relações do conhecimento com a prática, Schaff ressalta a feita através da linguagem. Sendo um sistema de suportes, de significação definidas, uma prática condensada, a linguagem influenciaria o modo de percepção da realidade, criando, em certo sentido, a imagem do mundo. Como forma de justificar sua hipótese de que o conhecimento, a percepção do real, são inseparáveis da prática social humana, Schaff aponta para o fato de que o esquimó vê dezenas de espécies de neve, enquanto o mon-

tanhês polaco veria algumas e o cidadão só uma. No caso do esquimó, a apreensão do real estaria influenciada pela linguagem apreendida que o obriga a uma articulação mais complicada até como forma de sobrevivência, enquanto o cidadão, que não enfrenta o drama de conviver com o gelo, aproxima-se do fenômeno de forma diferenciada, com outros objetivos práticos. Como vimos, a cultura deixa inevitáveis marcas na constituição da linguagem como modalidade de conhecimento, mas, ao mesmo tempo, a linguagem age constantemente no processo de desenvolvimento da cultura, numa contínua interdependência. Contrapondo-se às posições do marxismo que refuta o fato de que a linguagem seria pura ideologia e o sistema lingüístico simples reflexo do sistema social, do sistema de classes e de Sapir que, no extremo oposto, considera a linguagem em nada dependente do progresso da cultura. Schaff prefere localizar a linguagem no centro da práxis social. Com isso a apreensão do mundo, que é sempre feita a partir de um ângulo de visão determinado por certo grupo social, passaria a sofrer influência da linguagem, que interfiria no próprio movimento de metamorfose permanente da cultura. Logo, a linguagem constituída socialmente, deixaria de ser apenas mais um dos elementos para se transformar num dos co-criadores da cultura; assim estaria superada a definição tradicional, que coloca a linguagem como instrumento de transmissão da cultura de forma totalmente passiva. A tradição funcionalista muito pouco fez até agora a fim de desvendar o terreno nebuloso da chamada linguagem jornalística. A maioria das sistematizações feitas limita o discurso jornalístico a meia dúzia

de regras mecânicas que são insuficientes para se compreender a gênese e a especificidade da linguagem empregada no jornalismo. Em **Jornalismo e as Funções da Linguagem**, Gaudêncio Torquato, por exemplo, parte do pressuposto de que a linguagem jornalística tem como função reforçar os valores de interação social emanados do sistema de governo, no nosso caso do capitalismo. A linguagem jornalística, que seria por definição uma linguagem intermediária entre as linguagens especializadas e a linguagem popular, teria como função a mediação social. No caso do jornalismo, denominado como discurso da cultura de massa, restaria apenas procurar a concisão, a clareza, a precisão e a rapidez para que se atingisse plenamente sua funcionalidade, ou seja, promovesse de modo eficaz o controle social.

O interessado em descobrir os aspectos particulares do discurso jornalístico fica novamente frustrado em suas pretensões, pois o jornalismo, além de perder-se no emaranhado da cultura de massa em geral que engloba desde tele-novelas até revistas em quadrinhos, naufraga no clichê generalizante da mercadoria. O caráter histórico do jornalismo desaparece e a formação social capitalista impõe-se como paradigma imutável, que exige do discurso jornalístico a funcionalidade. A definição de linguagem jornalística como intermediária entre a científica e a popular pouco acrescenta porque não estabelece de que forma são diferentes os discursos próprios do jornalismo, da ciência e do senso comum. É até verdade que Torquato consegue, com a proposição, de modo intuitivo, superar conclusões

como a de Medina que considera a linguagem jornalística como gradação da linguagem comum, mas em nenhum momento ultrapassa os parâmetros permitidos pela funcionalidade da prática jornalística no capitalismo. A linguagem jornalística, de certo modo, até admite ser tratada como extensão da linguagem cotidiana, uma vez que ambas têm como epicentro a singularidade dos fenômenos. Acontece que, como lembra Genro Filho, "de certo modo", a filosofia é uma forma de religião, a arte uma forma de magia e o cinema uma forma de teatro; exige-se a distinção crucial entre cada uma das formas discursivas para que seja conhecida sua essência na contraposição com as demais.

Na mediação inerente à linguagem cotidiana, há apenas a interiorização da cultura pelo indivíduo quando do processo de construção social da realidade. Na linguagem jornalística haveria ainda duas outras mediações: a primeira decorre da integração social numa totalidade única e complexa, que transforma todo acontecimento singular num fenômeno mediado pelo todo; a segunda ocorre devido à intermediação proporcionada pelos meios de comunicação de massa, que permite às notícias (fatos construídos socialmente) circularem sem limitações pelos quatro cantos do planeta. Outra diferença de fundo é que, enquanto a linguagem comum procura apreender e comunicar fatos singulares vividos imediata e coletivamente, no jornalismo a construção social de forma singular de fenômenos distantes se dá como algo que estivesse sendo vivido no exato momento da comunicação. Ao contrário da linguagem comum, que apresenta a mediação

de significados culturais interiorizados na subjetividade individual, no jornalismo há ainda a mediação externa de meios de comunicação (rádio, jornal e TV) responsáveis pela simulação da imediaticidade do fato. Por fim, o que distingue o jornalismo do senso comum é que o discurso jornalístico é uma forma singular de conhecimento, que exige saber específico, ao passo que o conhecimento próprio à linguagem cotidiana restringe-se aos confins do saber empírico. No livro *Linguagem Jornalística*⁴ Lage relaciona a definição de linguagem jornalística com três quesitos: 1) os registros de linguagem; 2) o processo de comunicação e; 3) os compromissos ideológicos. No tocante aos registros de linguagem, a constituição do discurso jornalístico estaria restrita a palavras, expressões e regras combinatórias que são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal. A flexibilidade da conceituação permite a Lage a sua aplicação em qualquer época ou região, possibilitando a adaptação da linguagem às mudanças sofridas pela língua como a incorporação de neologismos ou denominações de objetos novos oriundos de origem científica ou popular como "leiser" ou "orelhão", por exemplo. O processo de comunicação jornalística é caracterizado como referencial, uma vez que o jornalismo falaria de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si, impondo o uso obrigatório da terceira pessoa. Por último, Lage lembra que "as grandes e pequenas questões da ideologia estão presentes na linguagem jornalística porque não se faz jornalismo fora da realidade e do tempo histórico", cabendo ao jornalista fazer, de preferência

conscientemente, suas opções no espectro ideológico do discurso social. A definição esboçada por Lage foge à qualquer tipo de esquematismo. Primeiro porque capta a dinamicidade do processo discursivo, que sofre modificações sucessivas a fim de atender às demandas sociais de cada época. Segundo porque supera as propostas redutoras da linguagem, nascidas com os manuais de redação, mostrando que, embora com algumas especificidades, a linguagem jornalística fica situada no centro da linguagem em geral (formal e coloquial).

Mas, ainda que afaste todo tipo de simplificação do processo de constituição da linguagem jornalística, Lage pouco contribui para elucidar a natureza do discurso do jornalismo. Ao contrário, para os menos avisados, após a recomendação de que o discurso coloquial - da linguagem cotidiana - seja adotado pela linguagem jornalística pode parecer, como propusera Medina, que o discurso jornalístico não passa de uma extensão da linguagem do senso comum. É lógico que, como bem ilustrou Lage, o jornalismo lança mão de neologismos introduzidos na linguagem pelos registros coloquiais, mas o que caracteriza a linguagem jornalística como algo específico é o fato de ser uma forma singular de conhecimento da realidade, gestada no coração da práxis humana. Se o primeiro tópico não compromete o conceito sugerido por Lage, o mesmo não acontece com o segundo. Tendo como ponto de partida as seis funções da linguagem - referencial, emotiva, conativa, fática, metalinguística e poética - o autor de **Estrutura da Notícia** afirma que a comunicação jornalística é referencial porque fala de algo no mundo, exterior, receptor e ao próprio

processo de comunicação em si. Ora, fica evidente que Lage ainda está preso à noção que pretende separar o inseparável, ou seja, a emissão da recepção. É óbvio que a realidade objetiva existe independente do sujeito, mas somente adquire significação no processo de relação de produção discursiva. Pelo menos desde Kant não há como cindir sujeito de objeto.

O jornalismo não pode falar de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao próprio processo de comunicação porque, fora da relação com sujeitos reais e concretos, inexistente qualquer possibilidade de significação. Adiante da práxis social não há mundo/realidade significativa; a linguagem jornalística, como instância da práxis humana, ao mesmo tempo em que permite o conhecimento do real, desempenha papel ativo na fabricação da realidade, de acordo com os estereótipos culturais. Na tentativa de justificar o caráter referencial da linguagem jornalística, Genro Filho alega que, nas relações imediatas da aldeia pré-capitalista, a totalidade restrita do mundo envolvia de modo significativo os indivíduos, que se comunicavam, ou seja, todos eram parte integrante da singularidade fenomênica do real, como ainda ocorre hoje ao nível das relações sociais e diretas. No jornalismo, ao contrário, não haveria integração objetiva, também diante dos jornalistas, com os fenômenos noticiados (artificialmente reproduzidos artificialmente como imediaticidade) e assim transportados ao público. A presença social do distanciamento efetivo que se impõe da realidade que está sendo reproduzida.

Logo, a linguagem jornalística seria referencial porque fala de algo que é concretamente exterior tanto ao emissor quanto ao emissor e receptor individualmente considerados.

O Postulado de Genro Filho, embora transplantado para o centro da práxis, padece do mesmo equívoco de Lage em conceber emissor e receptor de forma isoladas, sem falar, como iremos verificar mais adiante, que a defesa da função referencial está diretamente vinculada à defesa do primado de reprodução da realidade pelo discurso jornalístico uma tradição típica do realismo, que é incompatível com a linguagem enquanto instância da práxis, pois aceita como possível um real a priori da relação subjetiva. Oriunda da classificação feita por Jakobson, a linguagem, na sua função referencial ou denotativa, fica circunscrita aos parâmetros da chamada primeira semiologia⁵, que aceitava a divisão do signo em significante e significado. Como vimos, não há significação fora de um contexto de relação de construção/conhecimento realidade. A proposição de cisão do signo em significante e significado feita por Saussure em **Curso de Linguística Geral** cedeu lugar mais recentemente ao processo de semiose infinita, onde, em vez de um significado a priori, há sempre uma remissiva a outra significação imposta pelo aumento cultural; no máximo, como propõe Barthes em *S/Z*, a conotação da dualidade conotação/denotação assume o papel de última das denotações. O descarte da caracterização da linguagem jornalística não quer dizer que o discurso jornalístico não parta de um

referente concreto existente no mundo real. Muito pelo contrário, o jornalismo parte sim de uma realidade objetiva (referente) mas ocorre que o real assume determinada feição conforme os óculos sociais de cada cultura, isto é, não passa de uma construção social.

Genro Filho não percebe que, em qualquer produção simbólica humana, o caráter referencial não se dá pela participação direta (que dificilmente ocorre) ou não, do jornalista nos fenômenos relatados, mas sim na construção da pluralidade de fatos decorrentes da realidade fenomênica. Na totalidade histórica concreta o discurso jornalístico não fala de algo no mundo, exterior ao emissor e receptor individualmente falando a fim de reproduzir uma dada realidade. Como instância da prática o jornalismo efetua uma construção social do real. A exemplo da produção da história social pouco importa a participação direta ou não na produção dos fenômenos sociais - como advoga Genro Filho para constituir uma possível explicação para o caráter referencial da linguagem, até mesmo porque, em qualquer um dos casos, nem a produção da linguagem e muito menos da história se dão ao nível das individualidades. Como vimos, o discurso jornalístico nasce no centro das contradições sociais e de classe enquanto o processo social histórico resulta da autoprodução coletiva humana, onde as intervenções individuais, embora singulares, são sempre limitadas pelo horizonte da cultura. Por último a referencialidade não pertence ao domínio exclusivo da linguagem jornalística. Tanto o discurso das ciências

como o da arte partem de um referente concreto, que fica postado ao mundo real.

Em **Jornalismo e Funções da Linguagem**, Torquato, ao invés de cunhar a linguagem jornalística como referencial, prefere percorrer um caminho diferente, mostrando como o jornalismo, a fim de tornar a linguagem mais atraente, passa a utilizar todas as funções clássicas da linguagem, dependendo de cada época determinada. Nos primeiros jornais haveria uma certa predominância da função expressiva ou conativa: a função expressiva marcada pela presença de opiniões e sentimentos do jornalismo; a conativa, centrada no leitor, valer-se-ia dos direitos, tal como nos textos publicitários, e estaria representada pela imprensa típica do período da revolução francesa. Com o desenvolvimento da tecnologia jornalística, a fim de racionalizar os serviços de distribuição de notícias e reduzir os custos, passa a predominar a função referencial, com a perda da emoção no jornalismo devido ao mito da objetividade, gerando um empobrecimento da linguagem jornalística. A função denotativa começa a predominar sobre as demais expressivas, conativas ou poéticas. Para atender a novas necessidades sociais, havia uma exigência de certos grupos de pressão de que a linguagem jornalística fosse mais aberta, nasce o chamado novo jornalismo trazendo à tona as funções expressiva e poética. Era o enterro da fria objetividade jornalística. O jornalismo investigativo sucede o viés poético pelo metalinguístico. São textos explicativos, esclarecedores, didáticos a fim

de dirimir dúvidas e clarificar acontecimentos nebulosos, que tem como marca principal a interpretação. A nítida tentativa de reduzir a linguagem jornalística à tarefa funcional de ajustar os mecanismos de controle social não obscurece algumas pistas para desvendar as nuances do discurso jornalístico subjacentes a reflexão de Torquato.

É um dos raros trabalhos que busca penetrar no universo da linguagem jornalística de forma original. Enquanto Lage e Genro Filho são partidários da linguagem jornalística como referencial, Torquato observa que, embora a função mais comum no discurso jornalístico seja o referencial, de acordo com cada etapa da história, a linguagem explora mais ou menos uma das demais funções clássicas da linguagem. Um outro dado interessante. Torquato - fiel aos preceitos funcionalistas - quando da categorização da linguagem jornalística como referencial passa ao largo da discussão feita por Lage e Genro Filho para justificar o caráter denotativo do discurso jornalístico, apenas vinculando-o ao modelo professado pelo mito da objetividade do jornalismo norte-americano. O caráter central da crítica endereçada a ambos não reside em elencar o discurso jornalístico como referencial - o que de fato ocorre ainda que a referencialidade não seja patrimônio exclusivo do jornalismo - mas em afirmar que o discurso jornalístico é referencial porque fala de algo no mundo exterior ao emissor e ao receptor individualmente considerados. É bom lembrar que a aceitação do caráter referencial para a linguagem jornalística decorre do fato de

que o discurso jornalístico constrói socialmente as notícias a partir de um referencial no mundo e não, como supusera Torquato, devido "a frieza dos relatos provenientes da supremacia do mito de objetividade jornalística".

Como aparece em Jakobson, o conceito de função referencial da linguagem fica comprometido porque compartilha da postura de que há uma realidade a priori, passível de tradução objetiva. Até mesmo a função expressiva enfrenta diversos elementos complicadores. É inegável que no rastreamento feito, Torquato constata que, no jornalismo "opinativo", o sentimento do jornalista flui de modo explícito. Acontece que, em qualquer uma das outras fases da linguagem jornalística a subjetividade está presente, mudando apenas a sua forma, o que nos leva a crer que a linguagem jornalística será sempre "expressiva". Como bom filho do funcionalismo, Torquato rebela-se contra o mito da objetividade, mas retorna à casa paterna pela adoção acrítica das categorias introduzidas por Jakobson. Rico pelas possibilidades latentes que descortina, o pequeno texto de Torquato ultrapassa em muito suas pretensões de servir a funcionalidade da linguagem jornalística. Em **Linguagem Jornalística** Lage, através de uma definição ampla da linguagem, dá a entender que o discurso específico do jornalismo está em permanente mutação, agregando neologismos e registros de linguagem coloquial. Torquato, mesmo que não aborde quer ao nível da linguagem em geral quer no tocante a linguagem jornalística, o aspecto dinâmico do discurso, efetua uma demonstração prática de como, em suas diversas fases,

o jornalismo utilizou-se de linguagens diferenciadas.

É certo que, nas classificações procedidas, jamais conceitua em profundidade termos como jornalismo opinativo ou interpretativo, mas era esperar demais de um funcionalista que enfocasse a linguagem jornalística como instância da práxis, atravessada pelas contradições de classe da sociedade. Afinal o objetivo de Torquato era outro muito diferente e menos audacioso: procurar compreender melhor as modificações sofridas pela linguagem jornalística para ser mais eficaz em sua funcionalidade. Como terceiro componente da linguagem jornalística, Lage lista a ideologia. Um imenso avanço para um campo onde os profissionais são treinados a escrever de forma distanciada dos acontecimentos, mas ainda muito pouco porque não mostram como o discurso jornalístico expressava as marcas da ideologia. Desbravador de caminhos, Lage é sempre genérico: "o jornalismo é ideológico porque não se faz jornalismo fora do tempo e da história" ou "a primeira faceta que o leitor nota no jornal é a sua ideologia". Em primeiro lugar, Lage não define o sentido em que emprega a categoria ideologia. Na tradição das ciências sociais, originalmente, ideologia significa o conjunto de determinadas idéias mas, sob a influência do Marx de *A Ideologia Alemã* e, mais tarde, dos filósofos de Frankfurt, fez-se tábula rasa da história de constituição do termo, que passou a ser concebido como sinônimo de falsa consciência. Para um pensador dialético como Marx, reduzir a ideologia a falsa consciência era como avistar apenas uma das faces de uma moeda.

Não há como viver fora da ideologia de uma certa cultura. Caso a ideologia fosse apenas a falsa consciência do mundo, como explicar o nascimento de uma obra como **O Capital** profundamente contra-ideológica? Fica evidente que a palavra ideologia assume, neste particular, o significado de uma certa visão de mundo, oposta a ideologia hegemônica. Pela forma como aborda o jornalismo, fica implícita na colocação de Lage a adoção da categoria ideologia como visão de mundo, embora o modo específico como a ideologia se manifesta no discurso jornalístico seja negligenciado. É que, para alguns autores, a discussão da ideologia⁵ deixa o campo das contradições sociais de classe para assumir contornos até certo ponto ingênuos, do simples subjetivismo individual. Não é o caso de Lage, que busca apontar na escolha de designações como soldado/terrorista; líder/ditador ou grande fazendeiro e não latifundiário a interferência ativa do componente ideológico no processo de construção social da notícia. Acontece que Lage não consegue superar o terreno das generalizações, resumindo o universo de suas pesquisas ao cenário da linguagem em geral, sem atentar para as peculiaridades da linguagem jornalística. Se o jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir seus "fatos", não basta dizer que o discurso jornalístico pressupõe a constituição subjetiva. É necessário descobrir como a margem do arbítrio da subjetividade e da ideologia é incorporada a linguagem jornalística.

O desafio para resolver o enigma é aceito por Genro

Filho que, do mesmo modo que Lage, fica restrito ao quadro das generalidades. A diferença é que, enquanto Lage enfoca a influência da ideologia na formação da linguagem em geral, Genro Filho justifica sua proposição no caráter subjetivo do conhecimento partindo da analogia entre o conhecimento jornalístico e o conhecimento construído pelas diversas disciplinas científicas. Genro Filho afirma que os sujeitos humanos, com sua margem de arbítrio sobre o curso dos fenômenos, participam conscientemente da indeterminação objetiva do universo, à medida mesmo que podem determiná-los subjetivamente:

"... o conhecimento 'científico' da sociedade contém, intrinsecamente, a subjetividade como dimensão inseparável do objeto e a teoria que busca apreendê-lo. Isso significa que o conhecimento sobre a realidade histórico-social é sempre comprometido politicamente, pois se configura solidário com determinadas possibilidades do real e adversário de outras ...". (6)

A formulação de Genro Filho está correta porque, de fato, toda produção simbólica resulta de escolhas ideológicas feitas nos parâmetros de certa cultura, mas, para quem esperava verificar como se manifestava a inserção da ideologia no discurso jornalístico, a discussão não saiu do ponto inicial em que afirma que não há conhecimento fora da ideologia. A jornalista Sônia Aguiar Lopes⁷ procura de forma criativa resolver o impasse através de um estudo pormenorizado das condições de produção e enunciação do discurso jornalístico.

Lopes adota o referencial proposto por Bakhtin de que a linguagem reflete e retrata as contradições sociais, sendo a palavra um signo ideológico por excelência; caracteriza, então, a linguagem jornalística como um tipo de comunicação predominantemente indireta, isto é, que faz a intermediação entre um enunciador ou grupo de enunciadores e os leitores, ouvintes e telespectadores, dependendo do veículo. É aqui que Lopes dá um passo a frente em relação aos esforços desenvolvidos por Lage e Genro Filho, quando, em vez de resignar-se com a conclusão de que a ideologia atravessa qualquer forma de conhecimento, opta pela definição do relato jornalístico como discurso indireto, que pressupõe uma transmissão analítica do discurso de outrem. É o primeiro caso de empenho sistemático para, a partir do discurso próprio do jornalismo, apontar porque não há como produzir um certo relato jornalístico sem considerar influências ideológicas. A nítida tendência analítica do discurso indireto fica evidente na defesa feita por Bakhtin:

"... o emprego do discurso indireto ou de uma de suas variantes implica uma análise da enunciação simultânea ao do de transposição e inseparável dele. A tendência analítica do discurso indireto manifesta-se principalmente pelo fato de que os elementos emocionais e afetivos do discurso não são literalmente transpostos ao discurso indireto, na medida em que não são expressos no conteúdo, mas na forma da enunciação ..." (8)

Depois de lembrar que a autonomia do jornalista enquanto autor do texto fica limitada pela dependência de fontes de informação e opinião, transformando o discurs-

so jornalístico numa simbiose entre discurso narrativo e discurso citado (declarações), Lopes exemplifica melhor sua proposição:

"... em meio a uma conversa sobre o futuro econômico do país, um empresário diz a um jornalista: 'eu acho uma safadeza essa ameaça de calote da dívida externa'. Se a fonte pediu off, a jornalista poderia incluir a fala em seu texto dizendo que fulano considera uma 'safadeza' a ameaça de calote na dívida externa. Ou poderia, para ser um pouco mais fiel a situação comunicativa original, contar: ao se referir à dívida externa, Fulano mudou de fisionomia, contraiu o rosto e cerrou os dedos antes de esbravejar: 'eu acho uma safadeza essa ameaça de calote'..." (9)

Em qualquer uma das formas, Lopes observa que não há nenhuma alteração em relação ao conteúdo original da declaração, mas adverte que é a segunda que consegue aproximar a referência feita pelo locutor (empresário na situação de diálogo com o repórter) e a do seu relator, recuperando o sentido primeiro da enunciação. A premissa de Lopes está correta porque, na produção industrial de notícias as mediações entre fontes e repórteres, jornalistas e o jornal (empresa), além de supostas expectativas do leitor, são complexas, reduzindo em muito o papel do jornalista enquanto autor do texto, ao mesmo tempo em que a definição do discurso jornalístico como uma mistura de narração com fragmentos de fala permite introduzir um fator novo na discussão da linguagem jornalística.

Acontece que a aceitação pura e simples do exemplo de Lopes pode suprimir em muito as potencialidades do jornalismo como forma singular de conhecimento. Um dos

maiores vícios do chamado jornalismo declaratório, como veremos mais adiante, reside em restringir o discurso jornalístico a mera transcrição de falas como ocorre na citação da autora. Como contribuição fundamental, Lopes apresenta a caracterização do discurso indireto, típico do jornalismo, como analítico por excelência, uma vez que a transposição mecânica do discurso direto para o indireto é impossível e a análise é a alma do discurso indireto. Em **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, Bakhtin afirma que, dependendo da forma como se dá a análise do discurso indireto, assume duas variações como analisador do conteúdo ou como analisador de expressão. No primeiro caso, a enunciação de outrem é apreendida como tomada de posição com conteúdo semântico preciso, possibilitando uma recomposição do sentido da fala do sujeito do enunciado. Nesta modalidade da apreensão do discurso de outrem, tudo que não tenha significação temática perde o interesse, abrindo passagem para a réplica e os comentários, sem falar que demarca um nítido distanciamento entre o narrador e as palavras citadas. A preservação da integridade e autonomia da enunciação original se dá muito mais em termos semânticos do que sintáticos, uma vez que ocorre uma despersonalização das declarações. "A personalidade do falante só existe quando ocupa uma posição semântica determinada (cognitiva, ética, moral)"¹⁰, observa Bakhtin.

A análise do conteúdo do discurso de outrem não quer dizer que o narrador tenha sempre que concordar com o sujeito do enunciado, podendo apontar contradições da

da fonte sob forma de argumentos ou evasivas como demonstra Lopes:

"... apesar de ter feito 'vista grossa', o presidente Sarney não perdoou Ulysses Guimarães que, em sua estréia no horário gratuito, apresentou dona Margarida Melo, uma professora maranhense, reclamando da luta que teve que enfrentar para conseguir puxar luz elétrica para sua casa, distante 200 metros da Ilha do Curupu, de propriedade da família Sarney. A resposta veio rápida através do jornal **O Estado do Maranhão** e da **TV Mirante** de propriedade de Sarney. Tanto nas fotos do jornal como nas imagens reproduzidas em cadeia nacional pelo **TJ Brasil** do SBT, dona Margarida aparece ao lado de um rústico poste de madeira com a instalação elétrica e, depois, ao lado dos eletrodomésticos de sua casa ... O que aconteceu afinal? Sarney não entendeu bem a mensagem de Ulysses ou a produtora de Ulysses não deixou suficientemente claro que na casa de dona Margarida havia sim luz elétrica, após as dificuldades que ela passou para conseguir?" (11)

No discurso indireto analisador de expressão a enunciação de outrem é apreendida e transmitida como uma expressão própria do locutor, não só em relação ao objeto ou assunto sobre o qual fala, como também por sua maneira individual ou tipológica de expressar como, por exemplo, dificuldade de falar fluentemente ou utilização de jargões.

Nesta variante sempre há juízo de valor do narrador sobre a maneira de falar, pensar ou de se comportar de seu interlocutor. Pouco explorada no jornalismo, segundo Lopes, integra ao discurso indireto as palavras e maneiras de se expressar de outrem, facilitando a percepção da subjetividade e do caráter típico das declarações como formas específicas no conjunto da narrativa. Como meio

termo entre o discurso indireto analisador de conteúdo e o analisador de expressão, Bakhtin coloca a variante impressionista responsável pela transmissão do discurso interior - pensamentos e sentimentos dos personagens ou a registrar impressões subjetivas no tocante ao comportamento de alguém. É um recurso comum nas reportagens de perfil, crônica ou o conto, embora, às vezes, seja utilizado nas notícias para destacar um personagem, como constata Lopes:

"... Covas teve performance diferente da racionalidade que apresenta quando fala para outros políticos. O apelo foi a emotividade. Beijou e abraçou dezenas de velhos e crianças, comeu macarrão, tomou café, ouviu muitos pedidos, deu autógrafos e dançou samba. Fez um discurso e disse que, 'se chegar lá', continuará sendo o mesmo. Disse que o idoso não pode se sentir uma seringa descartável e afirmou que o problema tem que ser resolvido 'com um pouco de solidariedade' ..." (12)

NOTAS

1. SCHAFF, Adam. Op. Cit.
2. Um fator interessante na abordagem de Schaff está no fato de que repõe a linguagem no centro das relações sociais e de classe.
3. TORQUATO, Gaudêncio. "O Jornalismo e as Funções da Linguagem". In: **Comunicação e Sociedade**. IMS, São Bernardo do Campo, 1983.
4. LAGE, Nílson. Op. cit.
5. A divisão da semiologia aparece de modo mais explícito na Tese de Doutorado **As Marcas Linguísticas da Enunciação** de Milton José Pinto, ECO/UFRJ, 1988.
8. ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
9. LOPES, Sônia Aguiar. **O discurso jornalístico**. ECO/UFRJ, 1990.
10. LOPES, Sônia Aguiar. Id. Ibid.

11. LOPES, Sônia Aguiar. Id. Ibid.

12. LOPES, Sônia Aguiar. Id. Ibid.

III - DO MITO DA OBJETIVIDADE A NECESSIDADE DA INTERPRETAÇÃO

Não importa a forma, mas o mito da objetividade jornalística paira como a espada de Dâmocles sobre a cabeça de todos os profissionais do jornalismo. O peso da tradição funcionalista, herdado dos norte-americanos, não impediu apenas a exata compreensão da natureza da linguagem jornalística como também concebeu sistematizações teóricas capazes de adequar a prática do jornalismo aos moldes sugeridos pelos manuais de redação. Alguns autores como Lage são categóricos:

"... Um jornalismo que fosse ao mesmo tempo objetivo, imparcial e verdadeiro excluiria a toda outra forma de conhecimento, criando um objeto mitológico de sabedoria absoluta..." (3)

Caso siga a risca o conceito de objetividade, Lage observa que o jornalista estaria abandonando conscientemente a possibilidade das interpretações do mundo. Dentro do modelo apregoado pelos manuais, a competência é medida pela capacidade de observar e relatar com exatidão os acontecimentos diários, como se fosse possível construir o relato de determinado fenômeno sem deixar interferir fatores subjetivos.

"A interferência da subjetividade nas escolhas e na ordenação dos fatos será tanto maior quanto mais objetivo ou preso às aparências o texto pretenda ser ..." (2)

Em **O Segredo da Pirâmide**, Genro Filho afirma que a atividade jornalística não envolve uma captação e reprodução dos fenômenos como algo dotado de significado puramente objetivo, mas a reconstrução fenomênica já tomada significativa pelo subjetivismo da intermediação; ou seja, há uma série de mediações no processo de construção social da singularidade dos fatos jornalísticos. O jornalismo como prática necessariamente interpretativa é quase que riscado dos famosos manuais de redação. A interpretação somente é aceita quando brota da natureza dos fatos, isto é, quando se submete aos conceitos e preconceitos dominantes na sociedade. No livro **Técnicas de Codificação em Jornalismo**³, Mário Erbolato endossa o mito da objetividade ao acentuar a importância de separarmos os três aspectos da divulgação do fato: informação, opinião e interpretação.

Genro Filho não deixa de reconhecer que:

"há um grão de verdade na idéia de que a notícia não deve emitir juízos explícitos, à medida que isso contraria a natureza da informação jornalística moderna"

Mas lembra que sempre haverá um juízo de valor embutido na própria forma de apreensão, hierarquização e seleção dos fatos, bem como na constituição da linguagem no relacionamento espacial e temporal dos fenômenos através de sua difusão.

Em **O que é Jornalismo**⁴, Clóvis Rossi, a seu modo, encarna o sonho de um jornalismo objetivo, embora admita a impossibilidade de suprimir as impressões puramente pessoais causadas pelo fato no jornalista. Ora, as impressões absolutamente pessoais, friza Genro Filho, as idiossincrasias, constituem precisamente aquilo que não interessa discutir na questão da subjetividade.

"Se fosse possível o relato estritamente objetivo de um fato somado apenas às impressões puramente pessoais, a tese da objetividade estaria no fundamental correta. Não haveria nenhum problema político ou ideológico na manifestação desse tipo de subjetividade. Seria possível, então, um jornalismo "imparcial" em relação às questões fundamentais da luta de classes..." (5)

A crítica elaborada por Rossi ao mito da objetividade permanece restrita ao âmbito psicológico porque pressupõe que o fato jornalístico é em si mesmo objetivo, enquanto, por pertencer ao campo das relações sociais, o fato somente ganha significado a partir da apreensão subjetiva.

"... O julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega ao fenômeno somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo de sua existência como fato social. Não há um fato e várias opiniões, julgamentos, mas um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto a sua significação) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade, ou seja, a história como auto-produção humana ..." (6)

Dizer que o discurso jornalístico pressupõe a análise, a interpretação não resolve o problema porque qualquer dis-

curso sempre contém o ingrediente subjetivo. Afinal, qual o aspecto que diferencia a análise típica do jornalismo da análise inerente às ciências sociais ou naturais, por exemplo? A diferença básica está no fato de que a análise própria do jornalismo fica limitada a certos parâmetros, ou seja, a singularidade dos fenômenos, sem penetrar no reino dos conceitos sistematizados, que a abordagem puramente propagandística desvirtua a atividade em sua especificidade para desembocar no melhor dos casos em má propaganda. O discurso jornalístico, obviamente, não está imune as influências das demais formas de construção social da realidade - algumas das quais como a ciência e a arte, são encontradas nas páginas dos jornais diários seja através de artigos especializados ou de poemas.

O "novo jornalismo" que surgiu nos Estados Unidos, na década de 80, tendo a frente nomes como Tom Wolf, Hemingway e Capote, trabalhava nas fronteiras da literatura; mas o que diferencia o jornalismo como discurso específico é o fato de tratar-se de uma forma singular de conhecimento do real, que se caracteriza pela utilização do discurso indireto. Nos braços do mito da objetividade, nasceu a divisão estanque em jornalismo informativo, interpretativo e opinativo. Em *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*⁷, Marques de Melo observa que admitir a convivência de categorias que correspondem a modalidades de relações dos fatos e da idéias no espaço jornalístico não significa absolutamente desconhecer que o jornalismo continua a ser um processo social dotado de profundas implicações políticas, onde a expressão ideológica assume caráter determinante.

Cada processo jornalístico tem a sua própria dimensão em termos ideológicos, independentemente do artifício narrativo utilizado. Apesar de justificar que a distinção entre as categorias informativa e opinativa corresponde a um artifício profissional e político, Marques de Melo, antes de pretender explicar porque estabeleceu-se a divisão, procura conceituações de jornalismo capaz de mantê-la, a fim de estruturar a espinha dorsal de sua tese de livre-docência. No jornalista cubano José Benites, encontra o apoio para a classificação informativo/opinativo.

"O jornalismo não é somente a transmissão ou comunicação de notícias ou informações. É também comunicação de idéias, opiniões, juízos críticos (...) O chamado jornalismo de opinião fica restrito a editoriais, comentários, artigos ou crônicas enquanto o jornalismo informativo gira em torno da notícia, da atualidade ..." (8)

A tradição de separar as categorias jornalísticas em opinativa e informativa resultou de uma estratégia adotada pelo inglês Samuel Buckley do **Daily Courant** para fugir das imposições da censura. Naquela época, o jornalismo era tipicamente opinativo, de combate político. Buckley prefere, então "imprimir a notícia como notícia, sem comentários, para manter-se longe da polêmica com o poder."⁹ Introduzida pelo jornalismo britânico, a distinção entre notícia e comentário (opinião e informação) conquista a hegemonia no século XIX, quando da transformação da imprensa norte-americana em "fábricas de informações industriais", restando ao cabedal teórico funcionalista a defesa sistemática do modelo. A concepção norte-americana de

jornalismo - opinativo/informativo - não impediu o aparecimento de novas categorias de jornalismo em função de demandas diferenciadas experimentadas pelo discurso jornalístico. O conjunto de atributos fundamentais ao exercício da atividade elencados por Fraser Bond - informar, interpretar, orientar e entreter¹⁰ - serve para ilustrar que a prática jornalística havia agregado mais duas funções: a interpretação e o entretenimento. O jornalismo diversional ou de entretenimento quase não obteve adesões no meio acadêmico, mas o jornalismo interpretativo conseguiu inúmeros adeptos.

Os primeiros passos da modalidade ocorreram pouco antes da Segunda Guerra Mundial, a fim de produzir uma interpretação mais larga das notícias sobre políticas e governo, em todos os níveis, e oferecer meios mais exatos de aferição da opinião pública, como orientação para a política editorial. No Brasil, um dos principais legitimadores da divisão em jornalismo informativo, interpretativo e opinativo, o pernambucano Luís Beltrão, tendo como critério os papéis desempenhados junto aos leitores, ouvintes e telespectadores, propõe a classificação dos gêneros jornalísticos em: a) Informativo - Notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem; b) Interpretativo - Reportagem em profundidade e; c) Opinativo - Editorial, Artigo, Opinião Ilustrada, Opinião do Leitor e Crônica. Depois de questionar distinções como reportagem em profundidade; autonomia da história de interesse humano como gênero e da fotografia e da ampliação demasiada

da opinião do leitor, que abrangeria as cartas, entrevistas, depoimentos e enquetes, Marques de Melo opta por sugerir uma outra classificação: a) Informativo - Nota, Notícia, Reportagem e Entrevista e; b) Opinativo - Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Crônica, Caricatura e Carta. Para sustentar a classificação proposta, Marques de Melo adota dois critérios: primeiro agrupa os gêneros conforme a intencionalidade dos relatos, identificando duas vertentes; a reprodução do real (informativo) e a leitura do real (opinativo). Num caso, seria feita a simples observação da realidade e a descrição daquilo que é apreensível aos jornais enquanto, no outro, ocorreria a análise da realidade de acordo com os interesses da empresa ou dos articulistas.

Segundo, procura identidicar os gêneros a partir da natureza de cada relato, considerando a articulação existente entre o acontecimento (real), sua expressão em forma jornalística relato e a apreensão pela coletividade (leitura). Os gêneros informativos estariam vinculados a um referencial externo às instituições jornalísticas, dependendo da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação estabelecida entre os jornalistas e seus protagonistas. Nos opinativos, a estrutura da mensagem seria co-determinada por variáveis controladas pela empresa jornalística, assumindo duas feições: 1) autoria (quem emite a opinião) e angulagem (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido a opinião). As tendências chamadas de interpretativas e diversionais são excluídas da classificação de Marques de Melo, sob a

alegação de que não são familiares à prática jornalística brasileira; e reviver a interpretação, enquanto procedimento explicativo, encaixa-se perfeitamente dentro do jornalismo informativo e a diversão não passaria de um recurso narrativo que pretende estreitar os laços entre o jornal e seu público, sem transcender à descrição da realidade. A exclusão da variante interpretativa significa um retrocesso porque aceita como inevitável a divisão opinativo/informativo, filha diletta do mito positivista da objetividade jornalística.

Marques de Melo não desconhece as dificuldades de rezar pela cartilha da imparcialidade jornalística, lembrando que rejeita o mito da objetividade oriundo das "fábricas de notícias" norte-americanas, embora jamais consiga libertar-se de um conceito funcional de jornalismo. É bem verdade que Marques de Melo observa que o relato jornalístico pressupõe o compromisso ideológico, mas, ao contrário do que fizera Rossi, por exemplo, sequer especifica o modo de constituição do discurso jornalístico como forma individual ou coletiva (grupos ou classes). Tudo decorre da definição adotada pelo autor de **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**, para quem cabe ao discurso jornalístico reproduzir o real, ou seja, descrevê-lo jornalisticamente a partir de dois parâmetros: o atual e o novo; e ler o real, isto é, verificar o valor do atual, do novo no mundo. Não fica difícil deduzir que o primado realista fundamenta a formulação de Marques de Melo. Nem a realidade e muito menos o jornalismo são vistos como produto histórico. Como convém

as sistematizações funcionalistas, o real não passa de algo imutável, constituído a priori, restando ao jornalismo a tarefa de descrever os acontecimentos. O resgate de categorias como denotativo e conotativo, depositárias dos primeiros estudos semiológicos, quando ainda serve ou era dominante a crença da representação, da reprodução do real, serve apenas para ilustrar a dependência de Marques de Melo ao positivismo. Em nenhum momento o jornalismo é concebido como responsável pela construção social da realidade. A separação sujeito/objeto impede Marques de Melo de constatar que o homem, enquanto ser-no-mundo, não somente descreve jornalisticamente o atual, o novo, porque o novo resulta da ação prática dos homens, sujeitos/objetos na produção da história. A insistência no modelo dicotômico leva Marques de Melo a afirmar que o jornalismo articula-se em duas áreas de interesse: a informação e a opinião, ou seja, a descrição e a versão dos fatos. Nem de longe passa pela cabeça de Marques de Melo que o relato jornalístico seja sempre uma simples versão dos acontecimentos. É que, pela redução da tarefa do jornalista a mero espectador do real, que teria como obrigação observar e relatar os fenômenos, Marques de Melo fica impossibilitado de verificar que não há um real previamente dotado de significação. Como vimos, antes o jornalismo, ao invés de reproduzir determinado fenômeno, constrói uma pluralidade de fatos, dependendo dos preceitos ideológicos dos jornalistas/empresas de uma certa cultura.

Em meio a um emaranhado de contradições, Marques de Melo não deixa de apresentar algumas sugestões interessan-

tes. Em uma delas, lembra que o relato jornalístico somente adquire sentido quando do confronto com o destinatário, que teria autonomia para captar as determinações ideológicas das mensagens jornalísticas. Aqui Marques de Melo coloca novamente o jornalismo no coração da práxis, salientando que qualquer bem simbólico depende do momento da relação enunciativa para configurar uma significação, ao contrário do que apregoara no processo de narração dos acontecimentos pelo jornalismo. A contradição se justifica porque Marques, embora admita que o jornalismo seja uma atividade eminentemente política, não desincumbe o discurso jornalístico de uma reprodução verdadeira dos fenômenos.

No melhor estilo cartesiano, Marques de Melo reivindica o relato nacional dos acontecimentos como a essência do jornalismo. Fornece indícios das limitações da divisão das categorias em informativo/opinativo, alertando que não pretende fazer crer que a expressão opinativa (tomada no sentido da direção ideológica) se reduza à segunda categoria. Por linhas tortas, Marques de Melo vê-se obrigado a confessar o incofessável: guardando certos aspectos, todas as matérias são "opinativas", ou seja, produto da ação subjetiva, mostrando o equívoco da rejeição do jornalismo como atividade interpretativa. O domínio hegemônico do ideário da imparcialidade serve para explicar a desconfiança com uma modalidade de jornalismo que pretenda algo mais do que fazer relatos dos fatos. Como praticado nos Estados Unidos, o jornalismo interpretativo, ao invés de refutar o mito da objetividade, reforçava a pedra de sustentação da impren-

sa norte-americana, porque era apenas mais uma categoria incorporada ao discurso jornalístico junto ao opinativo e ao informativo. Um dos mais sistemáticos defensores desse novo tipo de jornalismo, Curtis MacDougall¹¹, afirmava que a interpretação é um julgamento objetivo, baseado no conhecimento acumulado de uma situação, tendência ou acontecimento. O julgamento editorial, por sua vez, é a avaliação subjetiva; pode incluir uma perspectiva dos fatos, mas existe um elemento adicional e diferenciador chamado impacto emocional.

Defensor ferrenho da divisão opinião (nas páginas editoriais) e interpretação (para o restante do noticiário), era pouco provável que MacDougall tivesse consciência de que estava dando um dos primeiros passos para corroer por dentro a mitologia da objetividade. Nem mesmo a visível fragilidade conceitual do jornalismo interpretativo, que entrara num beco sem saída ao aventar a possibilidade de se produzir um julgamento sem a intervenção subjetiva, conseguiu ofuscar a principal contribuição do movimento para o discurso jornalístico: a necessidade da interpretação. O próprio Luís Beltrão, na década de 60, não se cansava de enfatizar que o fato exposto pelo jornalismo precisava ser devidamente interpretado. O limite de Beltrão está em reduzir a interpretação à lógica das instituições, ou seja, interpretar significava refletir os fenômenos a partir do Estado de Direito. A confusão de Beltrão no manejo da definição de uma nova categoria jornalística era tamanho que, contraditoriamente, chegou a delimitar

o terreno da ação do jornalismo interpretativo ao exercício da reportagem em profundidade. A dependência de Beltrão ao Positivismo era nítida. De um lado ficava o jornalista e de outro o fato. A tarefa do profissional era a de interpretar o conhecimento para informar aos leitores, ouvintes e telespectadores, mas vale a pena ressaltar que depois do trabalho feito pelo decano da pesquisa no jornalismo brasileiro ficava quase impossível conceber a atividade jornalística sem considerar o fator interpretativo. Tanto é verdade que Marques de Melo, embora faça ressalvas ao gênero interpretativo como algo autônomo, lembra que a interpretação está embutida na variante informativa.

Discípulo de Beltrão, a única novidade introduzida por Marques de Melo está em extinguir o gênero interpretativo, incorporando a interpretação ao discurso informativo, ainda que a interpretação fosse sinônimo de explicação no mais puro estilo da mitologia da objetividade norte-americana. Passados quase três séculos, a classificação adotada aleatoriamente (opinativo/informativo) pela inglês Samuel Buckley permanece imutável, embora ancorada em separações discutíveis como opinião (subjetiva) e informação (objetiva), respaldadas pelo senso comum da prática profissional. A crítica à divisão resultante da experiência empírica não significa desmerecimento da prática. Pelo contrário, a melhor teoria brota da grandeza da prática. Acontece que, na interação dialética, teoria e prática são indissociáveis, contribuindo a teoria para iluminar a prática e a prática para corrigir as distorções constatadas pela teoria

quando confrontada com o concreto. Neste caso parece evidente que a teoria resolveu abrir mão de suas perspectivas em nome da tradição pragmática, como confessa Marques de Melo ao lembrar que a distinção entre opinativo/informativo serve apenas como um artifício profissional, embora seja inevitável a interpretação subjetiva nos dois campos. Com a renúncia do potencial crítico da teoria, a divisão opinativo/informativo, que deveria servir de ponto de partida para sistematizar a produção do discurso jornalístico, transforma-se numa conclusão em si.

Ninguém ousa fazer uma simples pergunta como, por exemplo, "por que uma separação tão discutível filosoficamente persiste por tanto tempo?" A decorrência direta da influência do mito da objetividade, mesmo que aceitável, parece muito pouco para explicar de modo satisfatório o fenômeno. Caso não estivesse sustentado por um artifício profissional, como notara Marques de Melo, dificilmente haveria o culto à dicotomia pelas redações. Como vimos, o texto jornalístico refuta adjetivações excessivas ou opiniões explícitas. Sem a formulação teórica capaz de mostrar que, em certa medida, todos os discursos são subjetivos, a melhor forma encontrada pelos profissionais para fugir do fantasma do panfletarismo acabou sendo a divisão opinativo/informativo, entre páginas editoriais e o restante do veículo.

Por certo, não era a melhor solução para o impasse. Talvez, no máximo, fosse a possível para o momento. Pri-

meiro, porque dizer que todo discurso não pode prescindir da intervenção subjetiva não quer dizer que não haja uma diferenciação nas várias configurações formadoras de denominado discurso jornalístico. Qualquer repórter em começo de carreira percebe a diferença nítida entre a linguagem utilizada nas crônicas ou nos editoriais das demais matérias batizadas de "informativas". Aliás, para ser mais preciso, quer dizer apenas que falta fundamentação filosófica para instaurar o binômio opinativo/informativo porque todos os textos são de alguma forma opinativos. Em **O Discurso Jornalístico**¹², Sônia Aguiar Lopes procura na especificidade da linguagem empregada no jornalismo as verdadeiras causas para a perpetuação do mito da objetividade, que redundaria, mais tarde, na divisão opinativo/informativo. Ao contrário de outras formas discursivas, como a científica ou a literária, no jornalismo não haveria uma total autonomia dos enunciadores no tocante a narrativa, uma vez que discurso jornalístico deriva de outros fragmentos de fala, ordenados através das técnicas jornalísticas. Sem desconsiderar que a "objetividade" necessária ao texto não pode ser confundida como uma comunicação inocente, isenta ou bem intencionada, na qual o narrador (teoricamente transparente) na terceira pessoa teria como a única função reportar o leitor a situação original dos acontecimentos, Lopes lembra que a prática jornalística exige que a informação seja organizada de modo unívoco a fim de que haja uma única interpretação pelo leitor. Fruto de uma visão particular dos acontecimentos, o discurso jornalístico pressuporia o distanciamento dos fenômenos como forma de garantir a objetivi-

dade do texto. Lopes observa, porém, que a tarefa do jornalista nada tem a ver com acompanhar e retratar toda uma situação para posterior interpretação e, sim, extrair do que viu e ouviu o que seja mais interessante para o público visado pelo veículo. Como o que vai ser dito estaria vinculado a uma interpretação presumível por parte do leitor, restaria ao jornalista o dilema de escolher o que dizer (seleção de informações e fragmento da fala) e como dizer (seleção vocabular, contextualização, hierarquização dos enunciados) sem provocar interpretações dúbias ou comprometer a fidedignidade da narrativa estruturada pela matéria.

A aceitação da intencionalidade de sentido em nada desmereceria a função decisiva do receptor na produção do discurso devido a obrigação de ter igual quadro significante. O eixo central da justificativa para o distanciamento na comunicação esboçada por Lopes vem da chamada dialética do evento e da significação do texto proposta pelo francês Paul Ricouer¹³: "De um lado o discurso se daria como evento, como acontecimento. De outro o discurso seria compreendido como significação". A diferença é que na comunicação oral o primeiro distanciamento seria o de dizer no dito, ou seja, o ato de dizer estaria subordinado àquilo que fazemos ao dizer - ordenar, ameaçar, prometer (ato ilocucionário) e aos efeitos que provocamos isto ou aquilo - obediência, medo, expectativa (ato perlocucionário) enquanto, no discurso jornalístico, o distanciamento começaria no dizer do dito, isto é, pela transposição para a escrita não apenas das falas obtidas das fontes de informação, mas

também da transcrição de suas atitudes durante a exposição (prometeram, ameaçaram?) e quais as conseqüências que provocaram através de suas declarações, ouvindo-se a outra parte envolvida na citação. Em geral o repórter/redator utiliza recursos gramaticais, sintáticos ou de pontuação para acentuar o sentido das colocações, substituindo os gestos, expressões faciais ou entonação de voz típicos da comunicação oral.

Como limita a abordagem do discurso jornalístico ao fenômeno impresso, Lopes detecta na alteração dos princípios e regras de referência a principal dificuldade dessa passagem da fala para a escrita. É que, no discurso oral, a possibilidade de apontar, nominar uma realidade comum aos interlocutores, facilita a referência, pois, mesmo quando não se pode mostrar o objeto de que se fala, tem-se a alternativa de situá-lo dentro do quadro de produção do discurso. No jornalismo impresso, a realidade do momento da produção do discurso (fragmentos de fala) não pode ser transmitida, mas necessita ser criada como forma de dar credibilidade ao relato jornalístico. Por mais que o mundo ou situação particular a que se referiram os fragmentos de discurso oral (pronunciamentos, entrevistas, etc) seja diferente da relação narrador/leitor presente no texto, o jornalista vê-se obrigado a tentar construir o fato com a máxima riqueza de dados, a fim de permitir uma exata compreensão do conhecimento pelos leitores. A experiência pragmática não estava de todo equivocada ao exigir a objetividade na produção do discurso jornalístico. Não é por outro motivo que Lage lembra que o relato jornalístico será tanto

mais objetivo quanto mais estiver preso às aparências do fenômeno. Nem mesmo a fragilidade conceitual conseguiu abalar os alicerces do mito da subjetividade por uma razão simples: a compreensão dos receptores está diretamente ligada a capacidade do jornalista em ilustrar da melhor forma possível as matérias publicadas ou veiculadas nos meios eletrônicos.

A necessidade constante de manter-se fiel à realidade tem levado inclusive muitos pesquisadores como Genro Filho, por exemplo, que são inimigos mortais do mito da objetividade, a reivindicar para o jornalismo a capacidade de reprodução dos fenômenos sociais. É lógico que, como concebido pela matriz norte-americana, a mitologia da objetividade esconde interesses de classe inconfessáveis, mas também porque pretende cancelar a divisão sujeito/objeto, desconsiderando o papel ativo do jornalismo na construção da realidade. O distanciamento proposto por Lopes na produção do discurso jornalístico, antes de reforçar o mito originário da objetividade, permite clarear um ponto considerado até então como obscuro na linguagem jornalística, ou seja, como se processa o relato dos fenômenos pelo jornalismo. O sonho ilusório de que a comunicação jornalística fosse apenas capaz de trazer o mundo a casa de cada um desfaz-se como que num passe de mágica e obriga o jornalismo a assumir-se como construção consciente do real, embora não se ignore as vantagens obtidas pela "objetividade" como o fim dos tempos adjetivados, muito comum no começo do século. O cenário esboçado por Lopes está restrito ao jorna-

lismo impresso mas se pode, sem qualquer prejuízo, transportá-lo para os veículos eletrônicos. No jornal ou nas revistas o jornalista utiliza-se de fragmentos da fala ou descrições de situações para fornecer os detalhes para que o leitor decifre o fato, ou de fotografias para tentar o impossível: "recriar" o fenômeno relatado através dos meios de comunicação de massa. No discurso televisivo, as imagens são as responsáveis pelo fascínio exercido pelo jornalismo. Se a fotografia era uma aliada forte para estimular o efeito do real, a imagem cumpre uma função inevitável de legitimar o conteúdo das reportagens. No jornalismo radiofônico, o som serve para compensar a falta de registro magnético. A apresentação de fragmentos da fala dos entrevistados e as reconstituições sonoras dos acontecimentos são dois artifícios poderosos. Talvez, sem perceber, Lopes estivesse fazendo uma concessão ao mito original da objetividade ao não incluir na sua proposição o jornalismo praticado nos meios eletrônicos. É que o principal argumento para justificar o distanciamento do fenômeno propriamente dito dos relatos elaborados pelo jornalismo - a impossibilidade de mostrar o real - poderia reacender as esperanças dos órfãos da objetividade, através das fotografias no jornalismo impresso, dos efeitos do som no rádio e das imagens e do som nos telejornais. Com a lúcida contribuição de Lopes, são conhecidas as bases para a proliferação do mito da objetividade jornalística, mas não são em nenhum momento questionadas algumas de suas conseqüências, como a divisão opinativo/informativo. Entre os pontos mais interessantes do livro **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**, de Marques de Melo, está uma constatação óbvia: nem tudo que se publica em jornal faz parte

do discurso específico da atividade jornalística. Acontece que Marques de Melo não se dá por conta que estava fornecendo os subsídios necessários para torpedear a classificação de gêneros jornalísticos que propusera a partir das categorias opinativo/informativo.

Para sacramentar a divisão opinativo/informativo, Marques de Melo não tem escapatória. Fica na obrigação de descrever os principais gêneros do tão propalado jornalismo opinativo. Na falta de melhores opções, não refuta nem mesmo a carta como um possível componente da realidade, esquecendo das especificidades do discurso jornalístico. Não há dúvidas de que todos os tipos elencados (Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Caricatura e Carta) são lugares-comuns nos meios de comunicação de massa; mas, da aceitação de que são freqüentadores assíduos da imprensa à sua inclusão como produções típicas do jornalismo são uma fraude constante. A flexibilidade da classificação decorre da incompreensão da natureza do discurso jornalístico. Nem a saudável diferenciação da linguagem da publicidade ou das relações públicas livra Marques de Melo da imprecisão conceitual, porque o jornalismo jamais lhe merece a denominação de forma singular de conhecimento do real/mundo. Vale lembrar que, pela pesquisa de Genro Filho, o saber próprio da atividade jornalística cumpre funções complementares aos conhecimentos gerados pelo senso comum, pelas artes ou ciências. Numa aproximação primária, não fica difícil observar que gêneros como a crônica e as caricaturas são muito mais vinculadas ao terreno das artes do que ao jornalismo. No desenvolvi-

mento da imprensa, a fragilidade da produção editorial encaminhou para as redações dos jornais nomes famosos como Balzac, Machado de Assis e Lima Barreto, ao ponto de, no Brasil, o nascimento das crônicas vincular-se ao jornalismo, embora, enquanto célebres cronistas, nenhum empregasse o discurso comum aos textos jornalísticos.

A diferença mais elementar entre um jornalista e um cronista está no fato de que, de posse das técnicas e elementos conceituais da profissão, qualquer redige um texto jornalístico, ao passo que escrever uma crônica exige talento artístico. No caso das ilustrações ou caricaturas, a proximidade do campo das artes fica patente até na regulamentação profissional de jornalista que dispensa o diploma universitário de jornalismo para exercer a função. Moldado pelas necessidades do mercado capitalista, o jornalista sofre modificações profundas na contemporaneidade. Se antes servira para substituir a indústria livreira, hoje permite a popularização das publicações do mercado editorial, através dos suplementos culturais ou literários. Uma filha diletta da nova fase são as resenhas, responsáveis pela apresentação dos últimos lançamentos do mercado editorial. Pela caracterização de Marques de Melo, as resenhas são mais um exemplo do jornalismo opinativo. Outro dado muito discutível. Em primeiro lugar porque as resenhas são derivadas de outras atividades profissionais, como a pesquisa científica, por exemplo. Em segundo, porque as resenhas nem sempre são "opinativas", assumindo feições de simples compilações de textos ou livros em se tratando da categoria resumo. Cada

vez mais Marques de Melo fica no centro de um discurso contraditório: lembra, com primazia, que nem todos os materiais publicados ou veiculados pela imprensa são jornalísticos, mas acaba não tendo outros motivos mais convincentes para enquadrar as resenhas como gênero do denominado jornalismo opinativo. Os artigos ou pequenos ensaios assinados por especialistas ou personalidades renomadas nada têm de jornalístico. Na maioria das vezes, ou são interpretações do real feitas dentro do espectro acadêmico, como ciência política ou a economia, ou são observações de políticos, empresários e líderes sindicais a propósito de fatos da atualidade. A produção de artigos não pressupõe o manejo apurados das técnicas e dos conceitos atribuídos ao jornalismo e nem poderia, porque a maior parte dos responsáveis pela sua sua redação sequer diferencia uma notícia de uma reportagem. Verdadeiro eco da sociedade, a imprensa acolhe os comentários feitos pelas personalidades dos mais diferentes setores, mas suas colaborações são desprovidas de qualquer conotação jornalística, ficando muito mais próximos dos saberes de natureza conceitual, provindos da ciência, ou do conhecimento assistemático oriundo do empirismo. No tratamento dispensado à carta como gênero jornalístico, Marques de Melo sustenta uma hipótese duplamente indefensável: 1) enquanto defende para o jornalismo uma atuação específica, pretende incluir como gênero jornalístico a carta que nasceu antes do advento da imprensa e; 2) o discurso utilizado nas cartas impõe a narrativa em primeira pessoa, ao passo que o jornalístico exige a terceira pessoa. Dos diversos textos publicados ou veiculados pela

imprensa, os editoriais e as colunas são os mais nobres representantes do chamado jornalismo opinativo. Aliás, era a própria crença estimulada pelo inglês Samuel Buckley de que a opinião era restrita aos editoriais que permitia a divisão opinativo/informativo. Ao contrário dos demais gêneros arrolados pela classificação de Marques de Melo, os editoriais são, como as colunas, produções instauradas pelo discurso jornalístico, cabendo apenas discutir até que ponto são justificáveis as razões para a manutenção das categorias opinativo e informativo. O domínio da tradição pragmática serviu para estimular deformações na prática do jornalismo. O consenso estabelecido de que o editorial e a coluna são espaços reservados para a opinião impediu a reflexão das peculiaridades do jornalismo desenvolvido nestes setores. Com sabemos, as estratégias de edição (como a escolha de chamadas, legendas, títulos e diagramação) além da estruturação da notícia no momento da redação são fatores mais do que suficientes para demolir as vigas da sustentação do mito do jornalismo sem opinião implícita. Resultado da práxis humana, o discurso jornalístico está impregnado pelas contradições ideológicas de cada cultura. A divisão opinativo/informativo, ao mesmo tempo que escamoteia a defesa de interesses particularistas, permite a privatização consentida de instâncias públicas por definição. O editorial recebe a lãurea de reduto legítimo dos donos da empresa. Ora, no tempo da Revolução Francesa, talvez até fosse aceitável o editorial propagandístico, mas as novas configurações assumidas pelo jornalismo são incompatíveis com os padrões de séculos passados. Legiti-

mado como opinativo, no sentido atribuído pelo mito da objetividade, o editorial cada vez mais adota uma linguagem afeiçoada à publicidade e distante do jornalismo. Como forma singular de conhecer o real/mundo, o discurso jornalístico deve estabelecer as mais variadas relações entre os fatos para permitir a compreensão exata do fenômeno pelo público.

Com uma linguagem tipicamente persuasiva, o editorial hoje, antes de efetuar uma análise criteriosa dos acontecimentos, mostrando prós e contras de cada um dos desdobramentos propostos; sem maiores pudores, omite dados essenciais a fim de cancelar intenções escusas dos proprietários de impérios jornalísticos. Proceder a análise criteriosa dos fatos significa admitir que jamais teremos um jornalismo e muito menos editoriais neutros, porque os bens simbólicos são indissociáveis dos preceitos ideológicos inerentes aos seus produtores. Um editorial digno da denominação de gênero jornalístico necessita interpretar a realidade de modo pluralista, aceitando generosamente os conflitos sociais. Pluralismo não quer dizer ecletismo, até porque as diferenças culturais e de classe são vistas como inevitáveis. Veículos públicos, os meios de comunicação têm como função básica o papel de caixa de ressonância dos anseios de coletividades. A privatização acentuada do espaço público no capitalismo inibe em muito as possibilidades da prática de um jornalismo editorialmente democrático, mas comete uma falha capital: não consegue impedir a formulação de outros modelos do discurso jornalístico, capazes

de contemplar as massas excluídas do processo de atualidade. Nas colunas a predominância do primado opinativo acarreta sérios prejuízos ao jornalismo como forma singular do conhecimento. A maioria dos colunistas confecciona textos mais indicados à seção de colaboradores do que às páginas noticiosas.

Os palpites, as afetações são comuns, sendo raros os casos de jornalistas-colunistas como Janio de Freitas que, na **Folha de São Paulo**, responde em grande parte pelas reportagens investigativas do veículo. Alguns, estudados numa pretensa neutralidade, são fiéis seguidores do estilo cultivado pelo célebre Carlos Castelo Branco, do **Jornal do Brasil**, sem perceber que a atividade desenvolvida por "Castelinho" nega qualquer conhecimento da realidade, uma vez que apenas interpreta os fatos a partir do Estado de Direito. Em geral, concedida aos profissionais experientes, a coluna não dá ao jornalista carta branca para elucubrações descabidas, exigindo como local privilegiado de conhecimento do real as melhores coberturas do cotidiano. A consagração da dicotomia opinativo/informativo resulta da aridez reflexiva no campo do jornalismo. Nem mesmo pesquisadores inovadores como Genro Filho são imunes às más influências do mito instalado pela objetividade, lembrando que:

"a tese de Lênin sobre a necessidade do jornal partidário enquanto organizador coletivo, com funções de análise crítica, luta ideológica, propaganda e agitação é, ainda presentemente, insuperada em sua fundamentação." (14)

Apesar da ressalva de que uma abordagem moralista ou limitada a propaganda desarma o jornalismo de seus aspectos específicos, Genro Filho, antes de romper com a tradição que expulsara pela porta da frente, colabora para a manutenção da dualidade opinativo/informativo. Com a divisão do trabalho no capitalismo tardio, não tem sentido atribuir ao jornalismo funções reservadas para a propaganda, favorecendo a proliferação de publicações intoleráveis aos leitores.

Como a classificação opinativo/informativo sobrevive amparada pela mitologia ingênua de que opinião e informação são dissociáveis na prática rotineira do discurso jornalístico, não tem cabimento manter a divisão sugerida pelo inglês Samuel Buckley. Na caracterização do objeto de estudo de *O Segredo da Pirâmide*, Genro Filho tipifica o fenômeno como jornalismo informativo. Até para fugir da carga afetativa das qualificações, preferimos um jornalismo sem adjetivações. Um jornalismo como recomendado pelo "novo" manual de redação da *Folha de São Paulo* está na contramão das metamorfoses sofridas pelo discurso jornalístico porque, como o Habermas de *A Mudança Estrutural na Esfera Pública*, sente saudades do jornalismo do século XIX. Como forma de conhecer o real, a matéria prima do jornalismo é a informação, sempre uma construção atormentada por clivagens ideológicas.

NOTAS

1. LAGE, Nílson. **Ideologia e técnica da notícia.** Petrópolis, Vozes, 1979. p. 61.
2. LAGE, Nílson. Id. Ib. p. 61
3. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 45.
4. ROSSI, Clóvis. Op. cit.
5. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 48.
6. GENRO FILHO, Adelmo. Id. Ibid. p. 49.
7. A obra que mais problematiza as categorias jornalísticas de Opinativo, Informativo e Intepretativo é a tese de livre-docência de José Marques de Melo **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**, ECA/USP. Petrópolis, Vozes, 1985.
8. BENITEZ, José. Apud MARQUES DE MELO, José. Id. Ibid.
9. Apud MARQUES DE MELO. Id. Ibid.
10. Apud MARQUES DE MELO, Id. Ibid.
11. Apud MARQUES DE MELO, Id. Ibid.
12. LOPES, Sônia Aguiar. Op. cit.
13. Apud LOPES, Id. Ibid.
14. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 46.

IV - A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

A chamada sociologia interpretativa norte-americana responde pelos primeiros trabalhos sistemáticos na tentativa de refutar alguns dogmas como o da reprodução da realidade, por exemplo, propostos pelo Positivismo para caracterizar o discurso jornalístico. Discípulo de Willian James, que antes inspirara Robert Park na pesquisa para enquadrar o jornalismo como um capítulo da sociologia do conhecimento, Alfred Schutz parte da distinção entre os múltiplos universos enfrentados pelos seres humanos (mundo dos sentidos, mundo da ciência, mundo dos sonhos e mundo da loucura), identificando o mundo do cotidiano de sentidos com a realidade suprema.

Em **Múltiplas Realidades**¹, Alfred Schutz lembra que, em lugar de adotar uma atitude de ceticismo frente aos fenômenos do mundo social, aceita os fenômenos como algo dado. Em outras palavras, Schutz quer dizer que o leitor de um periódico que, ao desconfiar da veracidade de um relato noticioso específico, não está negando a existência da notícia como fenômeno social. No máximo, determinado leitor, ouvinte ou telespectador poderia atacar a angulação reservada à cobertura de um acontecimento, mas os jornais e a notí-

cia mesma são vistos como algo objetivamente dados. A aceitação da existência objetiva dos fenômenos sociais recebe Em Schutz o nome de "atitude natural", que não deve ser confundida com o postulado positivista da existência do mundo natural independente à ação subjetiva, uma vez que em **Múltiplas Realidades**, ao invés de se ocupar dos fenômenos no mundo estuda a atitude desempenhada pelos setores sociais na abordagem do mundo. Na definição de "atitude natural", Schutz observa que a vida social pressupõe o termo e a intersubjetividade como socialmente dados, além de que o sujeito participaria ativamente da construção do mundo, através da criação de significados. A recepção estaria sempre condicionada pelo tempo definido socialmente pela experiência humana, reservando-se papel ativo tanto para o público, que estabelece um sentido para a notícia veiculada, como para o jornalista, que identifica na realidade complexa alguns itens como notícia, através da atribuição de significados aos fenômenos.

Em **La Produccion de La Noticia**², Tuchman adota as categorias de reflexividade e indicatividade oriundas dos sociólogos interpretativos para descrever como, em conversas compartilhadas, as pessoas dão sentido as experiências de seus interlocutores; como as pessoas dão sentido ao que dizem as notícias como relato do mundo cotidiano; como os repórteres dão sentido aos eventos ou como as pessoas se comportam desde um acontecimento qualquer até a caracterização do mundo diário. A reflexividade específica que os relatos estão enquadrados na mesma realidade que caracterizam, registram ou estruturam enquanto a indicatividade

é que permite verificar que, na utilização de relatos (termos, afirmações ou narrações), os sujeitos sociais podem atribuir significados a parte do contexto no qual os relatos são produzidos e processados. Tuchman observa que tanto a reflexividade como a indicatividade são componentes integrantes da transformação dos acontecimentos em relatos informativos, constituindo o caráter público da notícia e o próprio trabalho jornalístico. No primeiro caso, a notícia registra a realidade social ao mesmo tempo que resulta dela, uma vez que permite aos consumidores de notícias uma abstração seletiva elaborada para que seja coerente, embora seja inevitável a omissão de alguns detalhes.

"Quando os consumidores de notícias lêem, ouvem ou vêem notícias lhes acrescentam detalhes, porém não necessariamente aqueles que haviam sido suprimidos na produção do relato. A abstração seletiva e a representação da informação e a atribuição reflexiva de significado aos acontecimentos enquanto são notícias são características naturais da vida cotidiana." (3)

No segundo caso, Tuchman aproveita uma pesquisa de Garfinkel⁴ para reforçar o fator contextualização na produção informativa, afirmando que os trabalhadores se baseiam sempre na sua compreensão dos processos de uma instituição para produzir informes sobre determinados aspectos de seu trabalho. Quando um repórter de uma seção designa uma notícia como "quente", está levando em consideração a sua compreensão pessoal do processo de produção de notícias "quentes"; quando o prefeito municipal recebe a denominação de chefe da municipalidade, o repórter está se

baseando em seus critérios de compreensão dos políticos e informativos que transformam os políticos em representações da cidade. A constatação leva Tuchman a concluir que, em todas as instâncias, o trabalho informativo está enquadrado de maneira reflexiva no contexto de sua produção e apresentação. Para justificar a proposição de que as notícias são realidades construídas socialmente, Tuchman adverte que os significados sociais se transformam em regras sociais institucionalizadas que podem ser invocadas para legitimar ações.

"Os significados podem ser modificados, de modo muito parecido como são transformados os significados das palavras quando são aplicados em novas situações. Também podem ser codificados a parte dos contextos em que originalmente foram desenvolvidos. Retirado do contexto em que fora proposto, um procedimento pode passar a ser a maneira de fazer algo, isto é, pode ser transmitido ao mundo de nossos sucessores como um fato dado, histórico, objetivo." (5)

Como fizera Robert Park na década de 40, Tuchman estabelece bases seguras para demonstrar como se dá a construção social do discurso jornalístico, mas padece do mesmo mal: no fim das contas reduz a função do jornalismo a legitimação do "status quo".

Ora, como forma de conhecimento do real/mundo, o discurso jornalístico, sempre construído socialmente, tanto pode legitimar quanto subverter a lógica das instituições dominantes, dependendo do contexto de sua produção. Apesar de restringir o conhecimento obtido pela notícias à manutenção do sistema hegemônico, Tuchman elabora

uma contribuição pioneira capaz de se contrapor ao mito da reprodução da realidade, que impera no meio jornalístico, contagiando até mesmo pensadores como Genro Filho. Depois de permitir uma nova discussão de como se efetiva a produção do discurso jornalístico, mostrando que, em vez de um fato e várias versões, há um mesmo fenômeno e uma pluralidade de fatos, Genro Filho não escapa da tentação de incumbir o jornalismo de reproduzir a realidade pelo viés da singularidade. Se é uma verdade que a definição do jornalismo como forma singular de conhecimento aparece como um legado inquestionável do autor de **O Segredo da Pirâmide**, na adoção do velho jargão de reprodução do real, Genro Filho endossa o primado típico do realismo. Com um referencial filosófico ancorado nas premissas da estética luckacsiana dá para entender a "recaída"; mas a janela aberta com a especificação da intervenção subjetiva na produção do real/mundo não admitia mais ser fechada, através da exigência da reprodução da realidade.

O interessante é que toda a pesquisa feita por Genro Filho desemboca em outra saída: a que propõe que o discurso jornalístico, como instância da práxis humana, produz sempre construções parciais do real. A realidade como processo permanente de autoprodução, dada a sua efemeridade, não permite ser reproduzida por qualquer das formas de conhecimento manejadas pelos homens como a arte ou a ciência. Isso, por exemplo, fica evidente numa outra parte da obra do próprio Genro Filho:

"Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo determinação objetivas e subjetivas. Isso quer dizer que há uma certa margem de arbítrio da subjetividade, embora limitada objetivamente. A objetividade oferece na multidão infinita de aspectos, nuances, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas. Além disso, a significação é algo que constantemente vai se produzindo pela dialética dos objetos em si mesmos quando da relação sujeito-objeto." (6)

O paradoxo vivido por Genro Filho resulta da ambiguidade da estética formulada por Luckacs. De um lado, o mestre húngaro permitira melhor compreensão da natureza artística, através de um conhecimento cristalizado do particular, diferenciado do saber conceitual "universal", oriundo das ciências. De outro, efetiva um enorme recuo na caracterização das funções da arte, propondo que caberia à produção artística a tarefa de reproduzir o real, tendo como parâmetro a particularidade, o típico, o primado defendido pela estética realista de que o mundo cotidiano é passível de representação, da reprodução estabelecida, as bases de sustentação da famosa "teoria do reflexo", que receberia novos contornos durante o período sombrio da ditadura de Josef Stálin.

O filósofo Adam Schaff² demonstra que o termo reprodução ou reflexo, que tem uma história tão longa e polêmica quanto a da palavra verdade, ostenta três compreensões diferentes. Na primeira a categoria serve para nomear a relação da causa e efeito entre as influências recebidas do mundo material e os atos psíquicos que elas provocam. Na segunda, reflexo significa a relação esta-

belecida entre os atos psíquicos e os caracteres da sociedade que os condicionam, exercendo uma ação formadora na atitude do sujeito. Na terceira, entende-se a palavra reflexo no sentido gnosiológico, a relação cognitiva específica, que ocorre entre os conteúdos de determinados atos psíquicos e os seus correlativos sob forma de elementos definitivos do mundo material. Embora reconheça que a diferenciação não constitui uma classificação rígida que as diversas acepções da palavra reflexo confundem-se e se sobrepõem, Schaff observa que qualquer uma delas admite a existência de uma realidade que existe fora e independente de qualquer espírito, que seria "reproduzida", refletida pelo espírito. Em cada uma de suas acepções, a teoria do reflexo implicaria uma tomada de posição realista, mas que não seria necessariamente materialista. Um idealista objetivo pode defender, como tem ocorrido na história da filosofia, a concepção do reflexo da realidade. Em segundo lugar, em cada uma das acepções existe uma dependência de causa e efeito entre a ação da realidade sobre o espírito e o que se apresenta ao espírito.

Em terceiro lugar, cada uma delas significa não só a admissão da dependência genética entre a realidade objetiva e a representação de espírito, mas também uma relação de conformidade entre o conteúdo da sensação, e a realidade. Em último lugar, aparece a palavra reflexo vinculada, em cada uma das suas acepções, à distinção da sensação ou conteúdo da realidade. Deste ponto de vista, o reflexo seria sempre uma ação subjetiva e, em cada um de seus

sentidos, implicaria a subjetividade. No caso concreto do nosso exemplo, cada acepção da teoria do reflexo acarretaria duas implicações filosóficas: o realismo, dirigido contra o idealismo subjetivo e anti-agnosticismo, dirigido contra a natureza incognoscível do mundo. Schaff lembra que a disposição das diferentes correntes da teoria do reflexo remete à questão de se se deve interpretar a relação reflexo em consideração às categorias de semelhança ou de correspondência. No primeiro caso (isto é, da semelhança) trata-se de uma relação entre o que se apresenta ao espírito e a realidade, relação na qual, pelo menos, certas qualidades do reflexo e do que é reflexo são as mesmas, se não idênticas. No segundo (da correspondência), trata-se de um paralelismo de séries - da realidade e do que se apresenta ao espírito, cujos elementos estão em relação unívoca e tem, por conseqüência, a mesma estrutura do conjunto, mas sem se assemelharem no sentido em que algumas de suas qualidades seriam as mesmas ou idênticas. A discussão envolvendo a compreensão de reflexo como semelhança ou como correspondência não interessa a Schaff, que prefere, de forma abstrata, percorrer os caminhos do processo real de conhecimento do mundo/realidade.

O primeiro passo indica a contraditoriedade da teoria dos escalões do conhecimento, que apregoa que há em primeiro lugar, no processo de conhecimento, uma percepção sensível ("pura") e o pensamento conceitual puro, aparecendo a prática só no fim. Na verdade, a percepção não está apenas vinculada à unidade linguagem/pensamento, mas é também

orientada de certa maneira pela language e dela depende neste sentido, uma vez que o processo de conhecer o mundo está no seio da práxis humana. Embora faça a constante ressalva de que o conhecimento do mundo não é um reflexo mecânico do real, Schaff não chega a rejeitar a chamada teoria do reflexo. No nosso entendimento, nem a advertência de que o reflexo seria sempre subjetivo permite o equívoco da manutenção da teoria do reflexo que, entre outros resultados, desaguou no "realismo socialista". Se o ato de conhecer o mundo real é impregnado pela subjetividade humana, como insistir na hipótese do reflexo da realidade? Julgamos que o termo construção seja mais adequado para designar os conhecimentos sempre parciais e precários advindos da práxis humana na realidade concreta. A mitologia da reprodução do real no discurso jornalístico estava respaldada até mesmo pelas pesquisas de ilustres semiólogos como o norte-americano Charles Peirce. Em **A Estrutura do Ausente**, Umberto Eco⁸ constata que provém da definição peirciana de ícone como "aqueles signos que possuem certa nativa semelhança com o objeto a que se reportam a noção de ilusão da imagem como reprodução do real", muito comum no jornalismo, considerado como o discurso da realidade.

Mesmo a conceitualização de Charles Morris⁹, que classifica o signo icônico como aquele que possui algumas propriedades do objeto representado, ou melhor, que não teria as qualidades de seu denotado, não foge da tentação de representação da realidade. As lacunas da fórmula morrissiana são visíveis e o próprio Morris corrige a rigidez

na noção, afirmando que um signo icônico é um signo semelhante em alguns aspectos ao que denota. Neste caso, a iconocidade seria uma questão de grau. Uma das conclusões que Eco retira da retificação de Morris é que os signos icônicos não possuem as propriedades do objeto representado, mas reproduziriam algumas condições da percepção humana, com base nos códigos perceptivos, selecionando os estímulos que - eliminados os estímulos restantes - podem nos permitir construir uma estrutura perceptiva que possua - baseado nos códigos da experiência adquirida - o mesmo significado da experiência real denotada pelo signo técnico. É um dado da experiência comum o fato de podermos nos comunicar tanto por meio de signos figurativos como de signos verbais; e o problema das comunicações visuais é saber como e porque nos pode acontecer igual às coisas de um signo gráfico ou fotografias sem nenhum elemento material em comum com elas. Eco lembra que os signos icônicos produziriam algumas condições de percepção do objeto, mas depois de tê-las selecionado com base em códigos de reconhecimento (Eco não esclarece mas os códigos são sempre culturais) e denotado ou anotado com base em convenções gráficas.

Como os códigos de reconhecimento (a exemplo dos códigos de percepção) abrangeriam aspectos pertinentes aos objetos, existiria, portanto, um código icônico que estabeleceria a equivalência entre determinado signo gráfico e um traço pertinente do código de reconhecimento. O signo icônico nem sempre seria tão claramente representa-

tivo quanto se crê, o que se confirmaria pelo fato de, na maioria das vezes, ser acompanhada de inscrições verbais, uma vez que, mesmo reconhecível, aparece carregada de ambigüidade. Como denotaria mais facilmente o universal do que o particular (a casa e não uma casa determinada) o signo icônico construiria modelos de ligações (entre fenômenos gráficos) homólogos ao modelo de relações perceptivas que construiríamos ao conhecer e recordar o objeto. O esforço de Eco consiste em desmistificar a hipótese de que seria possível a reprodução da realidade no campo nas imagens em contraposição à noção presente na produção da chamada primeira fase da semiologia em que Barthes¹⁰, por exemplo, alega que não qualificaria as fotografias de moda porque nelas havia pouco a interpretar, uma vez que apresentavam uma "cópia" do real. Em o S/Z Barthes rompe de vez com o pressuposto de representação como sinônimo da reprodução do real/mundo:

"... o discurso não tem qualquer compromisso com o real: mesmo no romance realista, o referente não tem realidade. Imagine-se a desordem provada pela narração mais sensata, se as suas descrições fossem contraditórias. Em suma, aquilo que chamamos de real nunca é mais do que um código de representação. O real romanesco é inexequível. Identificar o real com o exequível seria reduzir o romance ao limite do seu gênero..." (11)

O desafio barthesiano não quer dizer que o discurso dispensa o referente na realidade de uma cultura determinada. Ao contrário, pretende apenas observar que a produção discursiva não passa de uma certa construção do mundo que, no caso da arte (literatura), nem sempre o mundo

romanesco está assentado no mundo cotidiano. Barthes não cita mas podemos como forma de ilustrar sua colocação elencar as criações do realismo fantástico, onde a maioria das personagens são fruto de mitos aculturais. Talvez a diferença mais substancial entre a construção do discurso jornalístico e àquela efetuada pela criação artística seja o fato de que o jornalismo trabalha quase sempre no nível de fenômenos concretizados, enquanto que a arte atua no campo dos fenômenos possíveis, abrindo passagem para a liberdade de criação de novos "mundos". Podemos explicar melhor: o cinema pode produzir um filme de ficção científica que projeta a humanidade para o ano 2080, com as suas relações sociais, avanços tecnológicos e problemas políticos, enquanto que ao jornalismo caberia, no máximo, a construção de um relato do filme, que é o fenômeno concreto na realidade. Em **Mortes em Derrapagens**, Fausto Neto¹² parte da crítica aos postulados de que o discurso jornalístico corresponderia ao fato em si mesmo e de que os jornais não construiriam foguetes, mas apenas relatariam seus lançamentos - o que não deve ser confundido com a postura esboçada acima, onde fica explícita a colocação de que o jornalismo opera recortes, construções do real para engrossar a fileira dos partidários de que o jornalismo produz realidade.

Impossibilitado de "reproduzir" o real, uma vez que o tempo do fato bruto de um episódio qualquer difere do tempo utilizado no discurso, restaria ao jornalismo a mediação subjetiva na procura de uma "reconstituição" do tempo

do fato bruto. Neste caso, a impossibilidade de reconstrução do fenômeno não apareceria como limitação do sujeito, mas sim como demonstração da potência subjetiva da práxis no parto da realidade, uma vez que nossa compreensão definiria como legítimo o nivelamento do tempo discursivo com o tempo próprio do fato. O discurso jornalístico estaria estruturado a partir de dois momentos estratégicos: operação e construção. A ação subjetiva ficaria subordinada ao campo da linguagem, contrariando a noção pragmática que condiciona o bom exercício da profissão ao domínio da linguagem e das normas de redação.

"O trabalho do sujeito, a partir e através do doutro, não é algo mecânico e não pode repousar sobre a idéia de que do simples recurso à língua resultaria a transparência das mensagens. Não se trata de achar apenas, um atributo significativo para as coisas. É possível que nem sempre exista uma atribuição imediata para as coisas e os termos ... uma vez que o grau de nomeação das coisas pelas palavras não se daria apenas pelo recurso da justaposição, mas da ação enunciativa do sujeito ..." (13)

Situado no centro de um processo de semiose infinito, o sujeito produziria um discurso sempre multidimensional, dependendo de escolhas ideológicas, o que impediria o sujeito enunciativo de controlar a linguagem de forma instrumental, dentro de uma relação unidimensional entre sujeito e signo.

Mais do que um campo de ação para o jornalista, a linguagem seria um recurso utilizado pelo sujeito na construção subjetiva da realidade. Imerso num mundo mediado pelo discurso, o sujeito se constitui como significante

na medida em que dá significação ao mundo. No caso particular da enunciação jornalística, Fausto Neto observa que ocorre a recriação do lugar do outro a partir, primeiro, da tomada da palavra como representante da coisa e segundo pela adoção de múltiplas modalidades substitutivas (linguísticas, discursivas, pedagógicas ...), caracterizando o discurso da atualidade como uma produção oriunda de empréstimos culturais de outros campos. Entre outras contribuições das demais áreas para o jornalismo teríamos por exemplo: as vozes deontológicas que regem um certo fazer discursivo; as vozes da técnica ou as vozes do anonimato em se tratando de notícias construídas tendo como boas fontes não identificadas. Isso tornaria a enunciação jornalística regulamentada em duas instâncias: a dos chamados macro-códigos (a língua, as matrizes culturais, as regras sociais, a ética e as ideologias) e os micro-códigos criados como dispositivos internos dos meios de comunicação como são os manuais de redação. Verdadeiros guias de produção do discurso de cada empresa, os manuais são responsáveis pela definição das regras específicas para a construção de certa leitura da realidade, levando Fausto Neto à constatação de que não há uma única realidade, uma vez que estaríamos diante de uma multiplicidade de realidades, agenciadas por estratégias e contextos precisos.

Nos manuais de redação, são sugeridas inúmeras operações a fim de facilitar o processo de leitura do real pelos receptores. A própria fragmentação dos jornais em cadernos

serviria de suporte para uma maneira de encarar e designar a realidade de modo compartimentado ou pela recomendação para que seja limitado o universo de expressões utilizadas pelos jornalistas, como ocorre em algumas emissoras de televisão¹⁴. Todo o trabalho de edição jornalística ficaria condicionado a uma série de procedimentos que pretenderia estruturar o campo da recepção e que Fausto Neto denomina de contrato de leitura. Na própria economia discursiva, haveria a indicação não apenas de como construir as notícias, mas estaria implícita uma certa idéia de receptor, que determinaria todo o processo de enunciação. O veículo trabalharia sempre com a noção de que o receptor não conhece ou não dispõe de outros meios de informação, nem estabeleceria relações ou análise dos fenômenos sociais, sendo capturado pela interpretação proposta pela mídia do real/mundo. Noutras palavras, caberia ao receptor cancelar a leitura da realidade apresentada pela enunciação jornalística. Pelas regras do Manual de Redação da **Folha de São Paulo**, por exemplo, o jornalista não teria sequer direito à emoção para evitar prejuízos no desempenho de seu trabalho, completando uma perfeita dupla com o receptor abobalhado, extirpado de seu sistema cognitivo, que recalçaria o próprio inconsciente para priorizar o inconsciente das fontes:

"... Atento às trapaças do outro, o discurso jornalístico singulariza, com esta metodologia, a compreensão de que a dimensão subjetiva da enunciação está apenas do lado de quem lhe fornece as mercadorias - objetos do discurso de atualidade. Para tanto, aquilo que é dito de uma forma equivocada deve ser, portanto, publicizada, porque se presta a dar conta desta realidade, isto é, como funciona o inconsciente das fontes ..." (15)

A gramática de produção adotada pela **Folha de São Paulo** reflete em larga escala o pensamento mercadológico do jornalismo contemporâneo. Tomando o projeto **Folha** como exemplo, Fausto Neto empreende um diagnóstico completo da produção do discurso da atualidade no mundo moderno, demonstrando o lastro positivista que sustenta o "saber" pragmático do jornalismo. O trabalho de Fausto Neto evidencia que, como praticado no momento, o jornalismo sofre uma espécie de mordaca, mas não consegue traçar um futuro menos desolador para a profissão. Ao contrário, em vez de preconizar a necessidade de uma reformulação total dos postulados da objetividade jornalística, prefere aceitar o modelo deturpado em vigor como paradigma para o jornalismo de modo global: "... a construção do discurso da atualidade pressupõe que o leitor não seja dotado de um sistema de significação ..."¹⁶ Ora, se estivesse condenado o pragmatismo empirista professado pela **Folha** e afins tudo bem; mas não para dizer que qualquer forma de fazer jornalístico depende para sobreviver de um receptor desprovido do sistema de cognição.

No fundo, como vimos, até mesmo o modelo empirista burla a conclusão de Fausto Neto porque nem o jornalista abdica de sua subjetividade na construção do real e nem o receptor endossa sem prévia filtragem de seus óculos sociais a interpretação gestada pelo veículo. Passa despercebido de Fausto Neto que a forma tradicional (atual) não passa de um dos modos possíveis de fazer jornalismo. Como fenômeno histórico, o discurso da atualidade está em cons-

tante mutação, não havendo nenhum entrave até mesmo para a incorporação das sugestões elaboradas em **Mortes em Derrapagens**. Entendido como forma singular de conhecimento do real/mundo, o discurso jornalístico concebe a realidade como resultado da autoprodução humana, rejeitando uma prática avalisada pelo senso comum, que despreza a intervenção subjetiva na construção social das notícias, dos relatos do cotidiano. Não por mero acaso um dos mentores intelectuais do projeto **Folha**, Otávio Frias Filho, defende a hipótese de que o jornalismo está situado no campo das técnicas, sendo inacessível ao conhecimento científico. Com um projeto endossado pelo senso comum, Frias Filho sabia que não tinha condições de manter impunemente no terreno acadêmico uma postura ingênua, que advoga a morte da subjetividade; opta de maneira coerente, pela exclusão do jornalismo da discussão científica, a fim de justificar a implantação das normas forjadas nos laboratórios dos "engenheiros da notícia". Para estranho, portanto, que Fausto Neto tome como paradigma para conceituar o jornalismo uma prática respaldada pelo mais puro empirismo.

Depois de rastrear as limitações impostas ao cenário de produção do discurso jornalístico, era de se esperar que Fausto Neto enumerasse algumas proposições para a prática de um novo jornalismo que, longe do senso comum, estivesse aberto às contribuições dos mais variados campos de conhecimento. A comparação do jornalismo com a psicanálise, que:

"nada mais produziria do que o próprio fortalecimento de seu ego, na medida em que a sua tarefa clínica se constituiria num certo tipo de auto-reforço e um suposto gozo com o discurso do outro" (17)

Serve para afastar Fausto Neto do jornalismo como forma singular de conhecimento porque, neste caso, antes de permitir um conhecimento singular do mundo aos receptores teria como função primordial a utilização do discurso do outro como elemento legitimador da própria atividade. Na construção da hipótese, Fausto Neto deixa de verificar que a recomendação feita para que o jornalismo iniba suas emoções está muito mais vinculado à exigência imperiosa de manutenção da mitologia da objetividade do que a um pretense "gozo" com o discurso do outro. Um jornalismo que, para conquistar o receptor, fosse forçada a um perma-processo de auto-legitimação não teria futuro porque, caso não mereça confiança do público, restaria ao veículo o anonimato, o esquecimento. Não há dúvidas de que de forma explícita ou não, o contrato de leitura regula a produção do discurso jornalístico. Mas, como lembra Cremilda Medina¹⁸:

"não há um determinismo maquiavélico na construção do discurso jornalístico e, em certas passagens, Fausto, você parece entender a pauta, a cobertura e a edição dos casos Cazuza e Corona através da ótica de operacionalidade controlada ou controlável ..."

O contrato de leitura em si nada tem de perverso até porque circunscreve qualquer processo dialógico de enunciação, estabelecendo regras mínimas para que seja concretizada a relação comunicativa. No jornalismo, a escolha

do público, a determinação da pauta e das normas de redação são algumas das instâncias em que se impõe a adesão ao contrato de leitura que, para fugir dos liames inerentes ao empirismo, deve primar pela participação ativa da recepção. A expressão contrato de leitura pressupõe o fechamento de um acordo negociado entre as partes envolvidas em determinado acontecimento. Talvez Fausto Neto tenha sido pouco feliz na denominação contrato de leitura no ritual protagonizado pela via de mão única proposta pelos manuais de redação, que relega a percepção a um papel passivo. A noção de contrato de leitura nasce com a chamada terceira semiologia¹⁹, que refuta a divisão estanque da produção e da recepção das mensagens, como resava a cartilha estrutural-funcionalista. Na raiz do contrato de leitura, figura a categoria do dialogismo cunhada pelo russo Bakhtin, que especifica a dependência do discurso do sujeito da enunciação do sujeito do enunciado. No jornalismo, o contrato de leitura, antes de permitir um controle de receptores de parte do veículo de comunicação, significa a dependência do jornal, rádio ou TV dos leitores, ouvintes e telespectadores para a definição de suas estratégias discursivas, substituindo o suposto controle por uma estreita interdependência.

Quando um jornal estampa em manchete: "Basta de corrupção", não parte do simples interesse de dominar, de sujeitar a recepção - o que até pode ocorrer na maioria das vezes - mas da necessidade de uma adequação ao imaginário de um receptor idealizado. Com a experiência de

de longos anos na rotina das redações, ²⁰ repudia a gramática reducionista que rege o discurso jornalístico contemporâneo e adota uma postura diferente da de Fausto Neto, ressaltando a dinâmica de contradições do processo simbólico e, em particular, do "combate feroz" na produção jornalística:

"... Lembro-me, por exemplo, que estava à frente de uma editoria que cobriu a morte de Elis Regina, só para guardar algumas semelhanças com os seus temas. Na hora de decidir a operacionalidade do discurso, estavam em guerra declarada forças no mínimo tríplices: de um lado, o discurso do poder que queria espetacularizar a morte de Elis pela cocaína; de outro, a comoção coletiva, um sentimento de perda apalpável na massas que se manifestavam nas ruas ou nas repercussões nacionais; e, ao mesmo tempo, o elo solidário em cada repórter e em mim mesmo, nós que estávamos responsáveis pelo tom da edição. Neste caldeirão, grupo de poder, anseios coletivos e toque pessoal do produtor de significados, acontece o signo jornalístico cujo diagnóstico não é fácil ..."

A diferença das manchetes das duas principais revistas semanais do país (Veja e Isto É) no escândalo envolvendo a família do presidente Collor e o empresário Paulo César Farias ilustrou como são complexas as mediações jornalísticas.

Com o privilégio de divulgar em primeira mão o mundo sombrio das relações de PC com o Palácio do Planalto, na edição do dia 23/05/92, quando relata o conteúdo de uma fita de vídeo gravada pelo empresário Pedro Collor de Mello, *Veja*, sabendo que dispõe de material exclusivo, opta por uma manchete que valorize o "furo" jornalístico pregado na concorrente - Pedro Collor conta tudo" - en-

quanto **Isto É**, sem condições de acrescentar dados novos, prefere um tom mais analítico como "O Vôo cego de Pedro Collor". Nenhuma das publicações estava procurando "apenas direcionar o leitor e sim querendo adequar o "tom da cobertura a um suposto imaginário dos leitores. Se considerasse que a recepção ocorre de forma passiva, as duas revistas não teriam porque fazer concessões, uma vez que haveria adesão natural do leitor ao discurso do veículo. O próprio mecanismo ideológico de construção social do real indica o grau de complexidade do processo de enunciação jornalística. Uma revista que se pauta pelo liberalismo como **Veja**, em princípio, não teria motivos para procurar desestabilizar o governo Collor, mas o interesse de capitalizar em cima do fato - a reportagem provocou um aumento de 136 mil exemplares na tiragem²¹ - fez com que a postura ideológica do Grupo Abril fosse deixada em segundo plano. Com uma tradição mais a esquerda, de permanente ataque ao receituário neo-liberal do Planalto, **Isto É**, de quem jamais se esperaria uma defesa do presidente Collor, vê-se conduzida pelas circunstâncias a temperar com mais análise a discussão dos fatos envolvendo o empresário Paulo César Farias, bem como suas possíveis conseqüências.

Isto É, que poderia ter produzido uma manchete como "Pedro Collor acusa presidente de acordo com PC" (por certo, até porque temia o comportamento da população com as denúncias) acaba contemporizando na enunciação elaborada do fenômeno para centralizar como sujeito do enunciado o irmão do presidente - origem das denúncias - não

PC ou Collor de Mello, dupla protagonizadora do "escândalo". O tratamento dado na confecção da enunciação do fato tanto por **Veja** como por **Isto É**, independente das diferenças de estratégias comunicativas, mostra como, no contrato de leitura, o enunciador parte sempre de um leitor imaginário para confeccionar uma construção da realidade ao invés de procurar moldar o leitor ao quadro pintado do mundo/real pelo meio de comunicação. Em "Pedro Collor conta tudo" ou em "O Vôo cego de Pedro Collor" qualquer uma das revistas pressupunha que o público estivesse acompanhando o episódio desobrigando **Veja** ou **Isto é** de citar na capa o nome do presidente, por exemplo, fundamental para a precisão do título, que, redigido de forma incompleta, dificultaria a compreensão para alguém que não soubesse dos antecedentes da briga entre Pedro Collor de Mello, Paulo César Farias e Fernando Collor de Mello. O recorte ideológico das reportagens fica nítido com a desvinculação da figura do presidente das manchetes. Por que nem **Veja** e nem **Isto é** interpretou o acontecimento como "Escândalo no Planalto?"

NOTAS

1. SCHUTZ, Alfred. Múltiplas Realidades Apud TUCHMAN, Gay. **La construcción de la noticia**. Barcelona, Ediciones Gilli, 1992.
2. TUCHMAN, Gay. Id. Ibid.
3. TUCHMAN, Gay, Id. Ib.
4. TUCHMAN, Gay. Id. Ibid.
5. TUCHMAN, Gay. Id. Ibid.

6. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 180.
7. SCHAFF, Adam. Op. cit.
8. ECO, Umberto. **A estrutura do ausente**. São Paulo, Perspectiva, 1986.
9. MORRIS, Charles apud ECO, Umberto. Op. cit.
10. BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. São Paulo, Cultrix, 1985.
11. BARTHES, Roland. **S/Z**. Lisboa, Edições 70, S/D, p. 187
12. NETO, Fausto. **Mortes em derrapagens**. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1991. p. 30.
13. NETO? Fausto. Id. Ibid. p. 27.
14. NETO, Fausto. Id. Ibid. Manual de Telejornalismo da Rede Globo, Rio de Janeiro, S/D.
15. NETO, Fausto. Id. Ibid. p. 40.
16. NETO, Fausto. Id. Ibid. p. 38.
17. NETO, Fausto. Id. Ibid. p. 30.
18. MEDINA, Cremilda. "A Morte na Poética da Derrapagen". In: **Comunicação e Política**, nº 13/14. Jan/Jun de 1991. São Paulo, CEBELA, pp. 215/19.
19. PINTO, Miltom José. **As Marcas Linguísticas da Enunciação**. Tese de Doutorado. ECO/UFRJ, 1989.
20. MEDINA, Cremilda. Op. cit. p. 219.
21. KUCINSKI, Bernardo. "A Demolição de um Presidente", In: **Brasil Agora**. Ano I, nº 18. p. 8.

V - A ESSÊNCIA DO REAL NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS NOTÍCIAS

Matéria-prima por excelência do jornalismo, a notícia mereceu pouco mais do que generalizações de parte da maioria dos autores preocupados com o assunto. Entre as raras exceções Genro Filho¹ estabelece como ponto de partida para delimitar o conceito de notícia a necessidade de que a informação jornalística não seja considerada como uma modalidade da informação em geral. Na justificativa da postura, Genro Filho observa que, ao contrário do que supusera Lage, não foi a transmissão genérica da experiência que deu origem à notícia, mas sim a transmissão sistemática, através de meios técnicos específicos, de um tipo de informação necessária à integração e universalização da sociedade a partir da emergência do capitalismo.

A produção industrial da notícia apontada por Lage como uma das prováveis responsáveis pelo descrédito de uma teoria do discurso jornalístico, é vista por Genro Filho como o atributo básico para que seja edificada uma teoria que discuta o jornalismo como uma forma de conhecimento singular, historicamente condicionada pelas relações sociais. Enquanto forma peculiar de transmissão de informações, o jornalismo exigiria um meio técnico apro-

priado capaz de multiplicar e transportar a mesma informação em proporções de espaço e tempo radicalmente diferentes da comunicação interpessoal direta ou dos métodos artesanais. Embora surja como uma extensão das novas tecnologias propiciadas pela indústria emergente, Genro Filho ressalta a importância de se fazer a distinção entre jornalismo e imprensa. O primeiro seria a modalidade de informação, aconrada no singular e sistematizada através de meios técnicos próprios, para atender uma necessidade social difusa, utilizando um termo cunhado por Lage. A imprensa (às vezes qualificada como sinônimo de jornalismo na atualidade) não passaria do corpo material do jornalismo, o processo tecnológico do jornal, rádio ou TV, que são indispensáveis para a divulgação das informações nas páginas dos jornais, que vão para as bancas ou das notícias captadas pelos telespectadores ou ouvintes. Resultado de uma atividade industrial, o jornalismo moderno quase sempre sofre duras críticas pela perda de um pretenso caráter pessoal das notícias que era encontrado, por exemplo, nos objetos produzidos pelos antigos artesões da idade média.

Genro Filho lembra que o saudosismo de um jornalismo crivado de idiosincrasias esquece que, como os demais produtos industriais, a notícia pressupõe uma "fabricação" coletiva, influenciada por uma percepção de classe ou cultura. O talento, a capacidade técnica e a visão ideológica pessoal de cada jornalista são importantes, como já foi acentuado e poderão até prestigiá-lo diante de seus colegas e do público, não tanto como criador, mas prin-

principalmente como intérprete de uma percepção social da realidade, que será reproduzida e alargada². No Caso do jornalismo, o aspecto estético ficaria subordinado ao processo de conhecimento cristalizado no singular, que predominaria na apreensão subjetiva do real/mundo efetuado pelo discurso jornalístico. Em **Ideologia e Técnica da Notícia**, Lage³ define notícia como o relato de uma série de fatos a partir do mais importante e este de seu aspecto mais importante, constituída de dois componentes básicos: a) uma organização relativamente estável ou componente lógico e; b) elementos escolhidos segundo critérios de valor essencialmente cambiáveis, que se organizam na notícia, o componente ideológico. A conceituação elaborada por Lage atende muito mais ao pragmatismo que predomina nas redações do que a uma compreensão filosófica da natureza da informação jornalística. A notícia não se constitui de uma relato de uma série de fatos, mas sim resulta da construção subjetiva de um determinado fenômeno. Na notícia enquanto "totalidade informativa", não há uma hierarquia como pretende Lage, entre fatos mais ou menos importantes, existindo apenas uma estruturação lógica, que começa sempre pelo aspecto singular do acontecimento subjetivamente construído.

Na totalidade da notícia, todos os aspectos são fundamentais para a compreensão do fato divulgado, sendo provável que a formulação de Lage tivesse como objetivo salientar a necessidade de redigir o texto informativo a partir da singularidade de cada fenômeno. A dificuldade de reda-

ção dos alunos de jornalismo ou de jovens jornalistas advém da falta de domínio tanto de uma teoria que forneça indícios para o reconhecimento do singular nos fenômenos quanto da fragilidade em manejar o raciocínio lógico. A opção pelo "emburrecimento" dos manuais de redação impede os novos profissionais de verificar, por exemplo, que na redação de uma notícia que relata a apresentação do cantor Roberto Carlos em Juiz de Fora, MG - após 16 anos de ausência da cidade - o aspecto singular do acontecimento não está no espetáculo propriamente dito, mas na peculiaridade que representa a volta de um dos cantores mais populares do país ao município depois de um longo afastamento. Se fosse observada a estruturação lógica das produções discursivas inerentes ao jornalismo, não haveria maiores obstáculos para se perceber que a notícias parte de uma singularidade e chega a insinuar o particular e o universal quando cotextualiza o acontecimento, em geral, no rodapé, permitindo aos leitores, ouvintes ou telespetadores o estabelecimento mínimo de relações entre o fato relatado e a a totalidade do real.

"O caráter pontual do lead, sintetizando as informações básicas geralmente no começo da notícia", como afirma Genro Filho, situa o fenômeno numa totalidade que empírica que estivesse se manifestando diretamente aos sentidos dos receptores. O relato constituído pelo ângulo da singularidade dos eventos torna-se a um só tempo, referencial e pleno de dinamismo.⁴ Na discussão conceitual da notícia, Lage, observa que a informação jornalística

é um fragmento de aparência manifestado por transformações, movimentos ou enunciações. Quando lembra que o conhecimento próprio do jornalismo impõe a complementação de outros gêneros de perseguição para revelar a essencialidade dos fenômenos. Lage está completamente acertado, mas o momento que relega o conhecimento típico do discurso jornalístico como o senso comum. Na construção da notícia há, sem dúvidas, uma referência nas aparências fenomênicas mas ao mesmo tempo ocorre uma aproximação da essência pelo viés da singularidade, em maior ou menor grau influenciadas pela particularidade ou por uma universalidade virtual. Como pressupostos da produção da notícia, os universais são sugeridos pela informação jornalística nas faces mais fecundas do singular. Apesar de preso à noção de que o jornalismo reproduz a realidade, Genro Filho diferencia de modo mais satisfatório o conhecimento dado pelo jornalismo da ciência ou do senso comum:

"O lead permite que, através da natureza lógica e abstrata da linguagem, constituída pela generalidade intrínseca dos conceitos, seja retomado o percurso que vai do abstrato ao concreto, não pela via da ciência, mas pela reprodução (grifo EMG) do real como singular-significante. O real aparece, então não por meio da teoria, que vai apanhar o concreto pela sua reprodução lógica, mas recomposto pela abstração e pelas técnicas adequadas numa cristalização singular e fenomênica plena de significação, para então ser percebido como experiência vivida" (5)

Como vimos no capítulo anterior, o equívoco de Genro Filho está em pensar que o jornalismo possa reproduzir o real/mundo, quando cabe ao discurso jornalístico a construção de um conhecimento singular da realidade, em trans-

formação, transporte ou mudança. Quando investiga por que os acontecimentos são dignos de atenção do noticiário, Lage aponta como fator primordial o dinamismo dos seres do mundo, que são mutáveis, fragmentados e dialéticos. Acontece que, quando trata da natureza do texto jornalístico, sob a alegação de que a produção industrial pressupõe a possibilidade de compreensão da mensagem por um número variável de receptores dispersos, Lage exclui a notícia dos textos dialéticos ou do raciocínio silogístico:

"... a notícia exclui a argumentação, salvo quando reproduz de outro texto (de um depoimento, por exemplo). Isto elimina de nossas cogitações os discursos dialéticos, tanto quanto o raciocínio silogístico. A notícia não questiona, afirma; não contrapõe formulações contraditórias, embora possa apresentá-las; não investiga causas e conseqüências, embora possa ser o resultado de uma investigação ..." (6)

Pode-se dizer que a proposição de Lage está e não está correta. No primeiro caso porque a notícia não obedece mesmo a uma estruturação silogística ou dialética explícita em sua narrativa, que explore um texto de cunho nitidamente argumentativo. No segundo porque, embora no nível do discurso a notícia exclua os textos dialéticos, como uma construção lógica, que historia antecedentes e conseqüentes dos fenômenos, a notícia supera o terreno da simples apresentação para problematizar os fatos. Como realidade mediada, os relatos construídos jornalisticamente são resultado de uma aproximação do real que somente permite um conhecimento singular do mundo porque compreende que as aparên-

cias fenomênicas são contraditórias, exigindo uma relação com a totalidade para que apareça o singular. Fica mais fácil de compreender a colocação de Lage se for considerada a premissa de que o autor de **Ideologia e Técnica da Notícia** estabelece para definir a informação jornalística: "procuramos partir da notícia como se faz ainda presentemente no jornalismo impresso e como é considerado de boa técnica fazê-la ..."⁷. Como convém a qualquer investigação científica, Lage parte da realidade do mercado para tentar extrair uma conceituação para a notícia e, talvez, seja por isso que consegue fazer uma leitura sem preconceitos da prática do jornalismo, mas não se dá por conta que uma teoria tem a obrigação de mais que explicar algo como se apresenta no real, procurar saber se como está sendo praticada a notícia permite o aproveitamento das potencialidades específicas do discurso jornalístico. Para efetuar construções singulares do real, o jornalismo necessita ir além do senso comum, tendo que substituir a lógica formal pela lógica dialética. Produto das circunstâncias históricas, culturais, mediadas pelo jornalista, a notícia, de modo implícito, não deixa de trabalhar dentro de universo argumentativo.

O modelo hegemônico de fazer jornalismo, que pretende subtrair a subjetividade do discurso, recomenda que se evite a utilização de conjunções adversativas, como notara Fausto Neto⁸ preferindo à redação clássica, que apenas reproduz as declarações das fontes. Se abandonar a possibilidade de justapor dados contraditórios, efetuar

argumentações ou questionamentos no diálogo com a realidade, a notícia está fadada a uma mera descrição das aparências do mundo, abdicando de suas prerrogativas de produção do real. Não há dúvida de que as observações de Lage são mais do que justas no tocante ao fazer jornalístico que predomina nas redações, mas inadequadas para uma radiografia da notícia enquanto construção subjetiva, que fornece um conhecimento singular do cotidiano. Parece evidente que a notícia atua no campo das afirmações, só que Lage não percebe que tanto no processo para obter um certo conhecimento dos fenômenos quanto na sua apresentação surge, no bojo da construção noticiosa, um questionamento do real. Na divulgação do resultado de uma investigação, por exemplo, uma notícia tem que captar o mundo enquanto totalidade complexa, contraditória onde uma conclusão que inocente ou incrimine alguém nunca ocorre através de uma relação de causa e consequência, dependendo sempre de muitos fatores. A lógica formal figura então como um arsenal impróprio para orientar a construção da notícia. Na origem da opção de Lage pela lógica formal estaria uma certa necessidade de produzir um discurso para um público diferenciado, o que exigiria uma narração linear.

A adoção da lógica dialética não significa uma obrigação de que a notícia seja submetida a uma construção hermética, inacessível aos receptores. Como construções parciais de fatos, a partir de determinado fenômeno, as notícias são produtos culturais sempre atravessados pela ideologia, fazendo com que, desde o estabelecimento da

angulação dada até a sua estruturação propriamente dita, com a utilização desta ou daquela declaração, fuja do raio de ação linear projetado pela lógica formal. Para manter a coerência da proposta, Lage classifica a proposição que fundamenta a notícia como declarativa, indo buscar na Teoria Geral dos Sistemas um auxílio para explicar a produção do texto jornalístico, caracterizado em duas grandes categorias: o narrativo e o expositivo. Embora o texto expositivo tenha mais importância na estruturação das notícias, Lage lembra que nada impede que no lead ou a documentação assumam forma de narrativa:

"... os tópicos ou leads são classicamente sentenças completas, contendo uma proposição declarativa e suas circunstâncias mais notáveis ou gerais; as documentações requalificam o sujeito e a ação, detalhando as circunstâncias, historiam antecedentes, conseqüências, modos de tempo e lugar. A reiteração, se não se dá com a proposição em conjunto, verifica-se, por certo, no circunstanciamento e qualidade ..." (9)

A experiência adquirida nas redações leva Lage a constatação de que a natureza da notícia impõe um texto expositivo, que privilegie a afirmação, mas, por estranho que pareça, propõe ao mesmo tempo, que a notícia seja fundamentada pela declaração.

Um caminho adequado ao objeto de estudo de Lage (a notícia como praticada no mercado) mas, que, embora intua um aspecto fundamental na construção da notícia - a exposição afirmativa - aparece mesclado com um dos mais notórios entraves do discurso jornalístico como forma singular

de conhecimento: a declaração narrativa ou expositiva, que sustenta o chamado jornalismo declaratório. A postura de Lage está ancorada no pressuposto de que a notícia não está apta a efetuar relações entre os fatos. Se seguirmos à risca a sugestão de Lage, não há nenhuma diferença entre o jornalismo e o senso comum. Na intenção de diferenciar o jornalismo da ciência. Lage, porque toma como parâmetro o modelo de discurso jornalístico do mercado, subestima as potencialidades da notícia. Para permitir um conhecimento da realidade, o jornalismo tem sim que estabelecer relações entre os fenômenos. A diferença está no fato que, enquanto a ciência produz sistematizações no âmbito dos universais, o jornalismo fica restrito ao campo das singularidades. O conhecimento empírico, do senso comum opera ao nível das aparências fenomênicas ao passo que a notícia pressupõe o domínio de conceitos e técnicas específicas, indica, pelo viés do singular, o aspecto essencial dos fenômenos, uma vez que singular, particular e universal são indissociáveis. Caso trabalhasse tendo como base as aparências do mundo, o jornalismo não passaria de uma técnica, que se aprende no calor das redações como defende Otávio Frias Filho. Um raciocínio válido quando se trata do jornalismo declaratório, mas inaceitável quando aborda o jornalismo na sua variante produtora de um conhecimento singular do real/mundo.

Sem condições de estabelecer um mínimo de conexão entre os acontecimentos, o profissional, que está desprovido das técnicas e conceitos jornalísticos, fica limi-

tada a uma visão ingênua da realidade, pois desconhece o grau de complexidade da política, economia ou das artes. A falta de domínio das regras discursivas e da capacidade de estruturação lógica do pensamento obriga o jornalista a virar "moleque de recados" das autoridades oficiais. Originário da fornalha do mito da objetividade, o jornalismo declaratório propugna pela aplicação dos famosos elementos articulares como " Para; De acordo; Conforme ou Segundo" a fim de legitimar uma pretensa isenção na produção do discurso jornalístico, além de utilizar de maneira nada econômica um cabedal de verbos para estruturas a declaração fornecida no texto. O jornalismo como modo singular de conhecer o mundo não exclui as declarações dos envolvidos no fenômeno em discussão, mas impõe que haja uma checagem dos dados obtidos, resultando numa afirmação construída e assumida pela enunciação jornalística. Como discurso indireto o discurso jornalístico busca nos fragmentos de fala de outrem um dos pontos de alicerça para justificar a lógica enunciativa proposta pela notícia. Quando efetua a simples reprodução do discurso de alguma personalidade, sem investigar as implicações do conteúdo da declaração, o jornalismo renuncia a possibilidade de constatar a contradição do entrevistado pelo veículo, por exemplo. Hegemônico no ocidente, o jornalismo declaratório responde pela produção de verdadeiras pérolas de empirismo acrítico como "Collor garante queda da inflação", estampada numa manchete.

Entre a vontade do presidente em reduzir o índice

inflacionário e uma evolução favorável da política econômica do Governo Federal fica o espaço que separa o senso comum do discurso jornalístico. Qualquer cobertura séria não pode ficar alheia ao pronunciamento do Chefe da Nação, mas o compromisso assumido pelo presidente jamais pode receber a conotação de "verdade". Como fenômeno enquadrado numa totalidade complexa (a economia brasileira dentro do contexto internacional) o combate a inflação vai muito além da promessa discursiva feita por Collor de Mello no caso, que não deve passar de um aspecto do acontecimento. Uma investigação das tendências da arrecadação federal, da negociação da dívida externa e da produção industrial do país nos próximos meses são fundamentais para aferir a veracidade da fala presidencial. O estudo detalhado das finanças públicas e das negociações com os credores não cabe ao jornalismo, mas a prática jornalística como forma singular de conhecimento pressupõe que o controle da inflação depende mais de dois fatores do que das boas intenções do presidente. Para permitir uma aproximação concreta do fenômeno político anti-inflacionário do Governo o discurso jornalístico deveria contextualizar o ato de Collor de Mello, procurando ouvir institutos econômicos como o IBGE ou o DIEESE a fim de contrapor o quadro elaborado pelo presidente com o panoram real do país. Em **O Discurso Jornalístico**, Lopes consegue de modo perspicaz verificar que a especificidade da linguagem jornalística está em efetuar construções da realidade tendo como parâmetro fragmentos de fala de outrem.

Apesar da proposta inovadora, Lopes mantém intacta a dinâmica do jornalismo declaratório porque, embora **O Segredo da Pirâmide** tenha sido lançado em 87, desconhece o caráter singular do conhecimento próprio ao discurso jornalístico. Ora, quando cede à tentação de generalizar que o jornalismo está atrelado ao poder numa leitura reduzida de Foucault¹¹, que desconsidera que de uma forma ou de outra todos os acontecimentos e não apenas a notícia são resultantes das relações de poder. Lopes não consegue superar o aspecto particular do fenômeno: a prática do jornalismo em sociedades industriais contemporâneas. A historicidade do discurso jornalístico fica relegada a um plano marginal, impedindo a autora de observar que ao conceituar a notícia como "... o relato de um acontecimento ou pronunciamento recente ou seu desdobramento, que pode ser centrado na ação ou nos personagens principais"¹² toma a parte pelo todo, isto é, aceita como sinônimo de jornalismo o que não passa de uma das formas possíveis de manifestação do discurso jornalístico. Subjacente à definição de notícia, aflora o chamado jornalismo declaratório, uma vez que antes de permitir um conhecimento singular do real/mundo o jornalismo deveria reproduzir o relato de um acontecimento ou pronunciamento recente. Como vimos, na notícia singular, particular e universal são indissociáveis, embora o conhecimento tópico produzido pelo jornalismo seja cristalizado no singular. Quando reivindica apenas para a reportagem a contextualização dos eventos Lopes incorre no mesmo erro, esquecendo que, mesmo de forma diferenciada, tanto na notícia como na reportagem o discurso jornalístico

exige um mínimo de contextualização, variando somente o grau de particularização do fenômeno.

Por ter como horizonte o senso comum, o jornalismo declaratório dispensa qualquer sistematização conceitual do mundo em favor de meia dúzia de regras mecânicas consubstanciadas no mais vulgar empirismo. Um caso exacerbado da síndrome declaratória aparece no "Projeto Folha". O jornalista Cláudio Weber Abramo¹³ reconhece que a redação de um jornal, rádio ou TV não é o melhor lugar para se travarem discussões filosófico-metodológicas, mas não poupa o pragmatismo que avalisa a noção de subjetividade inerente à **Folha de São Paulo**. A primazia conferida na **Folha** ao diretamente (?) observável leva a desconsideração da circunstância essencial que envolve toda experiência empírica, a saber, que nenhum dado observável pode sequer ser apreendido na ausência de uma superestrutura teórica. Um dado sensorial só pode ser compreendido (ou seja, "fazer sentido") quando interpretado à luz de um arcabouço conceitual. É claro que tal se trata de uma trivialidade da teoria do conhecimento; não para a **Folha**, que parece considerar a mente do repórter ideal como tábula rasa ... O manual de redação da **Folha** chega a abominar as declarações dos envolvidos nos fatos jornalísticos, recomendando que o jornalista, que deve manter um afastamento conveniente do fenômeno revele a natureza do acontecimento. Crítica contumaz da declaração a **Folha** porque desarma seus profissionais para um diálogo produtivo com a realidade, enfrenta o paradoxo de praticar o jornalismo no limite da declaração.

Primeiro porque estimula a "revelação" dos fatos em si - algo impossível sem uma interpretação prévia do mundo - e, segundo porque despreza um fator significativo: o discurso jornalístico não pode prescindir dos fragmentos de fala de outrem, sem falar que, em certos momentos, o relato de alguém a respeito de um fato pode ser mais importante que as evidências empíricas interpretadas pelo jornalista. Em **O Império dos Sentidos**, Weber Abramo demonstra como a noção de objetividade presente no jornal dificulta o tratamento inteligível de temas complexos como são os fenômenos sociais, exemplificando com a cobertura "caolha" de dois episódios publicados (as eleições municipais de São Paulo em 85 e de uma lista de professores improdutivos da USP em 88).

"... É verdade que nada complexo pode ser bem coberto por um jornal, qualquer que seja ele; mas a **Folha** leva essa constatação ao limite extremo, desistindo, através de estipulações metodológicas, de operar com a complexidade. Passa a postular sua inexistência, reduzindo todos os assuntos a ajuntamentos desconexos de fatos isolados (...) Seria inútil enquadrar a **Folha** no âmbito dos projetos filosóficos ou ideológicos coerentes. O resultado de todo o esforço do jornal em termos de sofisticação intelectual é uma visão de mundo que trivializa todas as relações. Por isso, para a **Folha**, carecem de sentido as dúvidas a respeito do relacionamento entre fatos e contextos, o que a levou a não considerar a situação global nos dois casos ..." (14)

Modelo 'inquestionável' para os futuros jornalistas, defendendo a tese de que o jornalismo se apresenta nas redações e não nas escolas, a **Folha** é apenas a face mais visível de toda uma filosofia que teima em aceitar o óbvio: o discurso jornalístico permite uma aproximação

singular dos fenômenos mas exige o domínio de conceitos gerais e específicos para que o real seja entendido como uma totalidade complexa e o fato como o resultado de múltiplas relações. Não resta dúvida que a facilidade de estruturação padronizada da notícia-declaração dispensa a passagem pelos bancos escolares, pois de posse de três a quatro chavões como: "Para; Segundo; Conforme ou De acordo", qualquer um redige, aliás, transcreve o conteúdo da fala do entrevistado. A falta de originalidade serve como fato de desestímulo para os alunos de jornalismo, porque o rigor das fórmulas objetivas desaconselha a utilização de categorias gramaticais inteiras como as conjunções os adjetivos ou os advérbios de afirmação, intensidade ou modo como se fosse possível mascarar a natureza subjetiva dos fatos objetivos. O ataque aos lugares-comuns dos elementos articuladores como "Para ou Segundo" não quer dizer que para obter um bom texto jornalístico basta suprimir algumas palavras-síntese do jornalismo declaratório. Como qualquer um dos demais termos disponíveis na língua, o jornalista não somente pode como deve utilizar "Para ou Segundo", devendo apenas ter o cuidado para que o faça no momento correto e não como uma demonstração de perfeito adestramento ao mito da objetividade ou de incapacidade em estabelecer uma construção singular dos fenômenos.

Nada mais anódino do que abrir as páginas dos jornais, ouvir os noticiários radiofônicos ou assistir os telejornais e verificar como fica cada vez mais difícil descobrir indícios de subjetividade na produção das notícias. Monó-

tono nos jornais e revistas, nos veículos eletrônicos como o rádio ou a TV o jornalismo declaratório, além de frustrar a possibilidade de conhecimento singular do mundo, provoca o sub-aproveitamento do potencial instaurado pela edição. Em geral, na rádio as notícias são meras transcrições das declarações dos envolvidos nos acontecimentos e, mesmo nos casos em que as entrevistas são editadas, raras são as vezes em que a construção da notícia privilegia os fragmentos da fala a fim de estruturar uma aproximação singular do mundo. Com o agravante da transmissão simultânea nas emissões ao vivo o radiojornalismo quase sempre trafega pelos caminhos do senso comum. Na televisão a obediência cega ao paradigma declaratório transforma a contextualização do fenômeno relatado, num espetáculo teatral na tentativa de explicar a lógica interna do acontecimento. Na cobertura da tramitação do projeto que trata da privatização dos portos pelo Congresso Nacional, por exemplo, a notícia fica restrita ao relato da rotina do Legislativo Federal ouvindo, de preferência, o relator do projeto e aproveitando a "passagem" para informar os próximos passos da proposta até sua aprovação, quando deveria trazer à luz a articulação dos bastidores para garantir os votos da maioria dos componentes do Congresso Nacional. Em qualquer das situações o predomínio do jornalismo declaratório significa o aspecto estético da construção da notícia pela padronização nada criativa do texto, além de desperdiçar os aspectos positivos dos recursos de sonoplastia no rádio ou das imagens e do som na TV, através da introdução dos equipamentos de multimídia.

A expansão indiscriminada do jornalismo declaratório, que hegemoniza a produção da notícia, até mesmo nos cursos de jornalismo, leva a maioria dos profissionais a não perceber que, como o jornalismo trabalha no terreno dos fenômenos verificáveis e concretos, verbos como pensar, acreditar ou confiar não são recomendáveis, a não ser quando tornados aparentes.

"... As notícias são fragmentos de aparências. Excluem, portanto, os verbos que se referem ao invisível e ao não verificável como pensar, acreditar, confiar ... Por exclusão, resta-nos concluir que os verbos articuladores das notícias pertencem a três campos semânticos: fazer (transformar), ir (mover) e dizer (comunicar) ..." (15)

Como vimos antes, Lage confunde a natureza do conhecimento das aparências mundanas, algo mais indicado para o senso comum, mas consegue intuir que o pensamento ou a crença de alguma autoridade pura e simplesmente não proporciona nenhum conhecimento do real aos leitores, ouvintes ou telespectadores. Quando contextualiza o fenômeno o discurso jornalístico não tem porque abrir mão de verbos como confiar ou acreditar, uma vez que aí pode inclusive utilizá-los como forma de demonstrar a contradição existente entre a promessa dos entrevistados ou envolvidos com a realidade concreta. Tomemos como exemplo a confiança manifestada pelo presidente Collor de que haverá uma queda na taxa de inflação nos próximos meses.

Em vez de apenas reproduzir na íntegra a fala presidencial, fazendo uma construção como: "o presidente

Collor disse ontem, durante uma entrevista coletiva, no Riocentro, que confia na queda da inflação para um patamar abaixo de 20% em junho ..." o jornalista deveria optar por algo como: "o presidente Collor manifestou ontem, durante entrevista coletiva, no Riocentro, confiança na queda da inflação para um patamar abaixo de 20%, mas o levantamento preliminar dos institutos de pesquisas econômicas aponta para um aumento de 0,2% na taxa inflacionária nas duas primeiras semanas do mês ...". A construção lógica da notícia, partindo em geral, do aspecto singular do fenômeno, permite que o jornalista tenha a criatividade estimulada, pois supera a perspectiva empirista patrocinada pela pirâmide invertida, que prevê a resposta mecânica as clássicas seis perguntas no primeiro parágrafo. Genro Filho lembra que, embora pretende desenvolver uma teoria da notícia, a pirâmide invertida não ultrapassa uma descrição empírica da lógica dos casos, sem conseguir compreender a epistemologia da produção do discurso jornalístico, o que leva a uma padronização de textos. A tese da pirâmide não deixa de ter uma certa razão, quando advoga que o lead, enquanto expressão mais aguda da singularidade sintetizada, representando o momento mais significativo do acontecimento focalizado, mas do ponto de vista epistemológico Genro Filho¹⁶ afirma que a notícia não caminha do mais importante para o menos importante e vice-versa e sim do singular para o particular, do cume para a base.

Na caracterização proposta pelo autor de **O Segredo da Pirâmide**, o triângulo equilátero forneceria o modelo

para a estrutura epistemológica da notícia diária, sendo que na igualdade dos três ângulos estaria o indício que haveria um equilíbrio entre a singularidade do fato, a particularidade que o contextualiza e a universalidade, que permite uma aproximação sistematizada do fenômeno, dotando-o de significação conceitual. Dependendo do pressuposto filosófico o fato jornalístico apreendido pelo seu aspecto singular poderia fortalecer o sistema social, quando dotado de caráter conservador ou questionar o status quo, caso elaborado na ótica crítico-revolucionária. Para obter eficácia jornalística, independentemente do seu conteúdo ideológico, a notícia diária teria que utilizar não apenas uma linguagem sintonizada com os receptores, principalmente, atentar para o grau mínimo de contextualização do particular que a notícia exige para que permita um conhecimento singular do mundo. Se fugir desta necessidade estrutural elementar o jornalismo desembocaria no sensacionalismo, sempre uma manifestação de matiz conservadora ou reacionária, embora, a relativa estabilidade entre singular e particular não seja suficiente para garantir que a notícia subverta a ideologia dominante como ocorre na grande parte do material informativo dos jornais sérios. Tomando como base o triângulo equilátero para representar a estrutura da notícia diária, Genro Filho¹⁷ propõe duas variações: o triângulo isósceles, com base menor que os lados, significando a notícia sensacionalista, excessivamente singularizada e o triângulo isósceles, com base maior que os lados, representando uma abertura maior para o particular, que variaria conforme o público e a periodicidade

do veículo.

Um jornal semanal ou um programa jornalístico de rádio ou TV com veiculação similar teria que elaborar suas notícias de modo diferenciado da estrutura peculiar ao jornalismo diário, valorizando a amplitude de conexões, quando da construção do fato jornalístico. Como via de regra uma publicação mensal deveria abrir ainda mais esse ângulo de contextualização e generalização, aumentando a base do triângulo. Uma tarefa que aproxima muito a notícia da particularidade insinuada pela reportagem. Não é por outro motivo que os veículos com periodicidade mais elástica têm preferência pelas reportagens. Como são complementares aos jornais e noticiosos diários têm que aprofundar a cobertura dos fenômenos proposta pelas notícias diárias, que são estruturadas tendo como horizonte o singular. Princípio organizador da singularidade, o lead permitiria através da síntese de algumas informações, em geral no começo da notícia, uma construção do fenômeno a partir de seu aspecto singular, apreendido pela percepção individual na vivência imediata. Diferente do processo de conhecimento científico, que vai do abstrato ao concreto, a imediaticidade da percepção - que norteia a produção do conhecimento no jornalismo - avançaria da forma para o conteúdo, do fenômeno à essência, do singular ao geral. A vantagem da adoção do lead, a despeito das restrições feitas por alguns pesquisadores, estaria em conseguir construir o fato jornalístico pelo ângulo da singularidade da experiência vivida, fugindo das categorizações genéricas

de cunho científico, mas sem deixar de fazer uma determinada contextualização particular do fenômeno.

Quando situado no começo da matéria, o lead permitiria uma reconstituição do processo natural de percepção, o que tornaria a notícia mais atrativa, mas Genro Filho¹⁸ não descarta a hipótese de que o momento singular possa aparecer no segundo parágrafo ou mesmo no fim da notícia. Com a significação estabelecida para o singular no contexto do particular, ocorreria uma emergência do conteúdo do acontecimento, sugerindo uma universalidade projetada pelo contexto da enunciação jornalística:

"... Na fase do singular, através da mediação do particular, o universal se mostra num claro-escuro, como indícios, sugestões polidas em forma de imagens, que constituem a herança deixada pelos pressupostos filosóficos e ideológicos que presidiram a apreensão e reprodução do fenômeno. De fato, essa conexão com a particularidade é fundamental para a definição do conteúdo ..." (19)

Em **Teoria e Jornalismo**²⁰, Rubim questiona se a singularidade arbitrária do lead como epicentro do singular - porque indistinta para todos os objetos - não tenderia a obscurecer suas modalizações peculiares de aparecer:

"... A afirmação da singularidade enquanto objeto talvez permita pensar a adequação de linguagem a serem acionadas para o aproximar/construir jornalístico e suas tensões. Fica como sugestão pensar a solidária relação entre imagem e singular como uma explicação de sua força jornalística, por contraposição à palavras, desafiada a cada momento a traduzir a singularidade, recorrendo ao uso de conceitos, por essência não singularidades ..."

É bem verdade que Genro Filho privilegia a discussão do jornalismo impresso, mas, no caso específico do telejornalismo, não há nenhuma contradição entre a apreensão singular do fenômeno, tendo o lead como parâmetro para estruturação da singularidade, com a construção imagética do acontecimento. A característica do discurso jornalístico como forma singular de conhecer o mundo independe do veículo utilizando ou utilizado para publicitar as notícias. Tanto faz nos jornais ou revistas como no rádio ou na TV o lead serve como organizador da singularidade, variando apenas o modo de divulgação do evento. Na TV, a construção do fato jornalístico pressupõe o casamento das imagens com o texto, sendo que o princípio regulador da estrutura da notícia continua o mesmo. Parafraseando Lage, que diferencia o jornalismo como literatura porque, enquanto nesta a forma é compreendida como portadora em si de informação estética, naquele a ênfase desloca-se para os conteúdos, vale lembrar que a especificidade do singular não está associada ao meio que se transmite ou elabora a construção noticiosa e sim a forma como se estabelece a apreensão do real. Pouco importa se a notícia será elaborada pelo rádio, jornal ou TV, pois o que interessa é que, caso pretenda elaborar uma construção jornalística do fenômeno, o jornalista deverá utilizar o arsenal tecnológico disponível para efetuar uma aproximação singular da realidade. Na TV um determinado fenômeno pode dar margem a produção de uma novela quanto de uma série de notícias ou reportagens, uma vez que o veículo em si permite a divulgação das mais diversas modalidades de conhecimento do real/

Nos dois casos varia apenas o tratamento dado ao assunto. Quando estiver no terreno jornalístico o fato será apreendido pelo viés da singularidade enquanto estiver no campo da arte se pautará pelo particular estético. O paradoxo apontado por Rubim não passa de uma falsa contraposição. A eventual força jornalística das imagens, por certo, está muito mais vinculada a toda uma mitologia que considerava o discurso do jornalismo como uma reprodução da realidade - o que dava um caráter de verdade à imagem - do que a uma possível singularidade dada a priori das imagens. Na TV texto e imagens são indissociáveis, não havendo nenhuma garantia antecipada de que a imagem permita uma construção singular do fato jornalístico. Se não dominar os conceitos e técnicas inerentes ao discurso da atualidade, o jornalista cinematográfico estará despreparado para captar o aspecto singular do acontecimento. Não é por acaso que as melhores notícias ou reportagens são resultado de um criterioso trabalho de edição que procura através da decupagem das gravações, identificar as melhores cenas. Ao contrário do que postula Rubim o processo de edição telejornalístico evidencia que a singularidade somente aparece com a simbiose texto/imagem, uma vez que o próprio texto fica na dependência e vice-versa das imagens escolhidas para 'estrelar' a notícia ou reportagem. Sempre que desconhece sua peculiaridade a TV perde muito de sua potencialidade porque a simples narração de fatos torna o noticiário monótono e a apresentação das imagens sem o "off" prejudica a precisão do discurso jornalístico.

No caso da palavra, que seria desafiada a traduzir a singularidade recorrendo a conceitos, Rubim esquece que na linguagem jornalística a palavra aparece como um meio e não como um fim, do mesmo modo que pode ser utilizada pelo senso comum - situado num campo pré-conceitual - ou na arte onde plasma um conhecimento de natureza estética. Na construção do discurso jornalístico não importa a palavra abstrata em si, mas o conhecimento singular do mundo que a palavra, enquanto canal de transmissão permite aos leitores, ouvintes e telespectadores, até porque o conceito depende sempre do contexto.

NOTAS

1. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 173.
2. GENRO FILHO, Adelmo. Id. Ibid. p. 176.
3. LAGE, Nílson. **Ideologia e técnica da notícia**. Op. cit. p. 36.
4. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 140.
5. GENRO FILHO, Adelmo. Id. Ibid. p. 140.
6. LAGE, Nílson. **Ideologia e técnica da notícia**. Op. cit. p. 55.
7. LAGE, Nílson. Id. Ibid. p. 34.
8. NETO, Fausto. Op. cit. p. 40.
9. LAGE, Nílson. **Ideologia e técnica da notícia**. Op. cit. p. 60.
10. LOPES, Sônia Aguiar. Op. cit.
11. VAZ, Paulo. **O pensamento infame**. Rio de Janeiro, Imago, 1991, demonstra que uma leitura corrente de Foucault interpreta mal a obra do mestre francês, sem perceber sua postura libertária.
12. LOPES, Sônia Aguiar. Op. cit. p. 48.

13. ABRAMO, Cláudio Weber. "O Império dos Sentidos", In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 31, outubro, p 41-68.
14. ABRAMO, Cláudio Weber. Id. Ibid. p. 63-5.
15. LAGE, Nílson. **Ideologia e técnica da notícia**. Op. cit. p. 41.
16. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 191.
17. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 191.
18. GENRO FILHO, Adelmo. Id. Ib. p. 196.
19. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 197.
20. RUBIM, Antônio Albino. Op. cit. p. 37.

VI - A PARTICULARIDADE DO REAL NA REPORTAGEM

O conceito corrente de reportagem parte do pressuposto de que a capacidade humana de conhecer o real/mundo pode ser levada ao conhecimento ou que a realidade pode ser trazida diante do leitor, telespectador ou ouvinte. O lastro para a pretensão advém da idéia de que o conhecimento teria como finalidade trazer a realidade até nós ou levar-nos ao mundo, cabendo a narrativa (reportagem) empreender uma operação mímica em sentido platônico para permitir que fosse dada uma representação do fenômeno. Em conformidade com o delírio metafísico nascido no seio do mito da objetividade o mundo aparece como algo dado a priori, onde os objetos, os fenômenos são tidos como estáveis, absolutos e colocados a disposição das consciências individuais.

A verdade assume o significado de fidelidade aos fatos, de objetividade e o bom repórter tem que estar atento para conduzir-nos aos acontecimentos tal como ocorrerem na natureza. Gomes¹ afirma que este discurso revela duas grandes ingenuidades:

"... A primeiro diz respeito a idéia de fato como um dado definitivo, independente da subjetividade que o conhece e prévio a relação do conhecimento enquanto tal. Há uma grande tradição filosófica, desde o século XVI, que por último desemboca nos discursos hodiernos sobre a linguagem, a cultura e o imaginário, que rejeita como desprovido de sentido um discurso concebido desta forma. A segunda diz respeito ao descarte que separa, na relação informativa como na relação cognoscitiva, um sujeito a um objeto ..."

Em **Ideologia e Técnica da Notícia** Lage rompe com a tradição metafísica e, apesar de reconhecer que, como estilo de texto (não como departamento de redações) seja difícil definir reportagem, classifica o gênero como investigação (que deve partir de um fato para revelar outros que estão ocultos, um perfil ou situação de interesse); interpretação, em que um conjunto de fatos é analisado na perspectiva metodológica de uma ciência, especialmente sociologia e economia); ou literária que pretende encontrar na literatura formas de revelar algo essencial nos fenômenos de modo que não seja teórico-científico. A divisão estabelecida por Lage contempla "in loco" a prática da reportagem no mercado de trabalho, mas até que ponto consegue compreender a essência epistemológica dessa modalidade jornalística?

Apenas o predomínio do jornalismo declaratório justifica que Lage estipule como privilégio de um tipo de reportagem o que deveria ser um atributo do jornalismo como um todo, a capacidade de revelar fatos ocultos. Ora, toda notícia que tenha intenção de permitir um conhecimento singular da realidade deve atingir um conhecimento singular

da realidade deve atingir a essência fenomênica. O conceito de Lage resulta da noção de que as notícias são fragmentos de aparências, o que exigiria da reportagem a tarefa de desvendar o mundo além das notícias. A diferença da notícia para a reportagem não está em tomando um acontecimento como ponto de partida apontar seus desdobramentos - o que se pressupõe como algo inerente a qualquer modalidade do discurso jornalístico como forma singular de conhecimento - e que, no jornalismo diário, fica a cargo da cobertura noticiosa em geral, mas sim a partir de um evento singular ou não dissecar um assunto dos mais variados ângulos possíveis, permitindo que a particularidade assuma uma relativa autonomia. O limite da classificação de Lage fica nítido quando propõe que a reportagem interpretação opere a análise de um conjunto de fatos na perspectiva metodológica de uma ciência. O mundo como uma totalidade complexa não pode ser conhecido ou compreendido fora da interdisciplinariedade, causando estranheza que somente um tipo determinado de reportagem seja beneficiado pelo instrumental legado pelas ciências, quando a rigor qualquer notícia para obter um conhecimento mínimo (singular) do real deve procurar auxílio no conhecimento científico.

um outro deslize dessa variante está em que para desconhecer que a reportagem não trabalha com fatos, mas com um fenômeno como, por exemplo, a seca no nordeste enfocada em diversos aspectos e que depende de uma criteriosa investigação no local e através de entrevistas com moradores, políticos e especialistas para que seja tra-

çada uma conexão particular do tema. A última categoria (literária) não chega a constituir uma nova modalidade, uma vez que a adoção de técnicas literárias pode ocorrer em qualquer tipo de reportagem, sendo inclusive um divisor de água entre os bons e os maus redatores. Genro Filho², embora parta do quadro esboçado por Lage, consegue extrair um conceito não operacional de reportagem, tendo como horizonte as categorias do singular, particular e universal:

"... o essencial na reportagem que estabelece umnexo entre aqueles aspectos apontados por Lage, é que a particularidade (enquanto categoria epistemológica) assume relativa autonomia ao invés de ser apenas um contexto de significação do singular. Ela própria busca sua significação na totalidade da matéria jornalística, concorrendo com a singularidade do fenômeno que aborda e dos fatos que a configuram. Essa significação pode ser estética (como em 'A Sangue Frio' de Truman Capote), teórico-científica (como numa reportagem sobre mortalidade infantil utilizando estratégias ou outros métodos das ciências sociais) ou informativa (como no caso das revistas semanais que, muitas vezes, contam a 'História' da notícia que o público já assistiu na TV ou leu nos jornais diários, com maior riqueza de nuances, fornecendo um quadro de mais abrangência da situação na qual o fato ocorreu."

Podemos dizer para usar um conhecido trocadilho, que Genro Filho acerta no atacado, mas erra no varejo. Quando procura situar a reportagem como um gênero onde o particular obtém relativa autonomia em relação a singularidade, possibilita uma discussão epistemológica do assunto, concebido o jornalismo como um modo singular de aproximação do real/mundo, mas não produz uma explicação aceitável para o fenômeno porque partira da premissa proposta em Lage. Nas notícias os fenômenos são abordados sempre pelo seu aspecto singular, devendo, em geral, no rodapé permi-

tir uma contextualização mínima do caso. A universalidade viria à tona pela própria construção da notícia enquanto estrutura lógica. Nas reportagens os fenômenos - um de cada vez - não são tratados apenas em sua ótica singular, mas observados dos mais variados ângulos possíveis, extraindo-se daí uma visão "particular" do acontecimento. As singularidades são típicas da notícia e nem sempre são ponto de partida para a elaboração de reportagens, embora a maioria das vezes qualquer notícia possa ser desdobrada numa reportagem. Daí porque Sodré³ lembra que uma diferença importante entre notícia e reportagem seja a questão da atualidade, que na segunda não teria o mesmo caráter imediato que determina a primeira, na medida em que oferece detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado, mesmo que seu teor seja predominantemente informativo. As exceções a regra são as chamadas reportagens "frias", que não são inspiradas em fenômenos singulares - sem compromisso com a atualidade diária - e que por isso mesmo são passíveis de publicação ou divulgação em qualquer oportunidade.

Como modalidade do discurso jornalístico a reportagem não perde o parâmetro do singular enquanto forma de conhecimento fornecido aos receptores, mas a particularidade em sua relativa autonomia, ao contrário do que pensava Genro Filho, não advém da lógica interna da notícia e sim da "visão" particular que dá do fenômeno dentro da realidade complexa (da totalidade do mundo). O equívoco de Genro Filho está em retirar a discussão da especificidade do conhecimento produzido pela reportagem da tota-

lidade do real para a esfera da totalidade da matéria jornalística. A divisão entre ensaiada para efeitos de demonstração da relativa autonomia da particularidade (estética em "A Sangue Frio"); (teórico-científica em reportagens feitas com auxílio das ciências) ou informativa em se tratando de revistas semanais, não resiste a uma devassa metodológica mais acurada. Na prática as categorias elencadas não são apenas complementares, como dificilmente dissociáveis, quando o jornalismo cumpre com as suas funções de oferecer um conhecimento singular do real/mundo. Em geral, qualquer reportagem tem que considerar a variável informação, que não se trata de "contar a história da notícia", mas em desenvolver aproximações diferenciadas dos fenômenos, capazes de levar a uma noção particular do acontecimento enfocado. Numa realidade complexa, contraditória como o real/mundo - "objeto" das reportagens - fica difícil acreditar que o jornalismo consiga obter um conhecimento singular dos fatos se em todas as ocasiões - não somente nas chamadas reportagens teórico-científicas - estiver desprovido dos métodos de investigação ou análise oriundos das ciências.

Não é por outro motivo que a exigência do diploma para o exercício do jornalismo antes de ser um ranço corporativo pretende mostrar que sem um cabedal de categorias filosóficas mais amplo e um conjunto de conceitos e técnicas específicos o jornalista não vai além de uma visão ingênua do mundo. A terceira categoria torna visível que a exceção não pode fazer a regra como, aliás,

o próprio Genro Filho observa quando diferencia o jornalismo da literatura. Do ponto de vista do discurso jornalístico "À Sangue Frio", de Truman Capote ou "Os Eleitos", de Tom Wolf são reportagens não porque Capote e Wolf são exímios, talentosos escritores, mas porque são construções singulares dentro de um contexto particularizado explicitamente, uma vez que, como lembra Genro Filho a rigor, qualquer atividade humana (inclusive as mais prosaicas) torna-se grande quando condimentada pelo talento artístico. Enquanto na notícia aparece o fato singular de determinado fenômeno - que somente ganha significação quando contextualizada numa situação particular, na reportagem se aborda uma "situação particular" pelo viés da singularidade. A relação entre os acontecimentos que apenas se insinua na notícia nos momentos mais fecundos do singular, estabelece o ponto de partida para a reportagem, possibilitando pela totalidade do material divulgado, uma imagem mais nítida da totalidade do real. Numa reportagem que investigue os conflitos pela posse da terra no Rio Grande do Sul, por exemplo, não interesse apenas a ocupação de uma nova fazenda pelos sem-terra, mas a situação atual (particular) dos colonos já assentados, dos acampamentos de sem-terra, as posições da UDR, da Brigada Militar, do Governo do Estado e o levantamento da distribuição da terra entre os gaúchos.

A ocupação não passaria do fato singular dentro do assunto conflito pela terra no Rio Grande do Sul. Sem negar o singular pela contextualização particular do tema,

a reportagem aproxima ao senso comum da universalidade, que deixa de ser simples pressuposto filosófico para a construção da notícia, para emergir na forma concreta da experiência vivida. Quando contrapõe o quadro de miséria dos acampamentos à opulência de meia dúzia de latifundiários a reportagem, mesmo sem citar Marx, questiona na essência um dos pilares da sustentação da sociedade burguesa: a suposta igualdade entre os homens, que renega a luta de classes. A contextualização obtida através de uma retranscrição que demonstre as vantagens da reforma agrária feita no longínquo século XVIII em países como a França serve para demonstrar empiricamente que as relações de desigualdade são passíveis de transformação. Na reportagem mais do que nunca se aplica o preceito de Hegel de que os fenômenos são resultado de múltiplas relações, obrigando o jornalista a uma radiografia completa do assunto dentro da totalidade histórica, depende da apropriação de procedimentos e técnicas ou conceitos originários de outras formas de conhecimento como a ciência, o senso comum ou as artes. Tem razão Rubim quando diz que o jornalismo desenvolve características que o distanciam e o aproximam das outras modalidades do conhecer, apostando numa perspectiva que aponta como - ao contrário do que defende Genro Filho - em todas as instâncias do discurso jornalístico - inclusive na reportagem, há uma negociação com elementos dos demais modos de aproximação do cotidiano.

"... A temporalidade/atualidade; a complexidade e o rigor exigidos nos atos investigativos/interpretativos

envolvidos (que sugerem inspiração na ciência); a cotidianidade (que lembra o saber do senso comum); a obrigatoriedade da manipulação de linguagens (que denota vestígios de seu parentesco com as artes narrativas) e a negação deste exercício (que ressoa como exigência - falsa - de "objetividade", relembra ciência); Por fim a singularidade como "objeto" (novamente assediando as artes); na construção do discurso jornalístico - notícia ou reportagem - uma etapa fundamenta quase sempre passa despercebida: a pauta. A falta de sistematização filosófica no campo do jornalismo tem garantido até hoje aos pauteiros o papel de vilões da redação, responsáveis pelo filtro ideológico das matérias publicadas ou veiculadas pela mídia eletrônica. Definida genericamente como o conjunto de acontecimentos que serão acompanhados pelos jornalistas das empresa, a pauta além de discriminar quais os fenômenos da realidade que o jornalista deverá cobrir, indica a angulação desejada pelos chefes de reportagens ou editores. Saudoso do jornalismo pré-industrial, Marques de Melo⁵ culpa a pauta pela limitação à atividade criativa dos repórteres, que ficaria dependente das prescrições do pauteiro, preferindo os velhos tempos em que a notícia resultava do "faro dos jornalistas". A postura de Marques de Melo está desconectada com a realidade contemporânea de produção de material informativo.

Com prazos rígidos para cumprir até o fechamento de cada edição nenhum jornal, rádio ou TV tem condições de esperar pelo "faro" de seus profissionais. A comple-

xidade das relações sociais modernas exige que cada veículo escolha de forma negociada conforme contrato de leitura que mantém com o público determinados eventos para cobrir jornalisticamente. A pauta impõe-se como uma necessidade do jornalismo que na atualidade otimiza o tempo, levanta dados e arma o profissional para que seja objetivo na sua investigação ou entrevista. A dificuldade de Marques de Melo em aceitar o caráter benéfico desta etapa do processo de produção do jornalismo provém da concepção adotada pelo autor de **A Opinião no Jornalismo Brasileiro** para quem o discurso jornalístico opera relatos verdadeiros da realidade, quando sabemos que o jornalismo trabalha sempre com construções parciais do fenômeno mediadas pela cultura. Na indeterminação significativa dos acontecimentos, caso não seja estabelecida uma pauta a priori o profissional pode efetuar uma cobertura que não atenda aos propósitos editoriais da empresa ou ao leitores da publicação, por exemplo. Mais radical, de posse de uma arvorada rebeldia, Rossi⁶ apesar de intuir uma diferença entre a pauta nos EUA e no Brasil, que marca um momento criativo do pragmatismo das redações, condena os trabalhos do pauteiro a simples filtro ideológico no processo de produção jornalística. Enquanto no jornalismo norte-americano o pauteiro somente indicaria a existência ou possibilidade de um acontecimento no Brasil a pauta teve suas funções ampliadas, sugerindo até mesmo o ângulo para a exploração do fato.

Protótipo do jornalismo romântico, que não se dá conta de que a notícia no mundo moderno requer uma produ-

ção industrial, Rossi ao invés de constatar que a adequação empreendida à pauta no país para atender a uma demanda inevitável do jornalismo contemporâneo, não ultrapassa o parâmetro do senso comum ao justificar a medida pela falta de experiência dos novos profissionais. Rossi não deixa de ter uma certa razão quando enumera algumas distorções da pauta no jornalismo como o círculo vicioso de autoalimentação de assuntos; falta de discussão nos eventos priorizados e um relativo distanciamento dos pauteiros da realidade concreta, mas daí, por uma situação específica desconhecer as vantagens óbvias da pauta para melhorar a apuração e agiliza a elaboração das notícias há uma grande distância. Nem mesmo um jornalista experiente pode dispensar uma pauta bem feita porque, por mais bem informado que seja - ainda mais se estiver numa editoria como cidade, não pode negar que a contextualização prévia do fenômeno que será investigado ou os telefones de possíveis entrevistados são fundamentais para o desempenho das tarefas distribuídas pelo editor ou pelo chefe de reportagem. A reduzida participação do profissionais na determinação da pauta ou a angulação funcional proposta para determinado acontecimento são algumas das limitações impostas a prática jornalística no capitalismo, mas como Rossi considera os comitês de redação um risco a imparcialidade, talvez prefira confiar no "faro" dos repórteres. O distanciamento dos pauteiros do mundo real não se resolve como propõe Rossi de forma implícita com o abandono da pauta porque apenas reflete a fragilidade conceitual que estrutura a produção da notícia.

Envolto pela mitologia da objetividade o jornalismo negligencia as potencialidades da pauta como desbravadora de caminhos na busca de um conhecimento singular da realidade, pois abdica da função de produtor de sentidos, professando uma teoria técnica positivista. Sem ter acesso as novas contribuições da filosofia, da estética, da história ou da semiologia, o jornalismo projeta uma leitura empobrecedora do cotidiano, estruturada numa mentalidade reducionista. Noções como sujeitos intercondicionantes intercausalidade ou coerência de dados são desprezados em nome do velho paradigma positivo-funcionalista da divisão sujeito-objeto: causa e efeito ou certo e errado, transformando a pauta num enquadramento esquemático do real:

"... Nós jornalistas, estamos demorando muito para oxigenar nossa mentalidade. A visão com que operamos ao pautar e desenvolver uma pauta tende, quase sempre, para o enquadramento esquemático do real, a atrofia de sua vitalidade enquanto processo (...) Encarar um fato específico como um momento visível da história e passível de ser representado numa pirâmide invertida, em um lead sumário, em imagens e sons padronizados não responde a demanda social, que pretende através dos MCM se identificar, compreender e participar do presente histórico em toda sua dinâmica e complexidade ..." (7)

Como mediador-produtor de sentidos o jornalista, quando elabora uma pauta não pode pensar ou passar por cima das diferenças culturais, individuais ou regionais o que obriga o profissional a uma interação com a produção simbólica do grupo em que atua como mediador coletivo, que valorize a relação sujeitos-fontes; sujeitos produtores de mensagens e sujeitos receptores.

A falta de sintonia com a identidade cultural leva não raras vezes a incompreensão das demandas sociais específicas ou a incorporação mimetista de significados importados ao invés de procurar decifrá-los frente aos desafios da cultura local. A homogeneização do mercado protagonizada pelo capitalismo tardio não significa o fim das diferenças culturais, uma vez que o processo enfrenta o conflito permanente entre universalidade e diferenciação, sendo que as fontes culturais que alimentam o discurso jornalístico enquanto produtor de sentidos são sempre plurais. Medina⁸ lembra que para pautar em conflito é preciso desobstruir a sensibilidade e a razão, perceber a atualização cultural, que implica em descobrir a própria face em jogo e em combate com a face plenamente humana. A decisão do processo de produção que ocorre no momento de definição da pauta não pode jamais ser orientada por uma visão míope da realidade que pretere uma discussão sobre o samba, por exemplo, uma manifestação tipicamente racional para estampar na capa dos segundos cadernos uma cobertura ampla de um obscuro grupo de "Trash" norte-americano. Nada de xenofobismo contra os mais variados ritmos musicais estrangeiros - que o jornalismo como modalidade singular de conhecimento tem que retratar para seus leitores, ouvintes ou telespectadores - mas apenas um lembrete de que o público para melhor compreender as manifestações artísticas de outros povos necessita vivenciar sua própria cultura.

A verdadeira universalidade não nasce do sufocamento das singularidades e sim da relação de conflito entre

os diferentes, que deveria estar na raiz de uma estratégia humanizadora de jornalismo. Se modificada a cosmovisão que orienta o jornalismo nas sociedades modernas a pauta antes de ser um filtro ideológico que cerceia a criatividade individual aparece como uma conquista insuperável do processo de produção da notícia, quando os fenômenos vistos como fatos estanques pelo senso comum, são contextualizados no complexo feixe de relações sociais a fim de permitir aos receptores um conhecimento singular do mundo. Na estratégia discursiva do jornalismo para empreender uma aproximação singularizada da realidade fenomênica os títulos das notícias são uma das etapas que começa com a pauta, passa pela apuração e pela redação até chegar a titulação na sua fase pré-industrial o jornalismo trabalhava com os chamados títulos-rótulos ou títulos-assuntos, em geral declarações genéricas, que pretendiam apenas diferenciar as matérias opinativas das classificadas como informativas. Somente no final do século passado, o jornalismo norte-americano em meio a guerra travada pela disputa de mercado de Nova York por Hearst e Pulitzer, adota as manchetes ou títulos-notícias. Marques de Melo⁹ tangencia pelo extremos o título sem extrair um conceito que exprima as funções ocupadas pela titulação no processo de enunciação jornalística. Primeiro reduz o título a simples elemento motivador da recepção transformando a notícia em mercadoria. Segundo, dentro da tradição estruturalista, caracteriza os títulos como opinativos devido ao inevitável componente ideológico manifesto nos bens simbólicos.

Que um bom título tem que estimular a leitura de determinada matéria ou que toda produção discursiva nasce atravessada pela ideologia não se discute, mas será que a titulação se resume a vender e a conotar notícias? Amaral¹⁰ de forma pragmática propõe uma definição mais específica:

"... O título é a designação que se põe acima da matéria chamando a atenção do leitor para a mesma, de forma objetiva, clara e apelativa, resumida, de modo a prender qualquer um que lhe ponha os olhos e levá-lo ao texto. A sua idéia central é a mais jornalística possível do assunto que ele assinala ..."

A frase final serve para indicar algumas pistas. A obrigatoriedade de que o núcleo do título seja uma síntese da notícia prova que a titulação ao invés de somente procurar "divulgar" o conteúdo da matéria - o que também faz - se constitui como uma das fases do discurso jornalístico como modo singular de conhecer o mundo. No jornalismo moderno não se descarta o empréstimo das técnicas publicitárias a fim de "vender" a notícia, mas para não deturpar sua incumbência primordial, o título deve de modo conciso apresentar o aspecto singular da notícia ou reportagem. Nada mais frustrante do que uma titulação que anuncia algo que a matéria não aborda ou explica suficientemente, sem falar que um título que esteja desvinculado da singularidade fenomênica situada em geral no começo do texto pode inviabilizar a leitura da notícia. Parece estranho que um elemento decisivo para o sucesso de comunicação da notícia como o título tenha merecido até hoje um punhado de regras formuladas no calor da experiência das redações.

Numa das escassas tentativas de definir teoricamente o título, Rodrigues¹¹ observa que das três relações fundamentais encontradas pelos estóicos no discurso - da designação, de um determinado estado de coisas, de acontecimentos, ações e paixões; relações de manifestação, de afetos, desejos, crenças e relações de significação, entre significantes e significados, são as de designação que predominam nos títulos dos jornais. A preferência pelos designadores tenderia a eliminar dos títulos categorias discursivas como os pronomes, os artigos ou os verbos, suscetíveis de marcar a veracidade ou a falsidade dos enunciados, assim como as categorias do discurso através dos quais se estabelecem as próprias condições do verdadeiro ou do falso, típicas da manifestação ou da significação. O espaço privilegiado nos títulos ficaria com a nomeação que indica uma realidade singular e limita o número de manifestações ou significações. O nome próprio ao contrário do comum supriria melhor a necessidade de precisão da titulação porque permitiria uma relação imediata com a singularidade designada. Não há dúvida de que Rodriguez retira o título do terreno empírico para o filosófico, embora a justificativa apresentada seja contraditória. Em nenhum momento ressalta que o discurso jornalístico se preocupa com as modificações dos fenômenos, obrigando a titulação - que sintetiza a ação relatada pela notícia - a optar pela designação, que trata das ações, das mutações do real. O preterimento das relações e manifestações se dá porque o jornalismo atua ao nível do concreto enquanto o afeta, o desejo ou a crença, a não ser quando contextualizado para comprovar ou refutar o sentimento expresso, não pode

ser constatado, deixando de ter interesse jornalístico.

Rodrigues não percebe que um bom título evita os pronomes ou os artigos por uma questão de precisão e não porque evidencie enunciados verdadeiros ou falsos, uma dicotomia maniqueísta extirpada do discurso jornalístico como modo singular de conhecer o mundo. Pouco se recomenda uma manchete como o "um homem morre em tiroteio na Lapa" porque falta de precisão causada pelo pronome "um" sublima o aspecto singular do fenômeno que o transforma em notícia: quem é o homem que morreu? Algumas vezes os pronomes indefinidos são utilizados de forma intencional a fim de atrair a atenção dos leitores, ouvintes ou telespectadores pelo suspense, pela ambiguidade. Uma medida desnecessária por que sempre que o assunto focalizado for vinculado ao público basta que a sua singularidade seja anunciada para que a notícia seja acompanhada. Nestes casos o artifício publicitário acaba por prejudicar a titulação como uma das instâncias do discurso jornalístico como forma de conhecimento do cotidiano. O paradoxo da proposição de Rodrigues ocorre quando, apesar de caracterizar o título como uma relação de designação - porque aborda acontecimentos, modificações nos estados dos fenômenos - afirma que a adoção dos designadores tenderia a suprimir dos títulos os verbos que são os elementos responsáveis para exprimir a ação narrada pela notícia. Um título sem verbo - comum nas revistas semanais - quase sempre sacrifica o conteúdo informativo, em nome do fator estético ou mercantil, diluindo conotativamente a singularidade fenomenica.

Quando destaca em manchete na edição de 7/6/92 "O Selvagem" **Veja** deixa de informar o fato - o suposto estupro da estudante paraense Silvia Letícia pelo cacique Paulinho Payacan - para entrar numa seara que não pertence ao jornalismo, qualificar alguém como selvagem ou não, que requer uma longa querela filosófica e antropológica. Podemos dizer que a retirada do verbo sensacionaliza a titulação, uma vez que se substitui a ação propriamente dita "acima um suposto estupro" por uma síntese conotativa do fenômeno. Rodrigues não só constata como parece concordar com a supressão dos verbos, que provocaria uma fragmentação do enunciado levando o leitor a complementação do sentido da titulação. A rigor qualquer discurso seja literário, científico ou jornalístico sempre existe uma complementação de sentido porque no campo oposto do que professa Rodrigues o signo não se divide em significante e significado, pois o signo simplesmente acontece, ou seja, a significação se dá no momento da relação discursiva. Só que, independentemente desta ressalva filosófica, em se tratando discurso jornalístico fica sacralizada a necessidade de precisão na divulgação dos fenômenos. Não importa que o leitor, telespectador ou ouvinte seja favorável as montadoras ou aos metalúrgicos do ABCD em São Paulo, mas se a titulação não for precisa pode prejudicar o anúncio da notícia¹², que trata do adiamento da data base da categoria, por exemplo. Um título como "o pacto da modernidade" elaborado sem o verbo que retrataria a ação desenvolvida ofusca o acontecimento de uma "editorialização" do caso, onde o fato vira pretexto para uma inter-

pretação exagerada, que dispensa a singularidade fenomênica como referente concreto da notícia.

Para que haja uma verdadeira troca significativa a titulação não pode apostar na ambiguidade, pois que, ao abandonar o acontecimento em troca de sua conotação singularizada, o título se afasta de uma das características basilares do discurso jornalístico: o conhecimento singular do real/mundo. Um jornalista talentoso sempre procura requintar seus títulos, matérias ou legendas com técnicas artísticas, publicitárias ou literárias, mas sabe que uma redação não é o melhor lugar para se fazer arte, publicidade ou literatura. Uma titulação metafórica pode ser uma obra prima do ponto de vista artístico que não terá êxito na esfera jornalística se não colocar em primeiro plano a variável informação. É provável que um título exageradamente apelativo como os praticados em jornais sensacionalistas como o **Notícias Populares** convence o público a ler as matérias, embora seja difícil afirmar que consiga produzir um conhecimento da realidade aos receptores, que não seja uma conotação singularizada, descontextualizada da particularidade fenomênica. Era de se esperar que na titulação a mitologia da objetividade tivesse seus seguidores, materializados no denominado título-libelo que reproduz na íntegra declarações dos entrevistados. Rodrigues encara a utilização do instrumento como uma subordinação das relações de manifestação ou significação à nomeação, sem notar que o fenômeno reflete toda uma filosofia de fazer jornalismo hegemônico nas sociedades in-

dustriais modernas. Filho primogênito do jornalismo declaratório, o título-libelo confunde declaração com informação. Em geral, serve para alimentar uma indústria de boatos ou denúncias sem provas fabricadas nos bastidores políticos.

Para cumprir com seus pré-requisitos de instância singular de conhecimento do mundo o título deve anunciar o aspecto singular do fenômeno relatado. Sem levantar dados concretos, ouvindo apenas um dos lados envolvidos, o jornalismo não consegue ir além das aparências dos fatos, ficando nivelado ao senso comum. O título declaração não é nada mais nada menos do que o reconhecimento público de que o jornalismo, por não avançar até a essência fenomênica, deixa de fazer uma enunciação afirmativa - típica do discurso jornalístico - para publicar uma acusação ou denúncia sem a devida documentação. Contagiado pelo marketing, o jornalismo, muitas vezes, esquece que uma denúncia, dependendo de sua gravidade até pode ser veiculada em forma de entrevista - mas se pretende produzir um conhecimento singular para os receptores deve ser apenas um ponto de partida para uma criteriosa investigação jamais num tranquilo porto de chegada. Como o discurso da atualidade que cobre as modificações nos acontecimentos concretos o jornalismo - em particular a titulação não pode abdicar de verbos no presente. Embora o tempo real seja distinto do jornalístico para o público um equivale ao outro.

NOTAS

1. GOMES, Wilson. "Fato e Interesse - O Fato jornalístico como Problema"
In: **Textos de Comunicação**. Vol. II nº 26, Salvador, UFBA, p. 27.
2. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 198
3. SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. **Técnicas de reportagem**. São Paulo, Summus, 1986. p. 18.
4. RUBIM, Antônio Albino. Op. cit. p. 37.
5. MELO, José Marques. Op. cit. p. 61.
6. ROSSI, Clóvis. Op. cit. p. 16-22.
7. MEDINA, Cremilda. "Jornalismo e Epistemologia da Complexidade",
IN: **Comunicação e Política**, Nº 11, Abr. 1980, São Paulo. p.85-94.
8. MEDINA, Cremilda. Op. cit. 91.
9. MELO, José Marques. Op. cit. p.68-70.
10. AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983. p. 86.
11. RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação**. Lisboa, Editorial Estampa. S/D. p. 107/09.
12. MOREL, Francisco. "O Anúncio da Notícia", In: **Cadernos de jornalismo e Editoração**, nº 16, São Paulo, ECA/USP. 1985.

VII - O DISCURSO JORNALÍSTICO COMO SIMULACRO DO REAL

A hegemonia do capital nas sociedades industriais contemporâneas, o predomínio da notícia-declaração e a falta de uma aproximação histórica do fenômeno são três fatores mais do que suficientes para que seja ensaiada uma condenação coletiva do jornalismo. A manipulação dos acontecimentos, a fragmentação da realidade e a eliminação da experiência empírica levariam o discurso jornalístico a se transformar num mero simulacro do real. Rodrigues¹ parte de uma conceituação de acontecimento que reduz muito a possibilidade de defesa do discurso jornalístico como um modo singular de conhecer o real/mundo: é acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história entre uma diversidade aleatória de fatos rituais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala da probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for sua realização. É por isso em função de sua maior ou menor previsibilidade que um fato adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico ... A lei

das probabilidades regeria o procedimento de escolha do que mereceria ou não cobertura jornalística na complexidade do real, seguindo critérios como excesso, a falha ou a inversão para definição da notabilidade dos fatos. A preferência pelos escândalos, pelo exótico ou pelos desvios a norma social impediria o discurso jornalístico de permitir qualquer experiência histórica pela descontextualização dos fenômenos, pela perda de identidade dos corpos e dos devir. Em *O Segredo da Pirâmide Genro Filho*² aponta as distorções da aplicação dos princípios da "Teoria Geral dos Sistemas" para explicar o fenômeno jornalístico. Nem sempre o que representa muita informação em termos matemáticos (eventos de pouca probabilidade) são significativos quando inseridos na totalidade das relações sociais. As vezes, um fenômeno com maior possibilidade de ocorrência pode ter um significado jornalístico superior, caso esteja vinculado nas contradições fundamentais de nossa época. Na sociedade além do aspecto quantitativo há a exigência que notícia esteja vinculada aos processos fundamentais da atualidade para que seja significativo, uma vez que o critério último que serve para qualificar as notícias não é outro que não a história.

A singularidade somente toma feição quando situa dentro de uma certa universalidade que indique uma tendência na evolução ou transformação da sociedade.

"... Então, se o singular é a matéria prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações que ele produz, o critério da valor da notícia vai depender (contraditoriamente) da universalidade

dade que ela expressar. O singular, portanto, é a forma e não o conteúdo do jornalismo ..."

Como a importância da informação jornalística está ligada mais a significação dos eventos situados na indeterminação das relações sociais e não apenas na baixa probabilidade dos fenômenos como propusera Rodrigues, de um modo geral, são os acontecimentos previsíveis que são transformados em pautas para as notícias dos jornais, rádios ou TVs. Nenhum fenômeno pode ser determinado a priori em sua singularidade, mas não há dúvida de que os fatos mais significativos do ponto de vista histórico, na maior parte das vezes, são passíveis de previsão. O depoimento do ex-líder do governo Collor na Câmara dos Deputados, Renan Calheiros, pelo contexto em que estava envolvida a CPI que investigava as denúncias de corrupção do empresário Paulo César Farias, agendado previamente, óbvio que tem interesse jornalístico, embora um evento de altíssima probabilidade de ocorrência dentro de critérios estritamente matemáticos. Se fosse possível prever um acontecimento com total exatidão, haveria uma redução do interesse jornalístico nos fenômenos, pois como trabalha com singularidades o discurso jornalístico estaria desprovido de fatos "novos" para fabricar socialmente o real.

Acontece que no processo social um fenômeno até pode ser previsto, mas a não ser no momento de sua existência, nada garante que a singularidade que o traveste de notícia seja modificada. No caso do depoimento do deputado Renan Calheiros à CPI sabe-se a priori, que haverá um

interrogatório, que o ex-líder do governo pretende manter suas acusações ao presidente Collor, mas não haveria como delimitar o que seria ou não revelado por Calheiros antes que a sessão da CPI fosse encerrada. A constatação de que nem só os aspectos quantitativos são decisivos para o estabelecimento do que é ou não notícia não quer dizer que um fato para merecer atenção jornalística deva manter vinculação direta com os principais acontecimentos do processo social.

"O fato de um homem qualquer apresentar, por exemplo, poderes paranormais é, por si mesmo, um fenômeno de real interesse jornalístico. Não se trata de uma mera curiosidade ou simplesmente um fato insólito para vender jornais, embora, normalmente, seja tratado dessa forma pela imprensa capitalista. Há, ou pode haver, um conteúdo latente de universalidade nas singularidades extremas ou aberrantes. O insólito, o sensacionalismo, o acredite se quiser, que aparecem na imprensa não indicam que o singular é necessariamente uma feição do real que se presta à mera manipulação, mas apenas que ele pode ser manipulado e arrancado de sua relação efetiva com as particularidades e universalidades reais, para funcionar como suporte das configurações propostas pela ideologia dominante ..." (3)

Na escolha da pauta diária dos veículos jornalísticos no capitalismo nem sempre a dialética qualidade/quantidade representa o critério básico a ser seguido pelos repórteres ou editores. Quando verifica que o espetacular sensibiliza mais a imprensa, Rodrigues não deixa de ter uma certa razão, embora seja equivocado a generalização para o discurso jornalístico como um todo, que não passaria de um meta-acontecimento, uma construção perverda por que pretende regular a imprevisibilidade fenomênica. O registro do meta-acontecimento só aparentemente coincidiria como

registro dos acontecimentos referenciais, uma vez que o fenômeno de que trata a notícia estaria inscrito na ordem do discurso dependente das regras do mundo simbólico. O discurso jornalístico teria como função substituir na atualidade o quadro de referência comum composto pelos mitos nas sociedades tradicionais, organizando o aleatório para devolver a racionalidade ao mundo. O jornalismo a pretexto de publicitar as relações de poder somente criaria uma ilusão da totalidade, pois que, no fundo, contribuiria para camuflar as zonas de segredo. Não concederia um conhecimento do real que permitisse ao sujeito emergir como fonte alternativa de poder porque daria acesso ao real fracionado, espetacularizado num simulacro, a serviço da estratégia sedutora da dominação que substitui a violência das sociedades tradicionais, em que a informação não dispunha de legitimidade. O campo dos media converteria a cultura em informação depois de que a própria informação sofreu uma conversão em mercadoria, eliminando do cultural a capacidade de enraizar a experiência ou de exprimir o potencial subversivo dos fatos para se tornar um adereço de reforço da homogeneização do real.

Não há como negar que Rodrigues refuta uma aproximação ingênua do fenômeno do tipo realizada pelo positivismo como se o discurso fosse uma mera representação do mundo, enfatizando a influência das dimensões avaliativas e prescritivas da linguagem no processo de produção discursiva. Só que de posse de uma leitura limitada de Foucault re-

resolve reduzir o discurso jornalístico à sua função instrumental no capitalismo. Quando denuncia o caráter de dominação da ciência nas sociedades industriais modernas, Foucault não estava negando a ciência como um todo, uma vez que o próprio Foucault não estava fora do campo que atacava, mas apenas lembrava que o conhecimento científico não tem poder de verdade e que, atualmente assumirá nas suas formas hegemônicas, uma função instrumental de legitimação do status quo. Uma atitude contraditória porque Rodrigues⁴ reconhece que o acontecimento construído pelo discurso jornalístico depende da credibilidade do enunciador, da clareza e coerência dos juízos formulados no momento da relação de enunciação. Com a pretensa debacle da política em diversos países centrais, alheio à "revolução" que varreu os regimes despóticos do Leste Europeu, Rodrigues acaba por retornar para junto dos filósofos positivistas que criticara, supervalorizando o potencial de manipulação das massas pelo jornalismo, como se existisse um projeto diabólico nos moldes de 1984 de Orwell. Funcional ao sistema o jornalismo declaratório, por exemplo até que se enquadra no modelo de meta-acontecimento reivindicado em **Estratégias de Comunicação**, mas a teimosia de um filósofo positivista em aceitar que o discurso jornalístico produz fatos verdadeiros não pode levar ao questionamento do discurso jornalístico como forma privilegiada de compreender o real/mundo.

Rodrigues fecha qualquer possibilidade de que haja outra maneira de fazer jornalismo que parta do pressuposto

de que os fenômenos são imprevisíveis, razão pela qual são passíveis de transformação em notícias. Para o discurso jornalístico não restaria mais nada a não ser a tarefa de "simulação" da realidade, sem permitir uma formação da experiência do cotidiano. De certo modo, Rodrigues repete às avessas a cantilena nascida com os frankfurtianos de que o jornalismo afasta os homens de uma experiência direta com os fatos. A diferença está em que para o Adorno ou Horkheimer o processo se dava pela falta de ligação entre as informações enquanto para Rodrigues se daria pela produção de acontecimentos simulados (autônomos) do referente, incumbidos de organizar o caótico indeterminado na realidade. A apropriação do fenômeno pelo viés da singularidade até que favorece uma certa impressão de fragmentação do real, mas como desde a escolha das pautas pressupõe uma contextualização, fica evidente que o conteúdo das informações resulta de relações dadas como o particular e o universal tanto entre as matérias de uma mesma edição como dos demais veículos impressos ou eletrônicos. A informação jornalística, lembra Genro Filho, propicia inclusive, uma experiência que já vem, em alguma medida, pré-formada pelos mediadores e pelo sistema jornalístico no qual estão inseridos; noutro sentido essa "experiência pré-formada" não resulta pronta e acabada. mas convida o público a completá-la como um fenômeno que estivesse sendo percebido diretamente. A sua significação universal, está apenas sugerida ao invés de formalmente fixada. A concepção ingênua de que o jornalismo inevitavelmente fragmenta o real e, em consequência, é necessariamente mani-

pulador e alienante, sequer consegue notar que a singularidade é uma dimensão objetiva da realidade e que o singular contém o particular e o universal⁵. Na sociedade de Rodrigues a contradição de classe ou de cultura desaparece como se fosse possível construir uma ilusão perfeita da totalidade. A notícia sempre reflete e retrata a cosmovisão de uma determinada época. No capitalismo os conflitos são inevitáveis, permitindo que o singular-significante seja apreendido no seio da práxis, afastando o delírio do controle total, da manipulação absoluta, sem falar que há possibilidade de que o fato jornalístico seja construído na perspectiva oposta a ideologia hegemônica. Como a realidade está em permanente mutação o singular transborda a cada instante, evitando que o projeto megalômico suposto na proposta de Rodrigues seja concretizado. Por mais que queira, o capitalismo não consegue sufocar o aparecimentos das singularidades, verdadeiros embriões do novo, acompanhadas pelo discurso jornalístico durante movimento constante do real/mundo. A potencialidade jornalística de captar o singular emergente do processo de transformação da realidade preocupa tanto que um dos primeiros sintomas de um governo totalitário é a supressão da liberdade de imprensa. Na mitificação exacerbada de um centro de poder onisciente que a tudo comanda com intermédio do jornalismo, Rodrigues esquece que o sujeito coletivo que está por detrás de cada veículo ou notícia vai sendo identificado pelo público de acordo com as posturas assumidas nos momentos determinantes do processo social.

Um exemplo típico ocorreu quando a população forjou o "slogan": "O povo não é bobo; fora Rede Globo"; quando a Rede Globo de Televisão deixou de acompanhar os comícios pelas Diretas Já, em 1984, numa demonstração de submissão aos militares. A crença de que hoje a cultura estaria submetida a uma simulação hiper-real capaz de substituir os acontecimentos pelos seus simulacros, no final das contas esconde uma certa visão saudosista incômoda pela excessiva massificação fenomênica, que não compreende ou se nega a entender que o discurso jornalístico não exclui a experiência individual na fase pré-jornalismo, mas instaura uma nova subjetividade estruturada na experiência singular mediada. Santiago⁶ observa que no caso dos meios de comunicação de massa a confusão entre o que merece repúdio (o produto) e o que é mero instrumento de comunicação (o veículo advém do fato de que ao analisar e privilegiar o modo de produção da mercadoria cultural e não o modo de recepção daquela mercadoria, desclassifica-se antecipadamente o veículo quando a má qualidade pode se referir (e muitas vezes é o caso) apenas ao produto.

"Da confusão entre veículo e produto, estabelecida a partir da apreensão exclusiva do modo de produção, conclui-se que o simulacro nada mais é do que parte diabólica de um sistema que, por contágio, se torna também diabólico."

Tomando como exemplo uma missa retransmitida pela televisão Santiago mostra como nada pode impedir que uma população periférica participe de forma verdadeiramente religiosa do acontecimento enquanto que muitos partici-

pantes "in corpore" poucos se interessam pelo espetáculo, estando ali mais por uma busca de status individual.

No campo oposto da tradição erudita saudosa pela difusão das obras que são dadas como únicas ou vivenciadas "in loco", Santiago constata que somente o simulacro possibilita hoje uma experiência de vida que transcenda os grupos restritos, produzindo uma síntese menos apocalíptica do que a de Rodrigues: "... Espetáculo e simulacro são bons e ruins. Depende. Existem para a razão apaixonada do leitor-cidadão. Ou não ..."⁷ O exorcismo ao simulacro como imagem sem realidade - revela a atualização de uma cosmovisão moralista do mundo, originária no platonismo. Guardadas as devidas diferenças o preconceito de alguns filósofos com o jornalismo não está muito distante da rejeição apresentada por Platão à escrita, alegando que a forma privilegiada de transmitir a experiência estava na linguagem oral. Como Platão na Grécia Antiga, que não compreendera que a escrita não desvirtuava a experiência, e, de modo complementar ao discurso verbal, inaugurava um novo paradigma de subjetividade, a corrente neo-platônica apresentada em Rodrigues, deixa de perceber a mudança radical na relação com o mundo proporcionada pelo jornalismo. O paradoxo do modelo platônico estava em que se estruturava em algumas distinções basilares da lógica da representação como idéia/imagem, original/cópia e modelo/simulacro, sem verificar que, quando renegava o simulacro em defesa do original, por mais que fosse contra a representação justificava sua existência pelo contraponto ao modelo original.

Deleuze⁶ observa que Platão pretendia um triunfo total sobre os simulacros, através da subordinação ao modelo, da distinção estabelecida no próprio domínio das imagens-ídolos, entre de um lado, as cópias-ícones e, de outro, os simulacros-fantasma. A subordinação nasceria da necessidade de comparar no campo das imagens cópias e simulacros com o modelo. A cópia seria a imagem dotada de semelhança. Um ótimo exemplo de moralismo platônico aparece quando define a semelhança como a relação que se daria entre uma coisa e uma idéia, na medida em que se tenha de idéia a noção de que compreende as relações e proporções constitutivas da essência interna, permitindo distinguir entre "a boa pretensão da cópia e a malignidade dos simulacros que contexta tanto o modelo como a cópia. Por exigir semelhança entre cópia e modelo Platão estava estimulando toda uma escola de representação do real, através dos conceitos e, mais tarde das artes, que resulta na caracterização, por exemplo, do jornalismo como representação ou reprodução do cotidiano. A falta de semelhança entre o real e o real da notícia levaria o discurso jornalístico para o reino do simulacro, das imagens sem realidade. As estratégias de diagramação, titulação, chamadas de capa ou recursos gráficos e cores nos veículos impressos e a edição nos meios eletrônicos como o rádio e a TV são condenadas como manipuladoras porque são instrumentos para espetacularizar os fatos, que são apresentados de forma diferente como ocorreu com o fenômeno.

Orlandi⁷ lembra que na filosofia de Deleuze o termo simulacro vive da diferença enquanto que a representação necessita da semelhança para sobreviver. O lema da primeira seria "só o que se difere parece" da segunda "só o que parece se difere". Na sociedade qualquer acontecimento se inscreve no movimento constante do real. O tempo do jornalismo difere do tempo do fenômeno. Não há porque esperar que o discurso jornalístico possa reproduzir o fato como dado no mundo concreto. Pode-se depreender do texto de Orlandi de que só porque difere do "mundo real" o jornalismo se parece com o real. Uma longa cultura idealista condimenta a defesa da representação na contemporaneidade. O discurso jornalístico não pode representar um fenômeno da realidade porque está situado no centro do próprio real, participando ativamente da constituição do acontecimento em notícia. A inversão do modelo platônico proposta em Deleuze reabilita o jornalismo como modo singular de conhecer o mundo. Primeiro porque esclarece que qualquer tentativa de aproximação do real será sempre um simulacro, algo diferenciado do fenômeno, do referente. O simulacro enquanto diferença possibilitaria a emersão das singularidades, pois que afirma a divergência, perturba o mesmo e o semelhante. Segundo porque, ao contrário da noção perversa de simulacro, projetada pelo platonismo e seus seguidores modernos ressalta que na diferença está a grande potencialidade do simulacro. No campo do discurso jornalístico significa que os efeitos especiais de computação gráfica para reconstituir um fato, a escolha de determinados fragmentos

de fala dos entrevistados e a edição de imagens não são vistos como uma medida manipuladora para produzir um falsseamento da experiência nos telespectadores, mas sim como instrumentos para que seja possível a melhor compreensão do fenômeno em notícia.

Na transmissão ao vivo a notícia perde muito de sua beleza plástica ou do caráter singular porque dispensa a edição e a possibilidade de confirmação dos dados. Na totalidade do real muitos são os acontecimentos e em cada fenômeno as singularidades têm que ser pinçadas do conjunto do material gravado, filmado, fotografado ou escrito. Como construção lógica, que estrutura os fatos em geral, partindo do singular, a notícia pressupõe a manipulação no bom sentido. Em Deleuze o simulacro em si comporta e apreende nas coisas um dispar, permitindo que o real seja pensado sem exclusão. No modelo platônico para que a cópia sobreviva o simulacro fica recalcado. Uma posição maniqueísta que institui o julgamento moral, qualificando as construções simbólicas - a partir de um fenômeno ideal - como boas ou más. Um quadro não muito distante da oposição verdadeiro ou falso, que identifica a proposição lógica $A \text{ igual } A$ como uma semelhança sem notar, como chamara a atenção Lefebvre⁸ que a simples colocação de dois termos lado a lado mostra que não são iguais, ou que são iguais porque são diferentes. Um fenômeno em si jamais poderá ser apreendido pelo discurso jornalístico. Uma notícia ou reportagem para desespero da mitologia da objetividade não possibilita uma repro-

dução verdadeira porque o jornalismo não pode executar reproduções verdadeiras ou falsas da realidade fenomênica, podendo no máximo desenvolver construções precárias dos acontecimentos. Na esfera de conhecer sempre ou quase sempre o sujeito separado do objeto, motivando Deleuze a reivindicar que o termo conhecer seja substituído por compreender.

Gestado no centro da práxis o jornalismo não advém de uma separação sujeito/objeto porque entende que não há real adiante da relação em que a humanidade se auto-constitui ao mesmo tempo em que constitui a realidade. Neste caso o conhecer não passaria de um sinônimo de compreender, do mesmo modo que a filosofia deleuziana que dá de certa maneira condições de uma aproximação do real/mundo que acaba por se travestir de uma forma de conhecer, no sentido de compreender os fenômenos. Se não há como prever com exatidão os acontecimentos (uma das razões porque os fenômenos são notícias) Deleuze está certo quando recomenda que conhecer - que pressupõe um domínio de dados a priori - não se adequa ao diálogo vivenciado nos sucessivos, fugazes instantes da realidade em todas as suas indeterminações. O discurso jornalístico opera no campo das previsões ou das constatações. Quando estampa em manchete "Collor viaja aos EUA" para noticiar a ida do presidente que estava marcada digamos para as 10 h do dia em que circula o jornal a publicação não tem condições se não de prever que a viagem que estava agendada será concretizada, sem ter como antecipar que um

acidente com o helicóptero que transportava Collor do Planalto para que o aeroporto obrigou um adiamento da saída do avião presidencial de Brasília, por exemplo. O fenômeno em discussão - a viagem com seu atraso - não havia como ir para as páginas das publicações porque pertence ao terreno da indeterminação da realidade que exclui o conhecimento prévio, abrindo-se para compreensão apenas como experiência vivida, compartilhada.

Depois que o acidente ocorreu - como o fenômeno está incluído no movimento permanente do real - o discurso jornalístico não pode reproduzir um fato que pertence ao passado, embora esteja capacitado para estruturar uma aproximação singular do fato, investigando causas da falha no motor do helicóptero, possibilidade de sabotagem, etc... que ajude o público a compreender mais aprofundadamente o acontecimento. Uma limitação sim, mas que até prova em contrário, proporciona o advento de uma nova subjetividade mediada no exercício permanente de compreender os fenômenos de uma realidade em movimento, em transformação. Um fenômeno nunca se repete porque cada novo instante instaura o diferente, o singular. O mundo da representação pretende sujeitar o movimento do real na boa cópia, na imagem perfeita, que tem semelhança com o original concebido pela "IDÉIA" platônica. Na contemporaneidade o lugar da "IDÉIA" seria ocupado pela filosofia, habilitada a produzir as representações nobres do real. Numa visão ceivada de preconceito, como lembra Santiago, o jornalismo fica relegado a uma condição subalterna,

ao caráter de uma produção social de segunda natureza, um simulacro. O aspecto inovador em Deleuze aparece quando o filósofo destaca que o mundo moderno é o mundo dos simulacros. Um procedimento decisivo para que se procure entender a relação subjetiva desenhada pelo discurso jornalístico com a utilização das novas tecnologias, ao invés de ficar condenando o jornalismo porque comete o pecado de não conseguir uma representação "benigna" dos fatos.

O belga Housen⁸, embora vinculado a tradição do filme como impressão da realidade, observa que a construção figurativa da realidades não implica nem admitir que o filme seja uma representação do real sem que seja algo ilusionista dentro da linguagem neo-platônica, um simulacro.

"A operação não é mais de iludir o espectador, mas de dotar a imagem de um certo número de elementos suscetíveis de facilitar a confusão momentânea entre o real e a figuração dele. O espectador de cinema localizaria espontaneamente na imagem fílmica as qualidades de um quase real: através da imagem figurativa da tela vê-se não o real, mas a imagem dele. A representação ilusionista seria a condição necessária para a aparição dos fenômenos ..." (9)

Quando afasta a possibilidade de repudiar um pretensão ilusionismo fílmico, Housen foge da tentação de reforçar o coro de que o filme seja um simples simulacro do real. A diferenciação entre a imagem presente na tela e o real não livra Housen de pretender que o filme seja uma representação dos fenômenos. Daí porque recomenda

que a melhor forma para que o espectador seja atraído para o "interior" do espaço fílmico seja captar alguns traços do real. A ressalva não impede que seja concedido a Housen o mérito de constatar que o discurso fílmico irá revolucionar a configuração espacial do real, que até a Renascença colocava o homem como espectador privilegiado.

"... A descoberta da multiplicidade de pontos de vista, da montagem permitiu ao cinema não simplesmente reproduzir, mas expressar, inaugurando uma nova representação do espaço. O espaço do discurso fílmico difere nitidamente do antropocentrismo característico da Renascença, não sendo mais entendido como oferta ao olhar de um espectador fictício. A esta visão centralizada o cinema instaura uma profundidade sem limites, um espaço de multipolaridade ..."

O texto de Housen permanece numa constante tensão. De um lado, o esforço em renegar o filme como pura representação do real, embora não deixe de ser uma forma de "representação" do real. De outro, a abordagem criativa que percebe que o espaço fílmico não se resume a um simulacro dos fatos, mas que, ao contrário, estabelece uma nova forma narrativa que realiza muitos empréstimos do discurso cinematográfico. Nem se discute que o cinema difere do jornalismo do mesmo modo que a literatura mantém especificidades em relação ao discurso do jornalismo impresso. O que está se querendo dizer aqui é que o espaço fílmico inaugura uma nova forma de construção do real. Como o telejornalismo trabalha, em última análise, com uma linguagem muito próxima a do cinema - dentro da proposição mais variaria apenas a forma de apreensão do real,

que no primeiro se daria pelo viés da singularidade enquanto no segundo aconteceria pelo ÂNGULO do particular, Lage¹⁰ tem razão quando aceita a colocação de Arhein de que o "filme não pode ser arte senão quando há uma chance de uma manipulação real do artista" e lembra que "a televisão, com maior motivo, faz mau jornalismo, quando oportunidade similar é negada. A especialização sucessiva do tempo e o distanciamento subjetivo ao lado de um espaço/tempo socialmente novos instaurados pela telerealidade nem sempre são bem compreendidos.

Sodré¹¹ destaca com propriedade que um certo imaginário, tecnologicamente produzido, permite o surgimento da produção de um espaço/tempo absolutamente novo, mas não escapa do reino do simulacro platônico:

"... E se a imagem de Narciso no espelho é um simulacro onde há uma duplicação do real, pode ser o do reflexo de um certo grau de identidade do real, pode encobrir ou deformar essa realidade, mas também pode abolir qualquer idéia de identidade, na medida em que não se refira mais a nenhuma realidade externa, mas a si mesmo, a seu projeto de jogo simulador ... Sem a necessidade de uma realidade externa para validar a si mesmo enquanto imagem, o simulacro é ao mesmo tempo imaginário e real, ou melhor, é o apagamento da diferença entre o real e imaginário (entre verdadeiro e falso) ..."

A compreensão sem preconceitos do novo espaço/tempo advindo com a telerealidade exige o abandono do modelo calcado em qualquer visão dicotômica ancorado na proposta filosófica da representação que objetive uma pretensa duplicação verdadeira do real. O compromisso

de Sodré com a representação platônica aparece de modo mais nítido em

"Não mais estamos aqui na esfera clássica da duplicação representativa (do real) pela imagem, mas no âmbito da duplicação simuladora, onde a imagem se assume como tal, dispensando ou abolindo a caução de verdade numa referência no real ..." (12)

Dentro de um discurso, em princípio crítico, Sodré, quando pressupõe a existência de uma realidade verdadeira, dada a priori, ou que seja mais verdadeira do que outras, condenando os simulacros pela falta de semelhança com o modelo e resgatando a cópia como possuidora de semelhança que lhe daria mais realidade que os simulacros, para denunciar uma certa visão ideológica da realidade, afasta todas as possibilidades de aproximação do complexo fenômeno que emerge com o discurso da telerealidade.

Primeiro porque qualquer construção artística ou jornalística sempre será ideológica - não só no sentido de falseamento, mas como pressuposto ontológico de constituição do real/mundo. Segundo porque a não ser que se retorne ao mito nascido com Platão - como ocorre com Sodré - devemos admitir que para desvendar o enigma da telerealidade temos que incorporar o simulacro como algo dado no mundo contemporâneo, que antes de ser repudiado necessita ser entendido, evitando o caminho fácil da adesão as considerações que dão como natural a existência de uma realidade, de onde podem surgir cópias degradadas, irreais. Vega¹³ afirma que se os simulacros se tornam

irreais, sem referências com a realidade e, assim, o meio passaria a ser a mensagem, o que se estaria fazendo é, por um lado, uma consagração do olhar e, por outro, a total "inutilidade" do artefato televisão no sentido de se poder vir a fazer uma "boa" tele-visão ...

"A fecha todas as possibilidades se não está se vendo o projeto que está por trás de tudo isso e que, afinal de contas, essa é a mensagem e não o meio. A técnica, o meio televisão não é algo negativo em si, senão que o próprio modelo que estimulou o desenvolvimento tecnológico, tendo por álibi a concepção das idéias como essência da verdade, adequando, comprovando, atrelando a vida, o mundo as idéias, é quem hoje detém mais meios para publicitar suas mensagens de subjetividade espacial e sucessão temporal, do domínio do homem sobre o mundo e da promessa do paraíso terrenal ..." (14)

A proposição de Vega encaminha a discussão para um outro nível porque ressalta a compreensão da nova subjetividade proporcionada pela telerealidade impõe uma superação do universo das idéias platônicas, que, em última instância, são a matriz da tradição metafísica que origina o próprio projeto da sociedade moderna. De nada adianta execrar produções típicas da contemporaneidade como o discurso jornalístico embasado num discurso que, por sedutor que seja, privilegia a condenação ideológica das conquistas tecnológicas, quando deveria verificar a própria ordem tecnológica como o resultado complexo de um quadro de relações sociais, políticas e econômicas. Caso a técnica seja encarada como "modos" de desocultação, fugindo do pensamento instrumentalista de adequação e comprovação, os simulacros tecnológicos são capa-

zes de promover uma inovadora articulação de sentido na determinação do real. Se o discurso jornalístico não passa de uma representação mesquinha, sem nenhuma referência na realidade por que a imprensa teve atuação decisiva na elucidação do escândalo de tráfico de influência protagonizado pelo empresário Paulo César Farias no Governo Collor: não temos porque cobrar do discurso jornalístico o impossível - a representação verdadeira do mundo - mas devemos aceitar que o discurso jornalístico se apresenta na contemporaneidade como um modo singular de conhecer a realidade fenomênica. Na reportagem publicada na edição de 1º de julho de 1992 em que reconstitui o cenário percorrido pelos cheques emitidos pelas empresas de Paulo César Farias para pagar as contas da Casa do presidentes Collor, a revista **Isto É** realiza uma construção tendo como ponto de partida acontecimentos passados.

Como os fenômenos são sucessivos nem o jornalismo, nem o público tinha condições de "viver" a realidade no exato momento em que o fato acontece, até mesmo porque a maioria da população desconhecia o assunto antes da publicação. A reportagem não passava de uma simulação de como se dava a relação entre Collor e PC Farias. Uma simulação que estabelece uma imensa democratização nas relações sociais pela possibilidade de publicizar todos os eventos. Não cabe discutir, dentro de uma proposta diletante, para não dizer preconceituosa, se o discurso jornalístico representa o não o mundo, mas lembrar que se não fosse a imprensa não se teria acesso aos domínios

subterrâneos da relação Collor e PC. O jornalismo permite uma atualização do passado em presente, multiplicando de forma diferenciada a aproximação subjetiva do real/mundo. O leitor, ouvinte ou telespectador entra em contato "direto" com uma realidade antes distante, que estava fora do eixo de suas relações cotidianas. A subjetividade mediática significa a inauguração de um novo paradigma de compreensão da realidade porque o que interessa para o público são as oportunidades criadas não para viver "in loco" algo passado e sim para tentar explicar o sentido dos fenômenos na indeterminação do ser-no-mundo. Ao contrário do que pensa a corrente neo-platônica o telejornalismo não prova um distanciamento subjetivo do espaço, dando margem para que o mundo se torne externo, passível de ser visto, através do aparato tecnológico.

A separação sujeito/objeto nada tem a ver com a subjetividade mediática, que estabelece um canal de ligação entre a recepção e o emissor, mostrando que o mundo extrapola o conjunto de relações da vida privada de cada um. Supor que o individualismo exacerbado, comum no capitalismo tardio, seja culpa do telejornalismo ou da imprensa em geral não passa de um delírio. O discurso jornalístico não pode transformar o mundo em algo externo porque como instância da práxis somente tem sentido enquanto acontecimento do ser-no-mundo, que para possuir qualquer tipo de significação exige a participação ativa do público.

NOTAS

1. RODRIGUES, Adriano Duarte. Op. cit. p. 98.
2. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 80-3.
3. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 82.
4. RODRIGUES, Adriano Duarte. Op. cit. p. 104.
5. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 209.
6. SANTIAGO, Silviano. "Alfabetização, Cultura e Meio de Comunicação de Massa", In: **Rede imaginária**. Companhia de Letras, 1991. p. 150.
7. SANTIAGO, Silviano. Id. Ibid. p. 152.
8. DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. (Trad. de ORLANDI, Luis & MACHADO, Roberto). Rio de Janeiro, Graal, 1989. p. 210.
9. DELEUZE, Gilles. Id. Ibid. p. 210.
10. ORLANDI, Luis. **O simulacro na filosofia de Deleuze**. Campinas, 1988, p. 09.
11. HOUSEN, Jean. **Espace plastique et espace filmique**. Paris, S/D.
12. HOUSEN, Jean. Id. Ibid.
13. SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso**. São Paulo Cortez, 1990. p. 28-9.
14. VEGA, Alexandro Tumayan. **Olhar e telerealidade**. ECO/UFRJ, 1991. p. 87.
15. VEGA, Alejandro. Id. Ibid. p. 87.

CONSIDERAÇÕES FINAIS EM CONCLUSÃO

Uma pequena história contada pelo filósofo francês Michel Pêcheux¹ de um velho teórico marxista que passou a vida toda tentando fabricar uma biblioteca sozinho, sem jamais conseguir seu intento, ilustra bem um dos principais desafios de nossa época; a necessidade de uma aproximação interdisciplinar do real/mundo. O sonho do nosso "filósofo" começou a enfrentar dificuldades com o sistema de base genérico-sexual da tecnologia elementar que pressupõe o casamento de roscas e porcas. O velho marxista tinha absoluta confiança de que dispunha de parafusos celibatários marxistas, quando detinha apenas roscas sem porcas, impedindo o término do trabalho porque faltava a porca para prender as peças da construção. O apelo de ferramenteiros dos mais variados tipos com porcas de toda espécie (fenomenológicas, estruturalistas, hermenêuticas, existenciais, discursivas, psicanalíticas, pós-modernas, etc ...) não chegou a sensibilizar o velho marxista, que preferia recomeçar tudo de novo a se complicar com as "porcas" oferecidas pelos demais profissionais. A lição retirada por Pêcheux do episódio aponta noutra direção. Agora nenhum marxista (ao menos nenhum marxista

universitário que se preze) daria resposta parecida: hoje o marxismo procura casar-se ou contrair relações extra-conjugais ...² A tradição escolástica de dividir a realidade em campos estanques resulta das transformações sociais radicais provocadas pelo capitalismo. Antes a compreensão do mundo era dada pela filosofia que dialogava com o fenômeno como parte constituinte de uma totalidade complexa, não como algo dado de forma isolada. Somente uma degeneração do marxismo permitiu que a fábula do velho marxista se tornasse verdadeira porque o próprio Marx aprendera com Hegel³ que não há economia fora da política, por exemplo. Os fatos são relações produzidas na complexidade do real. As disciplinas estanques são filhas da ilusão positivista de que separando o real em setores determinados se poderia evitar o enfrentamento com o "todo"; dissecando em detalhes cada segmento em si, sem perceber que a parte somente ganha seus significado quando inserida no feixe de relações de trabalho. O filósofo da história de Pêcheux comete um duplo equívoco. Primeiro desconhece que o real vai além das interpretações formuladas pelos marxistas. Segundo esquece que a filosofia que professa não detém poder de "verdade".

A disciplinariedade propõe que existe uma maneira de se pensar em disciplinas padronizadas, separadas em mundos fechados, limitados e delimitados. A transdisciplinariedade não exclui a singularidade de cada disciplina, mas lembra que o real somente será compreendido através da confluência de todas as disciplinas, uma vez

que o conhecimento dado pela parte não estabelece condições para a compreensão do todo. A mitologia positivista fundada na disciplinariedade acredita que o real seja apreensível de modo unívoco enquanto a multiplicidade do real, comum a todas as disciplinas impõe a contração de relações extraconjugais, a abertura de uma ciência para as outras. A diferença de métodos não impede que haja um certo acasalamento entre as ciências como forma de enfrentar melhor a complexidade do mundo, pois conhecer a totalidade requer a superação da barreira das partes, embora seja óbvio que o todo esteja presente em cada parte específica. A discussão do fenômeno interdisciplinariedade atravessa o campo inerente ao jornalismo em todos os seus aspectos. Na maioria das vezes o jornalismo fica relegado a simples modalidade da comunicação de massa. O pioneiro Otto Groth esperava que a ciência jornalística se transformasse numa disciplina independente, mas Genro Filho⁴ observa que

"hoje essa meta aparece como algo, no mínimo, duvidoso, considerando-se que a tendência atualmente dominante nas ciências sociais é a confluência de disciplinas e perspectivas ..."

O equívoco de Groth não estava em reivindicar a aproximação do jornalismo como um objeto específico e sim em pretender que o estudo da chamada ciência jornalística fosse uma atividade independente.

Apesar da ressalva feita a proposta de Groth, o próprio Genro Filho nem sempre consegue abordar o jorna-

lismo de modo interdisciplinar. Quando limita a semiologia aos trabalhos do estruturalismo francês ou a Linguística de Chomsky para dispensar o instrumental semiológico, alegando que investiga o jornalismo, via de regra, como produção ideológica que emana da mensagem, deixa de aproveitar uma contribuição singular para a pesquisa do objeto peculiar ao jornalismo: o discurso jornalístico. Não há dúvida de que o parâmetro oferecido pela Linguística de matiz estruturalista era inadequado e não possibilitava uma aproximação do jornalismo como fenômeno histórico-social concreto, mas o lapso não autorizava Genro Filho a abrir mão do referencial filosófico apropriado para demonstrar como o discurso jornalístico manifesta conteúdos explícitos ou implícitos. A moderna escola semiológica coloca o discurso como acontecimento social concreto que pressupõe uma construção de natureza ideológica, permitindo compreender a estruturação do discurso jornalístico através de um enfoque diferenciado da filosofia da ciência. As vezes a singularidade teórica do discurso produz uma espécie de interdisciplinariedade abstrata, uma vez que trata a comunicação como um verdadeiramente interdisciplinar, sem observar que existe no universo comunicação uma diversidade de objetos específicos. As ações no jornalismo, na publicidade, no cinema são desprezadas em nome de uma tematização analítica do discurso - "fundamental ontológico-existencial da linguagem" - que passa pela antropologia cultural, semiologia, sociologia dos meios de comunicação ou teoria psicanalítica.

O projeto de interdisciplinariedade abstrata se contrapõe a verdadeira interdisciplinariedade porque propõe a exclusão das disciplinas. O jornalismo ou a publicidade mais do que instrumentos para manutenção do sistema são no caso da primeira uma modalidade de conhecimento singular da realidade e no segundo uma forma de estruturação da economia. A proposta de interdisciplinariedade abstrata se recusa a aceitar que a comunicação não existe enquanto algo imaginário unificado pelo discurso e sim como um fenômeno concreto que exige o reconhecimento das especificidades do jornalismo, publicidade ou do cinema, por exemplo. O salto trágico da interdisciplinariedade abstrata fica evidente pelo descaso com o mundo do trabalho, considerado um produto da "ideologia calvinista de educação, visto como sinônimo de profissionalização".⁸ A interdisciplinariedade não representa nenhum privilégio da comunicação e muito menos significa o fim das disciplinas. Uma interdisciplinariedade que não seja abstrata sabe que qualquer ciência necessita dialogar com as demais para "conversar" de forma produtiva com o mundo. A divisão do trabalho imposta pela universalização das relações no capitalismo consagra o jornalismo como o discurso da contemporaneidade. O moralismo da interdisciplinariedade abstrata dificulta o aprofundamento a nível conceitual do discurso jornalístico porque prefere o mundo da pura abstração em vez de "sujar as mãos" com discussões mais concretas. Uma abordagem do jornalismo enquanto objeto específico não quer dizer

que se vá limitar o estudo do fenômeno a meia dúzia de regras prosaicas.

A compreensão do discurso jornalístico como modo de singular conhecer o real/mundo exige uma aproximação interdisciplinar do objeto porque pressupõe um arsenal de categorias da filosofia, da estética, da economia, da sociologia ou da semiologia para citar apenas algumas. Às vezes, a metodologia de empréstimo de conceitos às demais ciências dificulta a defesa sistemática da teoria do jornalismo como um espaço autônomo de pesquisa.

"... Ainda que a tradição de um saber sobre o jornalista advogue regras que tentam reabrir, enquanto teoria, toda uma explicação do fazer jornalístico - ao contrário da existência de uma teoria do jornalismo - estamos diante de teorias, bem como de metodologias, uma vez que cada suporte, além da especificidade das suas condições de produção resultante das suas características próprias, constrói em suas maneiras pelas quais trata de se oferecer como meio, que tenta dar conta de uma certa inteligibilidade do real ..." (6)

Qualquer que seja o objeto somente será compreendido através de um estudo interdisciplinar. A contemporaneidade mostra que nenhum saber particular consegue esgotar a multiplicidade do mundo. Cada vez mais as ciências são "impuras", estabelecendo trocas mútuas de conceitos a fim de que uma complemente as lacunas deixadas pelas outras. Uma filosofia que não esteja aberta às contribuições das demais abandona o terreno filosófico para entrar no do dogma, da religião. Não tem sentido propor uma discussão do jornalismo sem o aval dos campos vizinhos porque

destituídos dos "óculos" fornecidos pela história e pela economia, por exemplo, ficamos impossibilitados de entender as razões para o aparecimento da imprensa e as suas transformações sucessivas em cada época histórica.

Caso o empréstimo conceitual fosse motivo para inviabilizar as teorias específicas seria difícil encontrar alguma área do conhecimento que fosse constituída de forma isolada. A diferença está em que, quando utiliza conceitos da filosofia como singular, particular ou universal um pesquisador da teoria do jornalismo procura verificar como o discurso jornalístico se enquadra dentro destas categorias enquanto que um filósofo preocupado com a estética como Luckacs estaria interessado na sua aplicação na esfera artística. Nas duas situações os conceitos que são alicerce de sustentação da lógica em filosofia são responsáveis pela estruturação de teorias específicas. Dizer que o jornalismo não dispõe de uma teoria peculiar porque dialoga com os mais variados setores do conhecimento não deixa de ser uma forma de incompreensão da interdisciplinariedade, uma vez que classifica as disciplinas tendo como suporte o velho paradigma da divisão clássica, estanque entre os saberes. A verdade do mundo no que diz respeito à área de saber de uma disciplina dependeria da aplicação de um método, que seria a maneira para se conhecer corretamente a verdade de um objeto. Uma estratégia perigosa porque reforça a disciplinariedade, de modo implícito, entrando em contradição com uma metodologia que empregara elementos conceituais dos diferentes campos

do saber. O projeto interdisciplinar antes de negar, exige, pressupõe a existência de disciplinas. A complexidade de mundo contemporâneo está fora do alcance de um conhecimento único como o proposto pela filosofia na Idade Antiga, estabelecendo a criação de setores "restritos" as novas modalidades surgidas com os avanços científicos e tecnológicos.

A negociação conceitual vivida pelo jornalismo aponta para as limitações da ciência clássica, dividida em ramos previamente demarcados, que pretendia "conhecer" de forma exaustiva um objeto apoiada numa maneira verdadeira de investigação; o método procedimento capaz de permitir uma medida de verdade. A compartimentalização exagerada do mundo empreendida pelo positivismo possibilita uma padronização do cotidiano que substitui a multiplicidade do real pelas suas representações qualificadas como verdadeiras ou falsas, dependendo da adequação ou não às normas convencionadas pelo método.

"A codificação passa a ser o mundo que deve ser o mundo que deve ser, o mundo que funciona como verdade, o modelo da analogia. O mundo real deve sempre a cada momento se referenciar a sua representação (...) O mundo real, o que for, o mundo do instante, o mundo que nada exclui pois que para excluir é preciso um critério de verdade - deve então passar pelo crivo da verdade do método, do mundo teórico, do código ..." (7)

O repúdio a falácia da representação merece algumas considerações. A instrumentalização da ciência no capitalismo tardio ou nas extintas sociedades do Leste

Europeu têm permitido uma salutar desconfiança com as "verdades" científicas. A proposta de uma filosofia ética esboçada em Carvalho parece que pretende eliminar a possibilidade de que qualquer construção filosófica, artística ou religiosa seja adequada a uma verdade pré-estabelecida.

"A filosofia ética não é uma verdade também no sentido de que não é uma proposta de verdade, o que seria uma derivação da referência ontológica de que falamos: proponho algo que corresponde à verdade (...) A filosofia ética e nelas as filosofias éticas não são nome de uma verdade de mundo, mas nomes de uma compreensão do mundo." (8)

Desmistificar o saber científico significa um enorme avanço na sociedade. A proposição de Carvalho parte do pressuposto de que a realidade em movimento, em transformação está fora do alcance de um sentido único, traçado antecipadamente, que fundamenta a moral e o poder nas sociedades contemporâneas. O duelo de titãs com a noção de verdade corrente na lógica da representação empurra Carvalho para uma negação absoluta da verdade, sem notar que a palavra contempla uma variedade de significações no terreno filosófico. Prisioneiro da metodologia que denunciara, Carvalho acaba por reduzir a um o que por si só representa a multiplicidade de conceitos de verdade, dependendo do momento histórico. A condenação de verdade como uma ilusão e não como uma realidade, embora admita que a verdade seja criada durante o processo de mutação do real, aproxima Carvalho de uma certa tradição idealista que busca a essência do real na razão, longe das circuns-

tâncias materiais históricas, por mais que advogue a filiação a um pensamento praxiológico. A fascinação pelo sentido construído no instante, na relação ofusca a percepção de Carvalho que desconsidera as mediações da cultura em cada uma das relações singulares, fugazes do devir da história. Uma tentativa radical de desconstruir a lógica hegemônica na filosofia ocidental engrossa as fileiras da chamada "vulgata foulcaultiana", que atrela a verdade a um poder onipresente do qual ninguém escapa.

Se a verdade pertence ao real por que então ao invés de negar a verdade Carvalho não elegeu as práticas humanas como critério de aceitação das verdades. Em **Pensamento Infame**⁹ Paulo Vaz observa que supor que não existe a verdade não significa supor que não existam verdades, através das quais problematizamos o mundo, e menos ainda que as verdades não são importantes. O próprio Foucault sempre teve o cuidado de jamais excluir suas interpretações "ficcionais" da realidade do campo da verdade, que antes de deter o tempo poderia auxiliar na sua mudança de rumos.

"... Estou completamente ciente de que nunca escrevi mais nada além de ficções. Com isso não quero dizer que elas estejam fora da verdade. Me parece plausível fazer um trabalho de ficção dentro da verdade, introduzir efeitos da verdade dentro de um discurso ficcional e, de algum modo, fazer com que o discurso permita surgir, fabrique algo que ainda não exista, portanto, ficcione algo. Se ficciona a história partindo de uma realidade política que a torna verdadeira, se ficciona uma política que ainda não existe partindo de uma verdade histórica ... (10)

Lage aceita a sugestão, propondo que se extraia os conceitos de verdade das relações concretas com o mundo real (um mundo de fatos naturais e culturais), onde o veredito final ficaria a cargo das necessidades históricas. As contradições de classe, o paradoxo da morte de milhões de crianças nos países de terceiro mundo em meio as inovações descobertas pela medicina preventiva são peças-chave na constituição do conhecimento porque as ciências são resultantes de demandas sociais determinadas pela história, onde se poderá avaliar a justeza ou não dos enunciados aos fenômenos.

"... Os critérios de verdade gerados no interior de cada ciência tem, pois, validade particular. Estabelecidos no campo científico ou específico de sua formulação, obedecem, na aplicação do mundo real, a outras verdades mutáveis e menos formalizadas - verdades que se evidenciam na luta pelo poder e, em última instância, nas relações de economia. A contradição entre verdade privada de uma ciência e a verdade social é também um fato histórico, sujeito, portanto, à crítica da história ..." (11)

Não há como negligenciar uma verdade histórica: as ciências são fontes de poder porque são o ponto de partida para atender demandas sociais difusas, mas as ciências em si não são culpadas pelos acertos ou tragédias causadas pelas inovações tecnológicas. Uma cultura idealizada nem sempre absorve ou consegue relativizar as ações humanas porque está afastado da materialidade dos fatos reais, do verdadeiro teatro de operações, do palco da vida, luga em que interesses, grandezas, mesquinhas são normais, inevitáveis. Articulada à liberdade, a verdade histórica permite a transgressão de situações históricas

determinadas, através da multidão infinita dos acasos que impera nas relações sociais, mas sem que seja um processo finalista porque a "elaboração" e colocação em questão das relações de poder e do "agonismo" entre estas relações e a intransitividade da liberdade são uma tarefa política permanente em toda assistência social¹².

A intransigência da liberdade prepara as condições para a emergência do novo, que entra em tensão com os preceitos hegemônicos de cada cultura, reacomodando conceitos para lembrar que não tem sentido falar de uma verdade abstrata, que esteja desconectada dos processos sociais. Na dialética da sociedade o fazer jornalístico está vinculado em duas instâncias com a verdade. Numa porque trabalha com singularidades colabora de forma decisiva para mutação dos significados de verdade construídos socialmente. Noutra, porque passa pelo crivo do julgamento histórico, depende sempre da verdade histórica. A materialidade do mundo sempre acaba por se impor ao discurso jornalístico. Uma obviedade que obriga qualquer veículo de comunicação a não deturpar os fatos sob pena de perder credibilidade junto ao público. Para ilustrar como a verdade histórica prevalece frente a manipulação mal intencionada dos acontecimentos basta lembrar que **O Globo**, de conhecida tradição háulica, aparece entre os jornais com menor crédito entre os leitores, enquanto a **Folha de São Paulo**, que toma posturas mais sintonizadas com algumas das necessidades da população como a adesão a campanha pela Diretas-Já ou o pedido de renúncia do presidente

Collor, figura em primeiro lugar. A singularidade brota das relações sociais encoberta pelas aparências fenomênicas. Ao contrário do que pensara Lage¹³ as notícias não são relatos de aparências, uma vez que o jornalismo opera ao nível de essências de singularidades. O relato das aparências dos fenômenos pertence ao universo do senso comum, embora de certo modo o saber do senso comum (histórico) seja responsável pelo julgamento das construções fabricadas pelo discurso da atualidade.

Entre os critérios formulados pelo próprio Lage para definir a competência do jornalista fica implícito que o discurso jornalístico exige a aproximação da essência pelo viés do singular a fim de captar o parto de novo.

"... A competência ou habilidade consistirá, primeiro, em captar os indícios da verdade, o que envolve conflitos íntimos e com as fontes; em deixá-los transparecer em aparências esparsas ou na emissão de dados esperados; de toda forma, o que assim é a princípio comunicado será perceptível apenas pelas pessoas mais atentas ou informadas. O mais difícil, o mais arriscado é que menos se percebe. mas a acumulação de palavras e vazios enigmáticos é frequentemente o único meio que o jornalista tem de tocar a verdade que ele mal conhece ..." (14)

Na tradição filosófica a dicotomia aparência/essência assume em Platão uma oposição entre verdadeiro e falso, através da metáfora que apontava para a verdade das profundezas essenciais em contraste com as impurezas do mundo aparente, sensível. A dialética aparência/essência no discurso jornalístico nada tem a ver com as premissas platônicas. Não há uma notícia que seja plena essência

porque qualquer construção noticiosa resulta de um complexo jogo de mediações entre aparência/essência. Os fenômenos em si são impregnados de um duplo sentido. A realidade fenomênica indica ao mesmo tempo em que encobre a essência, que aparece limitada a alguns de seus aspectos. A essência nada tem de passiva, respondendo pela atividade, pelo movimento da realidade.

A aparência dialeticamente interpretada indica a essência porque uma não vive separada da outra. Diferente da postura platônica que procurava um mundo ideal na essência de "Idéias" - construção abstrata distanciada do concreto - o ritual encenado pela dialética no palco das relações sociais mostra que antes de se contrapor a essência, a aparência surge como uma das instâncias no processo de apreensão do real/mundo.

"... Se a essência não se manifestasse absolutamente no mundo fenomênico, o mundo da realidade se distinguiria radical e essencialmente do mundo fenomênico: em tal caso o mundo da realidade seria para o homem 'o outro mundo' (platonismo, cristianismo) e o único modo ao alcance dos homens seria o dos fenômenos. O mundo fenomênico, porém, não é algo independente e absoluto: os fenômenos se transformam em mundo fenomênico na relação com a essência. O fenômeno não é radicalmente diferente da essência e a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno ..." (15)

No mundo do senso comum a diferença entre fenômeno e essência desaparece porque o "saber" popular fica limitado à manifestação fenomênica, que insinua apenas o movimento essencial da realidade. A realidade unifica essên-

cia e fenômeno, ficando prejudicado qualquer aproximação do real/mundo que considere de forma isolada uma das duas instâncias do concreto. Quando compara o conhecimento jornalístico ao dado pelo senso comum - condenado a reproduzir o mundo aparente - Lage nega ao discurso jornalístico uma especificidade de conhecimento. O processo de produção da notícia pressupõe dois momentos diferenciados. A captação do fenômeno que possibilita descrever dois momentos diferenciados. A captação do fenômeno que possibilita descrever como algo se manifesta ou se esconde em determinado fenômeno e a sua compreensão quando se dá a apreensão de sua essência pelo viés da singularidade. Parafraseando Marx se os homens através do senso comum, apreendessem o mundo para que serviria o jornalismo? Na complexidade de fenômenos da realidade social o discurso jornalístico apreende as singularidades enquanto o senso comum atua no limite das generalizações empíricas. No caso do jornalismo a dificuldade em destrinchar os meandros, as nuances, do "saber" proporcionado pela nova modalidade de conhecimento do real/mundo provém de uma obsessão de imitar os modismos de difusão cultural estrangeiros, sem considerar as condições sociais dadas em uma determinada cultura. Não temos a pretensão de resolver todos os dilemas inerentes à produção do discurso jornalístico, mas ficamos satisfeitos por podermos evitar a saída preferida pela maioria dos acadêmicos no campo do jornalismo, que fascinados pelo reino do simulacro, são incapazes de entender que os processos sociais são constantes e que o discurso jornalístico aparece como um novo paradigma

de aproximação da realidade, encarnando todas as grandezas e mazelas próprias aos bens simbólicos produzidos pelos homens.

NOTAS

1. PECHEUX, Michel. **O discurso**. Campinas, Pontes, 1990. p. 15-6.
2. PECHEUX, Michel. Id. Ibid. p. 16.
3. HEGEL, Frederic. In: **Os Pensadores**, Abril Cultural, 1974.
4. GENRO FILHO, Adelmo. Op. cit. p. 19.
5. SODRÉ, Muniz. Prefácio da Revista ECO nº da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, ECO/UFRJ, 1992.
6. NETO, Fausto. Op. cit. p. 34.
7. MARTINS, André. **Esboço de uma filosofia ética**. ECO/UFRJ, 1990. p. 16.
8. MARTINS, André. Id. Ibid. p. 18.
9. VAZ, Paulo. Op. cit. p. 116.
10. VAZ, Paulo. Id. Ibid. p. 110.
11. LAGE, Nílson. **Ideologia e técnica da notícia**. Op. cit. p. 99.
12. LAGE, Nílson. Id. Ibid. p. 100.
13. LAGE, Nílson. Id. Ibid. p. 107.
14. LAGE, Nílson. Id. Ibid. p. 108.
15. KOSIN, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 13.

BIBLIOGRAFIA

1. ALSINA, Rodrigo. **La construcción de la noticia.** Barcelona, 1989.
2. ABRAMO, Cláudio. "O Império dos Sentidos", In: **Novos Estudos CEBRAP.** n. 31, out. 1992. p. 41-68.
3. AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969.
4. BAKHITIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo, Hucitec, 1986.
5. BLIKSTEIN, Isidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade.** São Paulo, Cultrix, 1985.
6. BARTHES, Roland. **S/Z.** Lisboa. Edições 70, S/S.
7. _____. **Elementos de semiologia.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985.
8. _____. **O sistema da moda.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985.
9. BURNETT, Lago. **A língua envergonhada.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.
10. BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo.** Porto Alegre, Sulina, 1976.
11. BERGER, Crista & WEBBER, Maria Helena. (De) **Marcações da Terra, Verdade e dos Mídias.** Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Política em Salvador, UFBA, 1991.
12. BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Petrópolis, Vozes, 1985.
13. CAPARELLI, Sérgio. "A Reportagem coo Relato dos Dominantes e dos Dominados", In: **Revista Brasileira de Comunicação.** São Paulo, Intercom, nº 60, jan/jun:89.

14. CARVALHO, André Martins. Esboço de uma Filosofia Ética. Dissertação de Mestrado Apresentada a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.
15. DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição.** Trad. de ORLANDI, Luiz & MACHADO, Roberto) Rio de Janeiro, Graal, 1988.
16. ERBOLATO, Mário. **Jornalismo gráfico.** São Paulo, Atlas, 1989.
17. _____. **Técnicas de codificação em jornalismo.** Petrópolis, Vozes, 1978.
18. FABRE, Maurice. **História da comunicação.** Lisboa, Moraes, 1980.
19. GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide.** Porto Alegre, Tchê, 1987.
20. GONÇALVES, Elias Machado. "A Dialética do Jornalismo Interpretativo". Campinas, **Anais do II Congresso Internacional de Filosofia da Linguagem**, agosto de 1991.
21. _____. "A Falsa Polêmica da Crise dos Meios de Comunicação de Massa", In: **Revista Sociais e Humanas da UFSM**, V3, n.1, jan./abr. 1988.
22. GOMES, Wilson. "Fato e Interesse - O Fato Jornalístico como Problema", In: **Textos de Comunicação**, Vol. II, nº 26, jul. 1981. Salvador, UFBA, p. 24-32.
23. HABERMAS, Jurgem. **Mudança estrutural na esfera pública.** Rio de Janeiro, Tempo-Brasileiro, 1984.
24. HEGEL, Frederic. In: **Os Pensadores.** São Paulo, Abril Cultural.
25. HOHENBERG, John. **Manual de jornalismo.** Fundo Cultural, 1962.
26. HUDEC, Vladimir. **O que é jornalismo.** Lisboa, Caminho, 1980.
27. KOSIK, Karel. **A dialética do concreto.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
28. LAGE, Nílson. **Linguagem jornalística.** São Paulo, Ática, 1985.
29. _____. **Ideologia e técnica da notícia.** Petrópolis, Vozes, 1979.
30. _____. **A estrutura da notícia.** São Paulo, Ática, 1985.

31. _____. "Semântico Conceitual da Base Analógica".
Tese de Doutorado em Letras. Faculdade de Letras,
UFRJ, 1985.
32. LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal - lógica dialética.**
Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1990.
33. LÊNIN, Vladimir. **A cerca de la prensa.** Moscou, Edi-
torial Progreso, 1980.
34. LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literá-
rio.** São Paulo, Com-Arte, 1989.
35. LUCKACS, Georg. **Introdução a uma estética marxista.**
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
36. MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia.** São
Paulo, Ática, 1986.
37. MARX, Karl. **A liberdade de imprensa.** Porto Alegre,
L&PM, 1980.
38. _____. **Introdução à crítica da economia política.**
São Paulo, Martins Fontes, 1983.
39. MEDINA, Cremilda. **Notícia - um produto a venda.**
São Paulo, Summus, 1987.
40. _____. "Jornalismo e a Epistemologia da Complexidade",
Comunicação e política, nº 11, Abr-jun 1990. São
Paulo, Cebela, 85/94.
41. _____. **A Morte na Poética da Derrapagam.** In: **Comuni-
cação e Política**. nº 13/14, Jan/jun de 1991. São
Paulo, Cebela, 85/94.
42. MEDITISCH, Eduardo. "Método Científico e Método Jorna-
lístico", In: **Revista Brasileira de Comunicação**,
n. 66. São Paulo, Intercom, jan/jun de 1989.
43. MELO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasi-
leiro.** Petrópolis, Vozes, 1985.
44. MOREL, Francisco. "O Anúncio da Notícia", In: **Cadernos
de Jornalismo e Editoração** nº 10. São Paulo, ECA/
UAS, 1985.
45. MAMOU, Yves. **A culpa é da imprensa - ensaio sobre
a fabricação da realidade.** São Paulo, Marco Zero,
1992.
46. NEIVA JR, Eduardo. **Um inferno de espelhos, comuni-
cação, cultura e mundo natural.** Rio de Janeiro,
Rio Fundo, 1992.
47. NETO, Antônio Fausto. **Mórtês em derrapagens.** Rio de Ja-
neiro, 1991.

48. ORLANDI, Luis. **O simulacro na filosofia de Deleuze.** Campinas, Unicamp, 1989.
49. PARK, Robert. "A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento, In: STEINBER, Charles, (org.). **Meios de comunicação de massa.** São Paulo, Cultrix, 1972.
50. PEDROSO, Nívea. "A Produção do Discurso de Informação num Jornal Sensacionalista. Dissertação de Mestrado. Rio, ECO, 1983.
51. PINTO, Nílson José. **As marcas linguistas da enunciação.** Tese de doutoramento. Rio de Janeiro, ECO, 1988.
52. _____. "O dia em que a Standar Eletric se fantasiou de papagaio. In. **Eco** nº 1. Rio de Janeiro, IMAGO, 1992.
53. PECHEUX, Michel. **O discurso.** Campinas, Pontes, 1989.
54. ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo.** São Paulo, Brasiliense, 1984.
55. RODRIGUES, Adriano. **Estratégias de comunicação.** Lisboa, Editorial Presença, S/D.
56. RUBIM, Antônio albino Canelas. "Teoria e Jornalismo", In: **Textos de Comunicação e Cultura.** Vol. II, nº 96 jul. de 1991. UFBA, p. 33-7.
57. SANTIAGO, Silviano. "Alfabetização, Leitura e Sociedade de Massas, In: **Rede imaginária - televisão e democracia.** São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
58. SAUSSERE, Ferdinand. **Curso de linguística geral.** São Paulo, Cultrix, 1985.
59. SCHAFF, Adam. **Linguagem e conhecimento.** Coimbra, Livraria Almedina, 1974;
60. SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena. **Técnicas de reportagem.** São Paulo, Summus, 1986.
61. _____. **A máquina de narciso.** 2. ed. São Paulo, Cortez, 1990.
62. _____. Prefácio da Revista **ECO** nº 1 da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura ECO/UFRJ. Rio de Janeiro, Imago.
63. TORQUATO, Gaudêncio. "O Jornalismo e as Funções da Linguagem", In: **Comunicação e sociedade** nº 6, IMS, São Bernardo do Campo, 1983.

64. TUCHMAN, Gay. **La producción de la noticia** - Estudio sobre la producción e construcción de la realidad. Barcelona, Ediciones Gilli, 1983.
65. VAZ, Paulo. **Pensamento infame**. Rio de Janeiro, Imago, 1992.
66. VEGA, Alejandro José Tumayan. **Olhar e telerealidade**, ECO/UFRJ, 1991.
67. VERON, Elisco. **A produção de sentido**. São Paulo, Cultrix, 1991.